

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

Gledson Reis dos Santos

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS:
contribuições para o processo de instituição do planejamento
educacional na rede municipal de ensino de Tucano-Bahia



VITÓRIA DA CONQUISTA
2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO



GLEDSON REIS DOS SANTOS

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: contribuições para o processo de instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino de Tucano-Bahia

VITÓRIA DA CONQUISTA
2023

GLEDSON REIS DOS SANTOS

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: contribuições para o processo de instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino de Tucano-Bahia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Linha de Pesquisa: Ensino, políticas e práticas educativas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Márcia Campos Pereira

VITÓRIA DA CONQUISTA

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: contribuições para o processo de instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino de Tucano-Bahia

Autor: Gledson Reis dos Santos

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Sandra Márcia Campos
Pereira (UESB), Orientadora;

Prof.^a Dra. Jacqueline Nunes Araújo
(UEFS), examinadora externa.

Prof. Dr. Benedito Gonçalves Eugênio
(UESB), examinador interno.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Plano de ações articuladas: contribuições para o processo de instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino de Tucano-Bahia

Autor: Gledson Reis dos Santos

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Márcia Campos Pereira

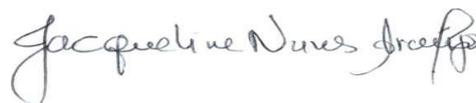
Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Gledson Reis dos Santos e aprovada pela Comissão Avaliadora.

Data: 14/02/2023

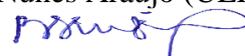
COMISSÃO AVALIADORA



Profa. Dra. Sandra Márcia Campos Pereira (UESB - orientadora)



Profa. Dra. Jacqueline Nunes Araújo (UEFS)



Prof. Dr. Benedito G. Eugenio (UESB)

FICHA CATALOGRÁFICA

S235p

Santos, Gledson Reis dos.

Plano de ações articuladas: contribuições para o processo de instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino de Tucano - Bahia. /

Gledson

Reis dos Santos, 2023.

142f. il.

Orientador (a): Dr^a. Sandra Márcia Campos Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Ensino – PPGEn, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referência F. 106 – 114.

1. Planejamento educacional. 2. Plano de Ações Articuladas. 3. Política educacional. 4. Federalismo. I. Pereira, Sandra Márcia Campos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Acadêmico em Ensino- PPGEn.

CDD 371.207

*Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890***

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha esposa **Érika Nunes Montino dos Santos e a minha filha Glenda Ially Nunes Reis dos Santos**. Sem a força, o entusiasmo e o incentivo delas jamais chegaria a este momento.

Aos meus pais, **Joaquim Soares dos Santos e Maria Gama dos Reis**. Dois sertanejos que sempre foram exemplos de superação e resiliência, incentivando os seus nove filhos a buscarem o caminho da prosperidade, da paz e do equilíbrio.

A meu irmão José Jackson Reis dos Santos, além de ser uma inspiração cotidiana para toda família, é exemplo de ética, resiliência e cuidado com o outro. Ele foi o meu maior incentivador. Acreditou em mim num momento muito difícil de minha vida profissional. Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um sentimento nobre que devemos cultivar diariamente. E, neste momento, de uma linda travessia, é oportuno exercitar este sentimento e agradecer as inúmeras pessoas que atravessaram em mim todo cuidado, carinho e incentivo.

Ao nosso **Ser Supremo, Jesus Cristo!** A fé me trouxe até aqui! Nos momentos mais delicados da vida é Ele quem ouve nossas súplicas e nos encoraja a não desistir. A Ti, Senhor, toda honra e toda glória.

A minha esposa, Érika Nunes Montino dos Santos. Uma mulher incrível, generosa e forte. Aliás, sua força tem sido minha maior inspiração para chegar a este momento. Érika superou um câncer de mama e mostrou para mim, na prática, o verdadeiro sentido da palavra resiliência. Você é um exemplo de superação!

A minha doce filha, Glenda Ially Nunes Reis dos Santos. Você transformou minha vida de um jeito inexplicável. Um exemplo de alegria, sensibilidade e generosidade.

Aos meus pais, Joaquim Soares dos Santos e Maria Gama dos Reis, por toda preocupação e encorajamento. Eles são os meus maiores exemplos de vida.

Ao meu irmão, José Jackson Reis dos Santos. Mais que um irmão, um incentivador de sonhos. Pessoa generosa, cuidadora e inspiração para todos nós. Ele foi o meu maior incentivador para retomar a minha vida acadêmica depois de 14 anos. Mostrou-me que era possível tornar sonhos em realidade. Gratidão a ti pela partilha, encorajamento e sensibilidade.

A madrinha Zefa e “Seu” Abdias (*in memória*), por todas as memórias afetivas de vida que construímos na fazenda Paus Brancos, zona rural do município de Tucano-Bahia. Vocês sempre serão lembrados pelo exemplo da fé e da resistência sertaneja.

A minha orientadora, Prof.^a Dra. Sandra Márcia Campos Pereira. Com você aprendi o verdadeiro sentido da palavra parceria. Uma pessoa inspiradora, que foi o meu porto seguro nessa travessia acadêmica. Sandra foi a minha luz durante o túnel. Uma escuta sensível e compreensiva. Nos momentos mais difíceis, durante o contexto pandêmico, você trouxe a paz necessária para continuar.

A amiga Patrícia Bastos, por todo incentivo e apoio. Sua vibração pelas conquistas de outrem é inspiradora. Um exemplo a ser seguido!

Ao nosso *pet* Melck, um exemplo de companheirismo e amor. Nos momentos de escrita “solitária” ele estava sempre ao meu lado.

A minha querida amiga Lorita Maria Weschenfelder, por todo apoio e incentivo.

A todos e todas (*in memória*), que tiveram suas vidas interrompidas pela pandemia do Coronavírus, em especial aos meus 65 conterrâneos tucanenses.

Aos sujeitos enunciadores, por toda contribuição durante o processo de entrevistas.

Aos colegas de grupo de pesquisa, por todos os momentos de partilha, socialização e aprendizagem coletiva. Em especial, a **Midian Vieira**, por todo apoio e incentivo nesta travessia.

Aos colegas de turma, por todos os momentos vividos. Mesmo diante de um contexto pandêmico, com aulas ministradas pelas plataformas digitais, senti a presença de cada um de vocês. Foi um prazer inenarrável conviver com cada um de vocês nesse processo de crescimento pessoal e coletivo.

Ao Programa de Pós-graduação em Ensino (Mestrado Acadêmico em Ensino) da UESB, pelo acolhimento, apoio e suporte tão necessários nessa trajetória.

A todos(as) os(as) professores(as) do Mestrado em Ensino, por contribuírem com a socialização de conhecimentos. Sempre cuidadosos e acolhedores.

Aos integrantes da banca avaliadora, Prof. Dr. Benedito Gonçalves Eugênio (UESB), examinador interno, Prof.^a Dra. Jacqueline Nunes Araújo (UEFS), examinadora externa, pela disponibilidade e contribuições a esta pesquisa.

A Secretaria Municipal de Educação de Tucano, pelo apoio para realização do Mestrado em Ensino, especialmente na autorização de afastamento para estudos.

Quando eu vim do sertão, seu moço, do meu Bodocó
A malota era um saco e o cadeado era um nó
Só trazia a coragem e a cara viajando num pau de arara
Eu penei, mas aqui cheguei
Eu penei, mas aqui cheguei.
(GUIO MORAES; LUIZ GONZAGA, 1952)

SANTOS, Gledson Reis dos. **Plano de ações articuladas:** contribuições para o processo de instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino de Tucano-Bahia, 2023. 142f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Programa de Pós-graduação em Ensino - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023.

RESUMO

Este trabalho situa-se no campo das discussões sobre políticas públicas em educação, atribuindo ênfase ao campo do planejamento educacional no âmbito de um município baiano. A questão de pesquisa está assim constituída: Como o PAR contribui com a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia? Neste sentido, são objetivos da pesquisa: a) Geral: Analisar como o PAR contribui com a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia; b) Específicos: b1) Discutir federalismo e políticas públicas no cenário brasileiro; b2) Apresentar o planejamento no âmbito da política educacional; b3) Analisar as contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino. A produção dos dados ocorreu por meio de levantamento e de análise documental e bibliográfica, além de entrevistas semiestruturadas, realizadas com seis sujeitos enunciadorees que participaram ou participam do PAR em diferentes ciclos e momentos. De natureza qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso, a pesquisa situa-se, geograficamente, no município de Tucano, localizado no Território de Identidade do Sisal (TIS), Estado da Bahia. A análise dos dados foi realizada mobilizando alguns dos postulados foucaultianos, entre eles, saber, poder, discurso, governamentalidade. Apoiou-se também em autores do campo da gestão, da política e do planejamento educacional. Os resultados e conclusões da pesquisa evidenciaram que, depois da adesão ao PAR, houve uma significativa melhoria do planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano, sobretudo nas condições físicas das escolas, assim como nas condições de ordem pedagógica e legislativa, com discussões provocadas por meio de suas diferentes dimensões. Entretanto, entendemos que é necessário aprimorar as relações intergovenamentais, sob o princípio básico da produção do saber, com vistas à continuidade de mudanças mais significativas no âmbito do município. Os resultados e conclusões indicam, ainda, que a vontade de verdade, operada pela União, prevaleceu na instituição do PAR no município de Tucano, sobretudo, pela influência da melhoria da infraestrutura física e didático-pedagógica das escolas municipais. Condicionado aos repasses financeiros aos entes subnacionais, o PAR, em seus primeiros anos, alcançou quase a totalidade dos municípios brasileiros. Porém, atrelado a esse alcance, percebemos, nos enunciados produzidos pelos sujeitos da pesquisa, diferentes desafios em sua implementação, assim como sua tentativa de elevar os indicadores nacionais, sob o discurso da gestão moderna e de resultados satisfatórios, buscando a melhoria da qualidade da educação.

Palavras-chave: Plano de Ações Articuladas; Planejamento educacional; Federalismo; Política educacional.

ABSTRACT

This study is situated in the field of discussions about public policies in education, emphasizing the field of educational planning in the scope of a municipality in Bahia. The research question is thus constituted: How does PAR contribute to the institution of educational planning in the context of the municipal education network of Tucano - Bahia? In this sense, the research objectives are: a) General: To analyze how the PAR contributes to the institution of educational planning in the context of the municipal school system of Tucano - Bahia; b) Specific: b1) Discuss federalism and public policies in the Brazilian scenario; b2) Present the planning in the context of educational policy; b3) Analyze the contributions of PAR to the institution of educational planning in the municipal school system. The production of data occurred through a survey and documentary and bibliographic analysis, in addition to semi-structured interviews, conducted with six enunciating subjects who participated or participate in the PAR in different cycles and moments. Qualitative in nature and developed through a case study, the research is geographically located in the municipality of Tucano, located in the Sisal Identity Territory (TIS), State of Bahia. The data analysis was performed by mobilizing some of the Foucauldian postulates, including knowledge, power, discourse, and governmentality. It was also supported by authors from the field of management, politics, and educational planning. The results and conclusions of the research showed that, after joining PAR, there was a significant improvement in the educational planning of the municipal school network of Tucano, especially in the physical conditions of the schools, as well as in the pedagogical and legislative conditions, with discussions provoked through its different dimensions. However, we understand that it is necessary to improve intergovernmental relations, under the basic principle of knowledge production, with a view to continuing more significant changes at the municipal level. The results and conclusions also indicate that the will to truth, operated by the Union, prevailed in the institution of PAR in the municipality of Tucano, especially through the influence of improving the physical and didactic-pedagogical infrastructure of municipal schools. Conditioned on financial transfers to the subnational entities, the PAR, in its first years, reached almost all the Brazilian municipalities. However, linked to this reach, we noticed, in the statements produced by the research subjects, different challenges in its implementation, as well as its attempt to raise national indicators, under the discourse of modern management and satisfactory results, seeking to improve the quality of education.

Keywords: Articulated Action Plan; Educational planning; Federalism; Educational politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Ilustração 01: Capa..... | 01 |
| Ilustração 02: Barraca de artesanato em Caldas do Jorro..... | 19 |
| Ilustração 03: Maria Gama dos Reis, minha mãe!..... | 25 |
| Ilustração 04: “Seu” Joaquim..... | 51 |
| Ilustração 05: Minha família..... | 66 |
| Ilustração 06: Professor José Jackson Reis dos Santos..... | 81 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 01: Mapa do Território de Identidade do Sisal do Estado da Bahia..... | 32 |
| Figura 02: Evolução populacional de Tucano nas últimas décadas..... | 33 |
| Figura 03: Evolução da população urbano e rural de Tucano..... | 34 |
| Figura 04: Mapa do município de Tucano..... | 35 |
| Figura 05: Evolução do IDEB no Ensino Fundamental - anos iniciais e finais..... | 37 |
| Figura 06: Estrutura e organização da SEME..... | 37 |
| Figura 07: Organização e estrutura do PAR..... | 71 |
| Figura 08: Níveis, etapas, modalidades e ações pedagógicas e estruturantes do PAR..... | 74 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 01: Total de matrículas por etapas, modalidades e unidades de ensino..... | 36 |
| Quadro 02: Artigos selecionados por meio de RSL..... | 43 |
| Quadro 03: Ambiente de publicação dos artigos selecionados..... | 44 |
| Quadro 04: Documentos normativos oficiais analisados..... | 47 |
| Quadro 05: Metas do PNE..... | 64 |
| Quadro 06: Dimensões e iniciativas presentes no PAR..... | 72 |
| Quadro 07: Sequência de procedimentos para elaboração do PAR em Estados e municípios..... | 75 |
| Quadro 08: Ciclos do PAR..... | 76 |
| Quadro 09: Ações e objetivos do Proam na rede de ensino baiana..... | 79 |
| Quadro 10: Número de municípios atendidos | 80 |
| Quadro 11: Dimensão 01 do PAR..... | 94 |
| Quadro 12: Dimensão 02 do PAR..... | 95 |
| Quadro 13: Dimensão 03 do PAR..... | 96 |
| Quadro 14: Dimensão 04 do PAR..... | 97 |

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

| | |
|-------------|---|
| Conep: | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa |
| Embrapa: | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| Fundeb: | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação |
| Fundef: | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério |
| IBGE: | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDHM: | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| Inep: | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LDBEN: | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC: | Ministério de Educação |
| PAR: | Plano de Ações Articuladas |
| PDE: | Plano de Desenvolvimento da Educação |
| PNE: | Plano Nacional de Educação |
| Proam: | Programa de Apoio à educação Municipal |
| PPGen: | Programa de Pós – Graduação em Ensino |
| RSL: | Revisão Sistemática de Literatura |
| SARS-CoV-2: | <i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus</i> |
| SciELO: | <i>Scientific Electronic Library Online</i> |
| SEI: | Sistema Eletrônico de informações |
| Seme: | Secretaria Municipal de Educação |
| Simec: | O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| TIS | Território de Identidade do Sisal |
| Uesb: | Universidade do Sudoeste da Bahia |
| Uneb: | Universidade do Estado da Bahia |
| Unopar: | Universidade Norte do Paraná |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| 1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA..... | 26 |
| 1.1 Abordagem qualitativa e estudo de caso proposto..... | 26 |
| 1.2 Postulados foucaultianos adotados na pesquisa..... | 28 |
| 1.3 <i>Locus</i> de pesquisa..... | 31 |
| 1.4 Procedimentos e/ou técnicas de pesquisa..... | 38 |
| 1.4.1 Mapeamento das produções científicas..... | 38 |
| 1.4.2 Levantamento e análise documental..... | 46 |
| 1.4.3 Entrevistas semiestruturadas e sujeitos enunciadores da pesquisa..... | 47 |
| 1.5 <i>Corpus</i> da análise..... | 49 |
| | |
| 2 FEDERALISMO, PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E O CAMPO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E LEGAIS..... | 52 |
| 2.1 Federalismo e políticas públicas em educação..... | 52 |
| 2.2 Planejamento educacional e algumas incursões históricas constitucionais..... | 55 |
| 2.3 Constituição Federal de 1988, pacto federativo e o PNE | 58 |
| | |
| 3 O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL..... | 67 |
| 3.1 O PAR e seus princípios no contexto do PDE..... | 67 |
| 3.2 Organização, dimensões e iniciativas que estruturam o PAR..... | 70 |
| 3.3 Etapas que compreendem o PAR..... | 74 |
| 3.4 Participação do Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam) na elaboração do PAR em municípios baianos..... | 77 |
| | |
| 4 CONTRIBUIÇÕES DO PAR PARA A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TUCANO, BAHIA..... | 82 |
| 4.1 Olhares e concepções atribuídos ao planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano no contexto do PAR..... | 82 |
| 4.2 Materializando ações: algumas mudanças provocadas no contexto do PAR..... | 88 |

| | |
|--|------------|
| 4.3 Contribuições materializadas no âmbito do planejamento educacional, por meio do PAR, da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia..... | 93 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 101 |
| REFERÊNCIAS..... | 106 |
| ANEXOS..... | 112 |
| ANEXO A: Autorização para coleta de dados..... | 114 |
| ANEXO B: Termo de autorização para uso de imagens e depoimentos..... | 115 |
| ANEXO C: Parecer consubstanciado do Comitê de Ética..... | 116 |
| ANEXO D: Decreto N° 6.094, de 24 de abril de 2017..... | 117 |
| APÊNDICES: | |
| APÊNDICE A: Roteiros de entrevista..... | 126 |
| APÊNDICE B: Transcrição da entrevista 01..... | 128 |
| APÊNDICE C: Transcrição da entrevista 02..... | 138 |

INTRODUÇÃO

O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia (ROSA, 1986, p. 29).

Nesta Introdução, apresentamos, em linhas gerais, a trajetória de constituição do nosso objeto de pesquisa, abordando, inicialmente, aspectos da minha trajetória pessoal e profissional. Em seguida, evidenciamos as motivações de natureza científica na constituição da questão, dos objetivos e do objeto de pesquisa. Por fim, apresentamos a proposta de organização dos capítulos que compõem esse texto dissertativo.

Travessias: recortes de uma trajetória.

O início deste texto dissertativo remete-me a muitas inspirações, sobretudo, as travessias percorridas ao longo da vida com seus sonhos, labores e sabores. O dicionário *Oxford Languages* (1990) define a palavra feminina travessia como “ação ou efeito de atravessar”. É sobre este contexto que me encontro, atravessando perspectivas de uma vida com as suas durezas, mas também com suas vitórias, movido por sonhos e desejos, sendo também atravessado por diferentes sujeitos.

Diante deste cenário, iniciei em março de 2021, o Mestrado em Ensino, na Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista. Depois de muito tempo, retomava a minha vida acadêmica com muitas expectativas, mesmo diante de um cenário pandêmico, provocado por um vírus oriundo da China chamado SARS-CoV-2¹ (Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus), popularmente conhecido por Covid-19.

Esse vírus alastrou-se por todo mundo de maneira rápida e devastadora, recebendo status de pandemia e causando a morte de milhões de pessoas pelo mundo. Por esse motivo, com as suspensões das aulas presenciais, iniciamos o mestrado com aulas remotas, assim como as orientações acadêmicas. Mesmo com todas as incertezas e angústias causadas pelo vírus,

¹ “Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo”. Fonte: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.

continuamos a nossa travessia em torno das aulas ministrados remotamente, através da plataforma digital *google meet* por todos os professores/pesquisadores.

Pessoalmente, sentia falta do contato diário com os colegas e professores, mas sentia-me, por outro lado, mais seguro na modalidade remota. Mesmo assim, com todas as precauções tomadas por mim e minha família, acabamos infectados por esse vírus e tivemos uma experiência difícil do ponto de vista físico e psicológico. Eu, minha esposa Érika Nunes Montino e minha filha Glenda Ially Nunes Montino fomos tomados pela angústia e pelo medo durante longos 14 dias. Esse período foi, indubitavelmente, o mais difícil. Por vezes, pensei em desistir do mestrado, mas logo era tomado por um sentimento de superação e resiliência, ao lembrar das travessias até aqui, e essa era apenas mais uma a ser superada por nós. E assim estava escrito, superamos a covid-19, o medo da morte e das possíveis sequelas.

Continuamos o percurso acadêmico de maneira remota e seguindo todas as recomendações das autoridades em saúde. A força que me movia vinha da minha fé, das palavras de incentivo de familiares, das relações com os colegas e da presença marcante de minha orientadora, professora Dra. Sandra Márcia Campos Pereira, uma pessoa de escuta sensível e incentivadora. Portanto, boa parte deste texto dissertativo foi desenvolvido neste período, marcado por muitos desafios.

Por fim, a seção introdutória desta pesquisa traz como perspectiva metafórica a *travessia* como uma condição humana para construir relações ao longo do caminho, deixando marcas e refazendo histórias cotidianamente. Assim, por meio das minhas relações pessoais e profissionais, marcadas ao longo de uma vida e sua dureza no sertão baiano, iniciamos esse diálogo com muita lucidez e escuta, movido por muitos sonhos e desejos, provocado pelas experiências de vida.

O sertão e as experiências pessoais e educacionais

O sertão é do tamanho do mundo (ROSA, 1986, p. 60).

Toda travessia seja ela profissional ou pessoal requer desejos constantes, buscas incontáveis, lutas travadas diariamente consigo e com o outro. Como anunciado anteriormente por Rosa (1994), “[...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (ROSA, 1994, p. 86). É partindo deste contexto que começamos a desenhar uma relação profissional pautada, a princípio, na luta para alcançar objetivos de vida. Alcançar objetivos pessoais e profissionais sempre esteve presente nas relações cotidianas nos mais diferentes espaços socio-educacionais, não a qualquer custo, mas, sobretudo, como forma de

contribuir com o contexto no qual sempre estive inserido.

Viver no sertão, nas décadas de 80 e 90, do século XX, distante de tudo, era muito mais do que ser forte. Era ter a coragem de querer *Ser Mais* (FREIRE, 1987). Superar os obstáculos da luta cotidiana para trabalhar e estudar ao mesmo tempo, assim como as distâncias dos grandes centros, as dificuldades financeiras, tudo isso era desafiador, pois, parafraseando Euclides da Cunha, na obra *Os Sertões* (CUNHA, 1984), viver, em certo sentido, é também aprender a adaptar-se.

Nasci na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, no dia 20 março de 1981. Tenho mais nove irmãos, sendo cinco mulheres e quatro homens. Embora tenha nascido em Feira de Santana, fui criado, até os dois anos de idade, na fazenda Paus Brancos, localizada no município de Tucano, Bahia, distante 36 km da sede. De lá, ficaram as doces lembranças de uma vida simples. Meus pais viviam da agricultura familiar, de uma pequena bodega (espécie de bar e mercearia), que ficava em frente à nossa casa e do artesanato; este último era comercializado em feiras livres nas cidades baianas de Cipó, Nova Soure e Tucano.

Sempre muito virtuosos, meus pais, em especial minha mãe Maria Gama dos Reis (hoje com 82 anos), uma sertaneja “arretada” e destemida, com uma visão muito além do seu tempo, procurava pensar na educação e formação de seus filhos e filhas. Como muitos sertanejos, eles tinham o sonho de ver todos formados e quem sabe, doutores! Por conta disso, em 1983, fizemos a travessia para Caldas do Jorro, distrito de Tucano, local onde emergia o turismo, por conta de suas águas hidrominerais, sendo meu pai o pioneiro do artesanato local, muito frequentado por suas propriedades terapêuticas e medicinais. Assim, ao mesmo tempo em que estudávamos, meus pais sustentavam a família com a venda de bolsas, sandálias e produtos de sisal e couro, bastante comuns na região. É nesse distrito que meus pais, Joaquim Soares dos Santos e Maria Gama dos Reis, enxergam a possibilidade de melhorar as condições de vida de seus filhos e filhas, com uma pequena barraca de zinco, na Praça Ana Oliveira, vendendo os mais diferentes tipos de artesanato, trazidos das cidades de Cipó, também na Bahia e Caruaru, em Pernambuco. Essa era uma tentativa de atravessar a aridez do solo castigado pelas secas constantes da Fazenda Paus Brancos, sertão baiano. A imagem a seguir, do início dos anos 90, contextualiza o ambiente narrado anteriormente. Da esquerda para a direita aparecem minha irmã Marinalva Zulmira dos Santos, eu, meu irmão José Jackson Reis dos Santos e minha mãe Maria Gama dos Reis. Ao fundo nossa barraca de artesanato, sob a sombra de um “pé” de algaroba², árvore bastante comum no sertão.

² “A algarobeira é uma espécie vegetal arbórea da família Fabaceae, subfamília Mimosodae. É conhecida também pelos nomes pé-de-algaroba ou algarobo. Está árvore é nativa do Peru. Espécie pouco exigente em água, sobrevive

Ilustração 01: Barraca de artesanato em Caldas do Jorro



Fonte: Arquivo pessoal.

Minha formação inicial, da alfabetização até a 4 série (hoje, 5º ano do ensino fundamental), foi realizada no Instituto São José; escola administrada pelas freiras da Congregação Santa Teresinha, fundada pelo Pe. José Gumercindo, um dos precursores da educação de Tucano. O regime era rígido e autoritário e, a princípio, não conseguia me adequar às determinações e disciplinas impostas pela escola. Fugir da escola, naquela época, era a minha alternativa de liberdade. Não tinha maturidade e nem idade para compreender tamanho rigor. Mas toda trajetória de vida requer alguns sacrifícios e, aos poucos, acabei convivendo naquele sistema educacional tão rigoroso e, como afirma Freire (1987), bancário, que silenciava e oprimia. Completei o ensino fundamental e médio no Centro Educacional Rômulo Galvão, escola pública localizada também em Caldas do Jorro, que muito contribuiu com a minha formação.

Aos dezoito anos de idade, no ano 2000, fui selecionado, na condição de alfabetizador, para o Programa Alfabetização Solidária³, programa do governo federal que tinha como pressuposto o trabalho de alfabetização de jovens e adultos. A partir desse momento, minha

em zonas tropicais áridas, que não chegam a alcançar índices pluviométricos de 100 mm”. Fonte: <https://www.google.com/search?q=algaroba>.

³ O Programa Alfabetização Solidária foi criado durante o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998). Tinha como objetivo reduzir os índices de analfabetismo do país, focalizando nos jovens de 12 a 18 anos. Priorizava os municípios com taxas de analfabetismo superiores a 55%, localizados nas regiões norte e nordeste (BARREYRO, 2005).

vida profissional começou a ganhar novas vivências, novas trajetórias e travessias. A formação desse programa era realizada pela Universidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, onde era ministrado os processos formativos para os futuros alfabetizadores.

Mesmo não compreendendo, por meio desse contexto, minha travessia profissional começava a ser desenhada. Na oportunidade, conheci muitas pessoas e desenvolvi muitas parcerias profissionais. Sempre procurei fazer o melhor no contexto do programa e, ao voltar do Rio Grande do Sul, fui lecionar, à noite, no Bairro Cruzeiro, periferia da sede do município de Tucano. Trabalhava com uma turma de jovens, adultos e idosos com faixa etária entre 30 e 65 anos. Inicialmente, nessa turma, comecei as atividades, buscando compreender as histórias de vida dessas pessoas, suas angústias, dores, desejos, desafios. Percebia que eram pessoas marginalizadas e excluídas ao longo de suas vidas, sem o mínimo acesso básico à saúde, educação, cultura, arte, lazer; pessoas que, na maioria das vezes, nem acreditavam na própria vida. A experiência foi gratificante. Aprendi muito e pude também contribuir, mostrando que é preciso lutar sempre por aquilo que, a princípio, parece tão distante. Profundas lembranças e grandes aprendizados!

Retornei ao Rio Grande do Sul, na condição de orientador pedagógico da Educação de Jovens, Adultos e Idosos de Tucano, em 2001, função que ocupei por três anos. Essa foi minha primeira aproximação com a gestão no campo educacional. Nesse processo, busquei vivenciar princípios de uma gestão escolar democrática, pautada na participação e na autonomia dos sujeitos, bem como na consolidação de processos educacionais de forma contextualizada e referendada nas histórias de vida dos envolvidos e no estudo da realidade local. Aqui ampliei meu olhar em torno do sentido de gestão, partilhando espaços, decisões e relações de poder de forma horizontalizada (FREIRE, 1987; PERONI, 2012; PEREIRA, 2007). Essa experiência esteve conectada a uma política de educação mais ampla, numa perspectiva intersetorial, buscando resolver e dialogar sobre problemáticas e demandas com os diferentes sujeitos, gestores das demais secretarias municipais.

Paralelo a essa primeira experiência de gestão escolar, ministrava, também, aulas de Língua Portuguesa, no Centro Educacional Senhora das Graças, Escola Municipal localizada em Tucano. Nesse ínterim, sob o olhar da gestão do conhecimento, buscamos assegurar com qualidade a aprendizagem e a continuidade dos estudos dos educandos; marca fundante em minha prática docente.

Em 2004, fui para a orientação pedagógica da recém-inaugurada Escola Municipal Zélia de Brito Moreira Ramiro. No ano seguinte, assumi a direção da Escola Municipal Dr. Theotônio Martins, também, em Tucano. Com uma gestão coletiva e democrática, assim como defendem

Paro (1998), Pereira (2007), Peroni (2012), busquei desenvolver ações coletivas que redirecionaram, significativamente, aquela instituição. O trabalho, certamente, agradou a população, pois tínhamos atitudes democráticas, construindo uma gestão, no âmbito da educação básica, por meio de ações e propostas, coletivamente, planejadas, desenvolvidas, avaliadas e redimensionadas.

Por conta do trabalho realizado nessa escola, em 2006, fui convidado para outro desafio: assumir a gestão da maior escola do município em quantidade de estudantes, docentes, funcionários e infraestrutura, a Escola Municipal Zélia de Brito Moreira Ramiro. Nessa escola, assim como os demais contextos por onde passei, fomos consolidando processos de gestão democrática, pautados no respeito individual e coletivo de opiniões, com planejamento participativo, dinâmico, qualificado e sempre avaliado por toda a comunidade escolar. Nesse contexto, desenvolvemos projetos didáticos com discussões de temas importantes, tais como: diversidade, valores, família, meio ambiente, sustentabilidade, drogas e sexualidade. Os recursos financeiros para desenvolver esses projetos eram escassos, porém, a criatividade, no ato de planejar, permitia que fossem realizados de forma colaborativa. Era preciso criatividade para sonhar e construir narrativas que envolvessem a comunidade escolar, assumindo-se sujeitos das próprias ações, sem eximir a responsabilidade e o papel que o Estado tem ou deveria ter neste cenário.

Concomitante a tudo isso, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) teve um papel muito importante em minha trajetória profissional e pessoal. Até porque, o conhecimento construído a partir das inúmeras discussões, bem como seminários, palestras e encontros, deram-me maturidade para encarar a minha vida profissional de outra forma, pensando no coletivo e buscando saídas para alcançar êxito em minhas funções profissionais. Iniciei o curso de Letras Vernáculas em 2004, na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), na cidade de Euclides da Cunha, distante 66 km de Tucano, com a perspectiva de estreitar relacionamentos e ampliar conhecimentos, vindo a concluir o curso em 2008. Foram anos de muito conhecimento, de reflexões sobre planejamento, linguagem e literatura que proporcionaram ampliar o campo de visão acerca do cotidiano de meu trabalho e de minha vida.

A vida dura no sertão me ensinou desde cedo a nunca desistir. Era preciso lutar e viver, bravamente, contra muitos obstáculos. O maior deles, naquele momento, era conciliar a jornada de trabalho de 40 horas semanais em Tucano e os estudos à noite, em Euclides da Cunha, percorrendo, num só dia, algo em torno de 150 (cento e cinquenta) quilômetros. Nesse sentido, era preciso, na prática, mostrar a mim mesmo que era possível vencer na vida sendo professor da educação básica, crença que, até os dias atuais, muitas pessoas desacreditam.

Tempos difíceis do ponto de vista logístico e financeiro. As péssimas condições das estradas e transporte inadequado eram grandes entraves, mas a força de vontade em querer superar tais dificuldades não permitiu que o desânimo superasse o desejo de querer ultrapassar as adversidades, pois, como afirma Freire (1987), sonhos são projetos pelos quais precisamos lutar, refazendo caminhos e construindo novos projetos. Os aprendizados no âmbito universitário, sem dúvida, foram fundamentais para qualificar, teórica e metodologicamente, as diversas práticas de gestão e as ações pedagógicas vividas ao longo da minha trajetória.

As vivências narradas anteriormente nas duas instituições públicas, na cidade de Tucano, lançaram-me a desafios maiores dentro e fora da esfera municipal, assumindo diversos cargos de gestão ao longo dos anos, dentre eles, citam-se: a) a coordenação técnico-administrativa da Universidade Norte do Paraná (Unopar), entre 2010 a 2013; b) a gestão administrativa da rede particular de ensino no Instituto Social de Tucano (2011). c) a Secretaria de Governo (2012), articulando ações entre as demais secretarias da prefeitura de Tucano; d) a coordenação administrativa do distrito de Caldas do Jorro (2013), contexto no qual contribuí com o planejamento e execução de obras importantes para a comunidade (Construção de Unidade de Saúde, Reforma da Área de Banho da Praça Ana Oliveira; realização de esgotamento sanitário em diversas ruas); e) a Secretaria de Turismo (2017 a 2018), viabilizando ações de *marketing* para buscar promover a geração de emprego e renda na região; f) a Direção de Acompanhamento dos Serviços Públicos do município de Tucano (2019 a 2020).

As narrativas socializadas, com suas marcas pessoais e profissionais, foram as motivações necessárias para aprofundar as discussões em torno das políticas públicas em educação vivenciadas em nosso cotidiano. Ao ingressar como mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), vinculada à linha de pesquisa “Ensino, Políticas e Práticas Educativas, e em comum acordo, fui desafiado por minha orientadora a pensar e ampliar as discussões em torno dessas políticas educacionais de planejamento, especialmente, no que concerne ao Plano de Ações Articuladas (PAR).

De posse desse desafio e para compreender melhor as questões pertinentes ao PAR e aprofundar os olhares em seu entorno, realizamos uma Revisão Sistemática de Literatura⁴ (RSL) com base na Scientific Electronic Library On-line⁵ (SciELO). Para este contexto,

⁴ No capítulo teórico-metodológico, apresentamos, de forma mais detalhada, o processo de desenvolvimento da RSL.

⁵ “A Scientific Electronic Library Online – SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em

propomos identificar na literatura a existência de estudos primários que discorram e levantem informações, estudos e reflexões acerca da política de planejamento educacional no Brasil, focalizando o PAR.

A busca pelos dados percorreu um caminho, inicialmente, mais amplo para um contexto mais específico. Por meio dos descritores “plano de ações articuladas”, “políticas públicas”, tendo como temporalidade os anos de 2008 a 2021, identificamos e selecionamos, em um primeiro momento, 20 (vinte) artigos científicos publicados alusivos aos descritores e aos filtros utilizados. Entre os 20 (vinte), selecionamos 09⁶ (nove), especificamente em relação ao nosso objeto de pesquisa.

Por fim, dialogando com Freire (1992), por meio de tantas lutas travadas diariamente, nos constituímos como pessoa e como profissional. Sempre desejando melhorar as condições de vida, buscando encontrar os caminhos por meio das nossas vivências diárias, pois “[...] carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara de ruas da infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós” (FREIRE, 1992, p. 33).

Questão, objetivos e objeto de pesquisa

Considerando as motivações pessoais, profissionais e científicas, apresentadas anteriormente, nossa questão de pesquisa está assim constituída: Como o PAR contribui com a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia? Neste sentido, são nossos objetivos: a) Geral: Analisar como o PAR contribui com a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia; b) Específicos: b1) Discutir federalismo e políticas públicas no cenário brasileiro; b2) Apresentar o planejamento no âmbito da política educacional; b3) Analisar as contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino;

Desse modo, nosso objeto são as contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional no âmbito da rede municipal de ensino da cidade de Tucano - Bahia.

formato eletrônico. O site é constantemente atualizado tanto no seu formato como no seu conteúdo, de acordo com os avanços e os resultados do projeto”. Fonte: <https://bibliotecaucs.wordpress.com/2017/09/11/base-de-dados-scielo-oferece-artigos-cientificos-e-periodicos/>. Acesso: 19 jan. 2022.

⁶ Para o contexto desta introdução, socializamos título, autoria, objetivos e as principais conclusões.

A proposta de texto dissertativo ora apresentada, de natureza qualitativa, foi desenvolvida por meio de um estudo de caso, no contexto da rede municipal de ensino de Tucano, Estado da Bahia. Para tal, buscamos utilizar fontes documentais oficiais, discursos científicos, assim como por discursos produzidos pelos participantes de entrevistas semiestruturadas, perfazendo um total de seis (06) sujeitos enunciadorees. A abordagem teórico-metodológica apoia-se nas teorizações e postulados do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), especialmente nas suas discussões em torno dos seus postulados como: saber, poder, discurso e governamentalidade. Referencia-se, ainda, em autores do campo do federalismo, das políticas públicas e do planejamento educacional.

Organização da dissertação

Esse texto dissertativo está organizado em Introdução, seguida de quatro capítulos. O primeiro capítulo, *Abordagem teórico-metodológica*, explicita a base teórico – metodológica da pesquisa, aprofundando, num primeiro momento, os principais postulados foucaultianos, entre eles, saber, poder, discurso e governamentalidade. Na sequência do texto, apresenta-se a abordagem e o tipo de pesquisa, seguidas da RSL, da relação de documentos oficiais, da caracterização do contexto e dos sujeitos enunciadorees da pesquisa. Concluímos o capítulo apresentando a proposta de realização de entrevistas semiestruturadas.

No segundo capítulo, apresentamos a discussão sobre o federalismo no âmbito das políticas educacionais, discutindo sua (des)centralização e discorremos sobre as incursões históricas constitucionais presentes ao planejamento educacional, aprofundando as discussões em torno da Constituição Federal de 1988, do pacto federativo e do Plano Nacional de Educação.

No terceiro capítulo, situamos o PAR como uma ação de política educacional de planejamento, mostrando sua constituição e principais características.

Intitulado *Contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia*, no quarto capítulo, compreendemos como os sujeitos da pesquisa percebem o planejamento educacional no contexto do PAR e suas contribuições para o desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino da rede municipal de educação de Tucano. Nesse momento do texto dissertativo, atribuímos ênfase à análise dos dados.

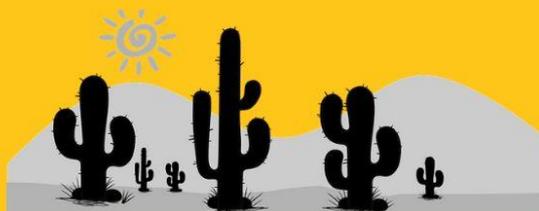
Nas considerações finais, retomamos a questão e os objetivos da pesquisa para, na sequência, socializar as principais conclusões do estudo em questão.

Abordagem teórico-metodológica



“[...] Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria”

(FERNANDO BRANT; MILTON NASCIMENTO)



1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo, procuramos explicitar a base teórico-metodológica que deu suporte à pesquisa a partir da literatura existente. No campo teórico, dada a natureza científica do trabalho, evidencia-se um estudo das políticas públicas em educação, na sequência do capítulo, apresentamos postulados foucaultianos como saber, poder, discurso e governamentalidade, situando o leitor em relação as nossas escolhas analíticas para interpretação dos dados. Evidenciamos ainda o *locus* de pesquisa, descrevendo o município, demonstrando recortes de seus principais indicadores educacionais, sociais e econômicos, assim como os sujeitos participantes desta pesquisa.

1.1 Abordagem qualitativa e estudo de caso proposto

Este trabalho em forma de texto dissertativo compreende o contexto das políticas públicas em educação, no âmbito da rede municipal de ensino de Tucano– Bahia, buscando compreender como o Plano de Ações Articuladas (PAR) contribui com a instituição do planejamento educacional neste município.

Na perspectiva de análise de dados, embasa-se na abordagem qualitativa, porque compreende-se que o estudo da experiência humana deve ser feito entendendo que as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos diariamente. A pesquisa qualitativa “[...] é uma metodologia não estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam insights e compreensão do contexto do problema” (CROCCO, 2006, p. 45). Corroborando com esta perspectiva, Minayo (2008) diz que essa abordagem de pesquisa é processual, valoriza os aspectos subjetivos, reflete sobre sentidos e significados no contexto de interação humana, mesmo porque toda investigação produz conhecimento e indagações novas constantemente.

Para Minayo (2008), as abordagens qualitativas são mais adequadas na perspectiva de investigações de grupos, de histórias sociais, entre outros. Para a autora,

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p. 57).

Guerra (2014) adverte que a pesquisa qualitativa pressupõe que o pesquisador fará uma abordagem empírica de seu objeto. Para tal, ele parte de um marco teórico-metodológico preestabelecido para, em seguida, preparar seus instrumentos de coleta de dados, que, por sua

vez, poderão fornecer uma riqueza ímpar ao pesquisador. De posse desses dados, passa-se a analisá-los a partir de suas categorias analíticas, procedendo a uma discussão dos resultados de sua pesquisa (GUERRA, 2014, p. 19). Assim,

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance (DENZIN; LINCOLN, *et al.*, 2006, p. 17).

Busca-se, inspirado na abordagem qualitativa, elucidar com maior profundidade nosso objeto de pesquisa, problematizando-o e compreendendo sua contribuição em torno das políticas públicas de planejamento em educação no município de Tucano – Bahia. Acredita-se que, por meio da pesquisa exploratória, embasada nos pressupostos das abordagens qualitativas, sob a ótica da pesquisa documental e empírica, utilizando a análise das entrevistas semiestruturadas, seja possível compreender como o PAR contribui com a instituição do planejamento educacional no município de Tucano e seus desdobramentos como política pública de planejamento educacional.

Neste contexto,

[...] o pesquisador procura revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, focalizando-o como um todo. Esse tipo de abordagem enfatiza a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 19).

Para aprofundar esta discussão, propomos o estudo de caso, isto porque pretendemos estudar um fenômeno em profundidade, utilizando diferentes procedimentos e técnicas de produção de dados, conforme apresentamos no tópico 1.4.

Corroborando com estas perspectivas, César (2015) defende que o estudo de caso tem como propósito orientar o pesquisador para o contato direto com o seu objeto de pesquisa, oferecendo a este uma fonte de informações capaz de favorecer o encontro das respostas de que deseja.

Dessa forma, por meio dessa abordagem e tipologia de pesquisa, lançamos um olhar sobre os atores desse contexto, para compreender suas visões de mundo, assim como suas interações sociais na implementação de políticas públicas em educação, especificamente, em torno do nosso objeto de pesquisa.

1.2 Postulados foucaultianos adotados na pesquisa

A abordagem teórica desta pesquisa ampara-se nos postulados do filósofo francês Michel Foucault (1936 -1984), considerado um dos mais destacados pensadores do século XX, com grande influência em pesquisas em educação pelo mundo. Mesmo não escrevendo especificamente sobre educação, seus postulados oferecem dispositivos que possibilitam análises sobre o contexto social, educacional e político contemporâneo. Foucault (2008) nasce em Poitiers, na França, no seio de uma família de médicos. Licencia-se em Filosofia e faz graduação em Psicologia Patológica, foi também psicólogo em hospitais e em penitenciárias e professor universitário na Alemanha, Estados Unidos, Suécia, Tunísia, entre outros países.

Sua obra, observada por Veiga Neto (2017) e Gregolin (2004), está dividida em três períodos: fase arqueológica, fase genealógica e fase ética. No período arqueológico destaca-se a importância das discussões em torno da busca para estabelecer aquilo que o próprio Foucault (1996) chama de “método arqueológico” das estruturas das ciências humanas, em especial da História e das Ciências Sociais, examinando ainda a Filosofia, a Linguística e a Literatura. Suas principais obras, neste período arqueológico, conforme observa Porfírio (2000), foram: *As palavras e as coisas* e *Arqueologia do saber*. Para Foucault (1996), a arqueologia

[...] procura cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação [...]; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas (FOUCAULT, 1996, p. 60).

No segundo período, apresentado por Foucault (1979) como fase genealógica, é marcado profundamente pelas formas de poder e subjetivação na sociedade, influenciado por sua atuação profissional em prisões e manicômios e sob a perspectiva genealógica de Nietzsche, do qual era leitor e entusiasta. Conforme pontuam Lemos e Junior (2009), Foucault utiliza a genealogia nietzschiana, propondo que se faça outra história que opere uma destruição das evidências, que “[...] reintroduza o descontínuo em nosso próprio ser, que faça ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo”. É neste cenário que aparecem em sua obra as reflexões sobre sociedade disciplinar e conceitos como biopolítica e microfísica do poder (PORFÍRIO, 2000). Suas principais obras neste período foram: *A verdade e as formas jurídicas*, *Vigiar e punir* e *Vontade de saber*, esse último como o primeiro volume de História da Sexualidade.

O terceiro período foucaultiano é marcado profundamente por questões relativas à constituição do sujeito ético, tendo como principais publicações a *História da sexualidade*, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*. Neste período, Foucault (1976) dedica-se, sobretudo, pensar

as formas de como desvendar o modo como a sociedade grega encarava a sexualidade. De acordo com Veiga-Neto (2003), para cada uma dessas fases, Foucault elaborou perguntas fundamentais: que posso saber; que posso fazer; e quem eu sou?

Dentro desta perspectiva, é interessante notar que os postulados foucaultianos no Brasil voltados aos estudos da educação, têm crescido de maneira significativa, como evidenciado em Gregolin e Neves (2020), mostrando a importância de suas discussões nesse âmbito e possibilitando novos olhares, no caso específico desta pesquisa, sobre o Plano de Ações Articuladas e suas contribuições para o planejamento educacional na rede municipal de ensino de Tucano. Para Gregolin e Neves (2020),

No Brasil, as pesquisas dedicadas aos estudos do discurso, na área de Letras, como indicam as bases de dados de Teses e Dissertações da Capes, “As Palavras e as Coisas” (1966/2005), “A Arqueologia do Saber” (1969/2004) e “A ordem do Discurso” (1970/2000) representam algumas das principais referências teórico-metodológicas deste campo. São obras cujas leituras se irradiaram pelo Brasil, sistematicamente, depois do declínio da última ditadura militar (1964-1985) (GREGOLIN; NEVES, 2020, p. 10).

Assim, à medida que pesquisas em educação, sob a ótica dos postulados foucaultianos, avançam, é necessário a compreensão neste cenário sobre suas teorizações. Compreendemos suas implicações em determinado percurso como procedimentos sistematizados que visam alcançar determinados resultados. Para Foucault, não há um método específico que se aplica de maneira homogênea, pelo contrário, ele considera que o método deve ser escolhido caso a caso, a partir da construção do problema ou objeto da pesquisa, como podemos observar:

Não tenho um método que se aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método [...] eu tateio, fabrico como posso instrumentos que são destinados a fazer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim. [...] Procuo corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir, e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio (FOUCAULT, 2003, p. 229).

Corroborando com esta perspectiva, Veiga Neto (2009) afirma que, para Foucault, “[...] o método não é o caminho seguro como queriam Descartes e Ramus”, até porque nada mais é seguro, previsível: nem os pontos de saída, nem o percurso, nem os pontos de chegada” (VEIGA NETO, 2009, p. 88-89).

Sob a premissa dos postulados foucaultianos, por meio de dispositivos imbricados nas relações poder-saber, consideramos oportuno materializar teoricamente este estudo, tendo como condição basilar seus postulados, sobretudo, nas condições produzidas por sua arqueologia e genealogia. Dessa maneira, buscamos observar, por meio do saber, poder, discurso e governamentalidade, os meandros imbricados ao PAR com vistas à sua contribuição para a instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino de Tucano, mesmo porque as políticas educacionais de planejamento são constituídas por sujeitos em seus diferentes ciclos e contextos enunciativos.

De acordo com Foucault (1972), o discurso não pode ser entendido como simplesmente um conjunto de palavras ou coisas ditas. Para ele, o discurso funciona como uma maneira de construir e desconstruir uma realidade, portanto, ele é formado historicamente, fornecendo a possibilidade de enunciados que compõem vontades e desejos. Em outras palavras, “[...] o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata”. (FOUCAULT, 1972, p. 53). Assim, as relações firmadas entre os diferentes sujeitos definem o que pode ou não ser dito por eles. Desse ponto de vista, o discurso constrói saberes e define os sujeitos em diferentes posições e relações de poder. Ele é móvel, se modifica na medida da prática social de cada sujeito e de cada contexto.

Diante desse cenário, percebe-se também em Foucault (1996) que não há uma teoria do poder, embora ele mesmo aponte caminhos para demonstrar de que forma os sujeitos atuam sobre outros sujeitos. Para ele, o poder não está localizado na instituição, nem tampouco nos meios jurídicos ou políticos. Em geral, temos essa percepção de que o poder se encontra no monopólio do Estado, mas Foucault (1996) revela a existência de uma espécie de microfísica do poder, que se articula ao Estado e atravessa toda estrutura social. O poder irradia por todos os lados, nos mais diferentes contextos de produção, pode ser repressivo, mas também é construtor de saberes e verdades.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Embora não negue a importância do Estado, Foucault (1996) adverte que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e permeiam a sociedade em sua plenitude. Assim como o discurso, o poder é constituído historicamente, estando em plena e constante transformação,

provocando diversas ações e reações. Ele não está apenas em uma instituição ou pessoa, mas nas relações existentes na sociedade.

Em relação ao postulado *governamentalidade* e suas possíveis implicações para o campo educacional, na obra *Segurança, Território e População*, Foucault (2008) afirma:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Diante desta arena, Foucault (2008) utiliza possíveis definições para governamentalidade, que nos permite, para uma melhor compreensão, dizer “[...] que a governamentalidade é um conceito gerado para explicar o processo que possibilitou o surgimento do Estado de governo com suas diversas práticas governamentais” (OLIVEIRA, 2019, p. 49). Desse modo, buscamos encontrar, na perspectiva de nosso objeto de pesquisa, as relações de poder existentes e os discursos que permeiam a construção histórica dos documentos oficiais que legitimam as políticas públicas em educação e orientam os entes federados no que concernem às suas obrigações legais e ao PAR.

Do exposto, a composição do referencial teórico desta pesquisa incide sob o olhar dos postulados de Michel Foucault, assim como alguns de seus comentadores e pesquisadores de suas obras, por meio de livros, artigos, teses e dissertações, conforme explicitado anteriormente.

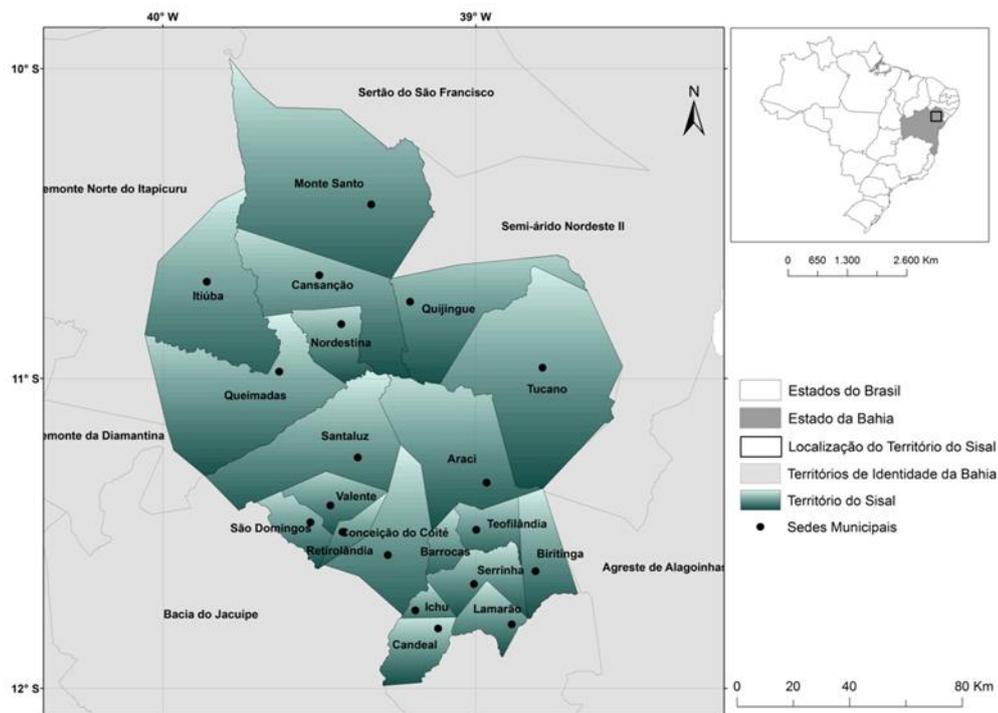
1.3 Locus de pesquisa

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação sobre as contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano compreende, geograficamente, como campo empírico, o município de Tucano, localizado, no Território de Identidade do Sisal (TIS), Estado da Bahia. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE, 2021), apontam o Estado da Bahia como o quarto maior em população e o quinto em extensão geográfica e está dividido em vinte e sete (27) Territórios de Identidade⁷.

O TIS é conhecido como região sisaleira da Bahia, está localizado no semiárido, nordeste do Estado, a pouco mais de 250 km de Salvador. O nome do território está intimamente associado ao sisal, que é uma planta originária da América Central, muito utilizada para fins comerciais, e que é fonte de sustento de centenas de famílias ao longo de toda sua expansão. Logo abaixo, por meio da figura 01, demonstramos a sua localização nos mapas do Brasil e do Estado da Bahia.

Figura 01: Mapa do Território de Identidade do Sisal do Estado da Bahia



Fonte: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/>

O TIS abrange uma área de 21.256,50 Km² e é composto por 20 municípios, os quais descrevemos a seguir: Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia, Valente, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candeal, Cansanção e Itiúba. Estima-se que sua população é de 570.720 habitantes, sendo 58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, duas

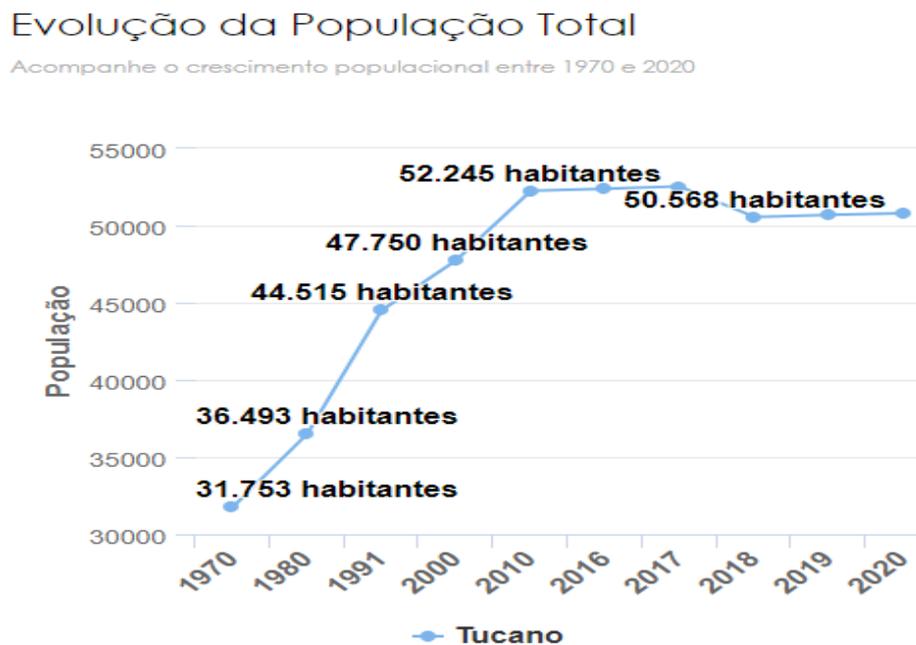
⁷ “A Regionalização em Territórios de Identidade foi adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, quando lançou o Plano Plurianual 2008-2011, e contava à época com 26 Territórios de Identidade que abarcavam os 417 municípios”. Fonte: <https://www.sei.ba.gov.br/>

comunidades quilombolas e uma terra indígena, segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2021).

Além do sisal, a atividade econômica do Território gira em torno da agropecuária, indústria, mineração e turismo. Neste último, com destaque para o turismo religioso em Monte Santo e o turismo de lazer em Caldas do Jorro, distrito de Tucano. Na agropecuária, evidencia-se a criação de caprinos, ovinos e bovinos, além de culturas e criações de subsistência. Segundo informações da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI-BA, 2021), 63 % da população do Território vivem na zona rural e, entre os territórios de identidade do Estado, apresenta o terceiro pior índice de desenvolvimento humano (médio) – 0,589.

Como parte deste Território, o Município de Tucano, segundo dados do IBGE (2020), apresenta uma população estimada em 50.568 habitantes. Em relação ao TIS, possui a quarta maior população, sendo superado por Serrinha (81.693), Conceição do Coité (67.394) e Araci (54.648). Sua área se estende ao longo de 2 799,1 km². A figura 02 mostra a evolução populacional de Tucano nas últimas décadas.

Figura 02: Evolução populacional de Tucano nas últimas décadas



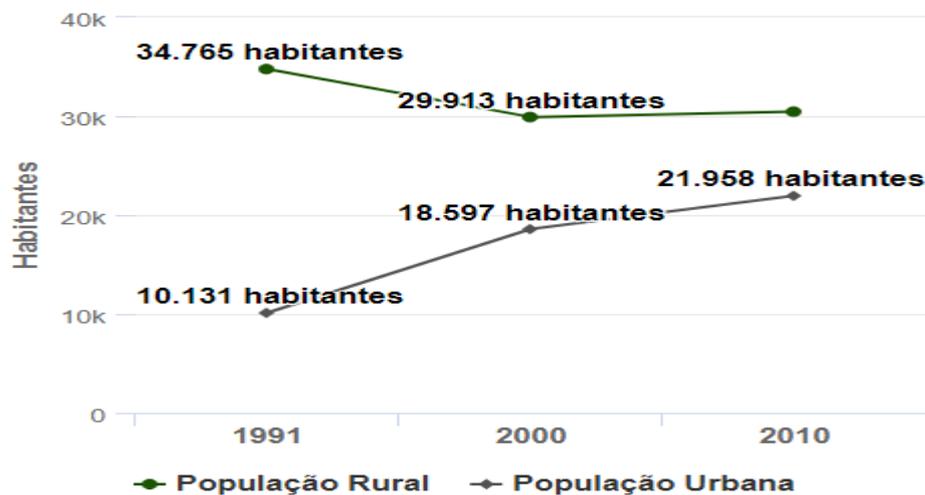
Fonte: IBGE - Censo Demográfico; Atlas Brasil 2013 - Censo 2010. Organizado por Datapedia.info.

Por meio da figura 02, observamos um crescimento populacional substancial nas últimas décadas, com um leve declínio entre os anos de 2018 e 2020, por conta do redimensionamento territorial feito pelo Estado da Bahia, conforme dados da SEI (2013). A maior parte da

população reside, predominantemente, na zona rural, embora, por meio da figura 03, percebemos uma equiparação ao longo das últimas décadas.

Figura 03: Evolução da população urbano e rural de Tucano

Evolução População Rural e Urbana

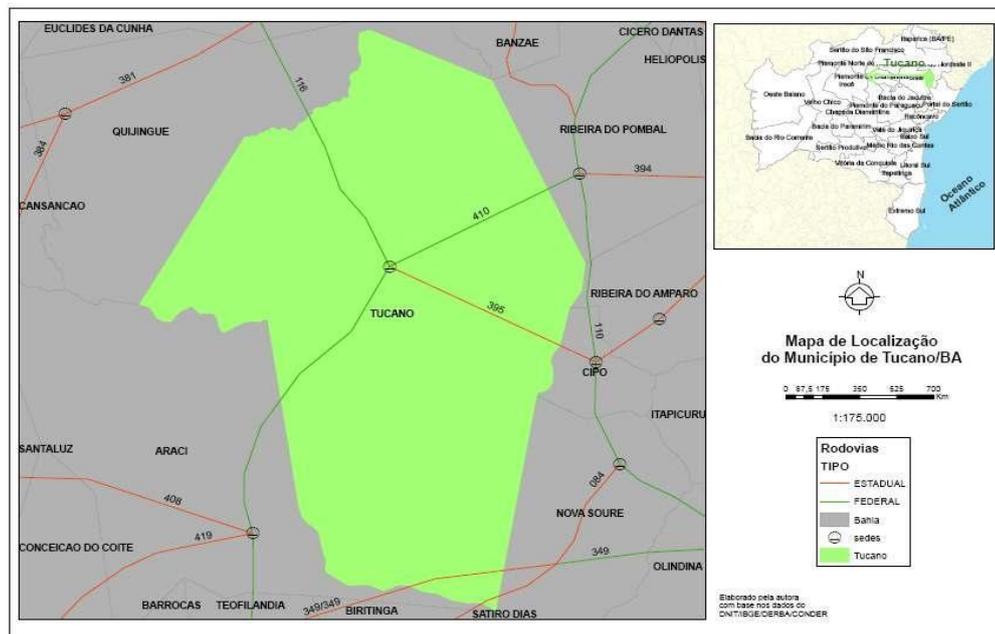


Fonte: IBGE - Censo Demográfico; Atlas Brasil 2013 - Censo 2010. Organizado por Datapedia.info.

Essa equiparação, evidenciada por meio da figura 03, ao longo dessas duas décadas, passa pelo fenômeno do êxodo rural, muito comum no nordeste brasileiro neste período, marcado, sobretudo, pela busca por maiores oportunidades de trabalho nos grandes centros urbanos, conforme observa Alves *et al.* (2011).

Para além dessas informações iniciais, o município de Tucano destaca-se pelo potencial turístico dos distritos de Caldas do Jorro e Jorrinho, por conta de suas águas hidrominerais que chegam a elevadas temperaturas, 48° e 36° graus respectivamente. Destaca-se, também, pela produção de artesanato em couro, com forte presença do distrito de Tracupá, e por suas festas populares, a exemplo do “Arraiá das águas quentes” (Caldas do Jorro), Festa de Santo Antônio (Creguenhem). Limita-se com os municípios de Araci, Euclides da Cunha, Cipó, Quijingue, Nova Soure e Ribeira do Pombal. Por meio da figura 04, podemos observar essa distribuição.

Figura 04: Mapa do município de Tucano



Fonte: <https://www.google.com/search?q=mapa+do+munic%C3%ADpio+de+tucano>

No que concerne à educação básica, a cidade de Tucano sempre foi uma referência para todo Território (SANTOS, 2003). A primeira escola pública primária da cidade é datada de 1946, chamada Dr. Theotônio Martins e funciona na atualidade com ensino fundamental completo. Essa referência passa também pelo olhar do Padre José Gumercindo dos Santos, fundador das congregações Santa Teresinha (1947), Joseleitos de Cristo (1950), Divino Mestre (1960). Padre José Gumercindo tornou-se uma referência no campo educacional, cultural e religioso para a cidade com uma visão além do seu tempo.

Segundo dados do Censo Escolar (2021), a rede de educação de Tucano conta com 66 unidades de ensino, entre as quais, 57 municipais, 03 estaduais e 06 particulares, distribuídas na sede e zona rural do município, totalizando 14.100 estudantes, atendendo a todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica. Para esse contexto de pesquisa, evidenciamos os números das escolas públicas municipais, isto porque nosso olhar encontra-se no contexto da rede municipal de ensino. A distribuição das escolas municipais está organizada da seguinte forma: 08 na zona urbana e 49 na zona rural, atuando no ensino fundamental, educação infantil, educação de jovens e adultos e educação inclusiva (BRASIL, 2021).

Diante deste contexto, observamos a prevalência de escolas na zona rural, por conta das dimensões geográficas do município e a necessidade de oferta de ensino aos distritos e povoados que compõem a rede. No quadro 01, mostramos a distribuição dos estudantes da rede

municipal de ensino, por etapas e modalidades, conforme dados apresentados pelo Censo Escolar (2021).

Quadro 01: Total de matrículas por etapas, modalidades e unidades de ensino

| ETAPA/MODALIDADE | NÚMERO DE MATRÍCULAS DA REDE MUNICIPAL | | | | | |
|---------------------|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| CRECHE | 1.204 | 1.302 | 1.295 | 1.315 | 1.235 | 1.335 |
| PRÉ -ESCOLA | 1.269 | 1.205 | 1.143 | 1.185 | 1.155 | 1.297 |
| FUND. ANOS INICIAIS | 4.202 | 3.949 | 3.784 | 3.598 | 3.407 | 3.489 |
| FUND. ANOS FINAIS | 3.466 | 3.446 | 3.339 | 3.224 | 3.138 | 3.147 |
| EJA | 1.185 | 1.227 | 1.128 | 939 | 970 | 980 |
| EDUCAÇÃO ESPECIAL | 0 | 817 | 384 | 405 | 389 | 340 |
| TOTAL | 11.326 | 11.946 | 11.073 | 10.666 | 10.294 | 10.588 |
| UNIDADES DE ENSINO | 78 | 76 | 65 | 60 | 57 | 57 |

Fonte: Quadro produzido pelo autor com base em dados do INEP (2021)

A análise do quadro 01 evidencia a diminuição gradativa de unidades escolares. Entre os anos de 2016 e 2021 foram fechadas 21 unidades, o que corresponde a mais de 20%. Isso ocorreu, entre outras razões, por conta do baixo número de estudantes em determinadas regiões do município, provocando o deslocamento destes para instituições mais próximas das suas residências.

Essa diminuição da quantidade de matrículas acentuou-se por todo país. De acordo com o levantamento do INEP (2021), cerca de 1,2 milhão de alunos deixaram a educação básica desde 2019. Nos últimos dois anos, o número de matrículas somando a educação infantil (até 5 anos), o ensino fundamental e o ensino médio foi de 47.874.246, em todo território nacional. Em 2021, este número caiu para 46.668.401. Só a educação infantil registrou 7,3% matrículas a menos, o que corresponde a 650 mil crianças.

No que concerne ao município de Tucano, outro fator a ser observado refere-se aos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2020). Por meio da figura 05, a seguir apresentada, mostramos a evolução desses números ao longo dos últimos anos na rede municipal de ensino de Tucano. Esses números são calculados com base no aprendizado dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, por meio da Prova Brasil, assim como o fluxo escolar (taxa de aprovação). Vejamos:

Figura 05: Evolução do IDEB no Ensino Fundamental - anos iniciais e finais.

Anos iniciais (5º ano)

| Município ↕ | Ideb Observado | | | | | | | | Metas Projetadas | | | | | | | |
|-------------|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 2005 ↕ | 2007 ↕ | 2009 ↕ | 2011 ↕ | 2013 ↕ | 2015 ↕ | 2017 ↕ | 2019 ↕ | 2007 ↕ | 2009 ↕ | 2011 ↕ | 2013 ↕ | 2015 ↕ | 2017 ↕ | 2019 ↕ | 2021 ↕ |
| TUCANO | 2.3 | 2.7 | 3.2 | 4.1 | 4.7 | 5.0 | 5.1 | 5.0 | 2.5 | 3.0 | 3.5 | 3.8 | 4.1 | 4.4 | 4.7 | 5.0 |

Anos finais (8º ano)

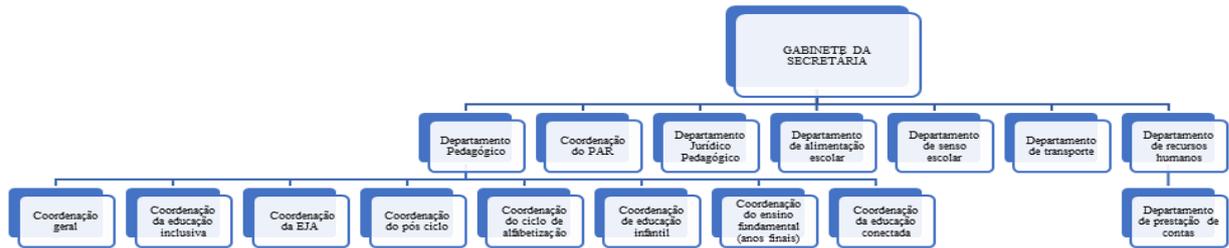
| Município ↕ | Ideb Observado | | | | | | | | Metas Projetadas | | | | | | | |
|-------------|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 2005 ↕ | 2007 ↕ | 2009 ↕ | 2011 ↕ | 2013 ↕ | 2015 ↕ | 2017 ↕ | 2019 ↕ | 2007 ↕ | 2009 ↕ | 2011 ↕ | 2013 ↕ | 2015 ↕ | 2017 ↕ | 2019 ↕ | 2021 ↕ |
| TUCANO | 2.2 | 2.7 | 2.6 | 3.4 | 2.9 | 3.2 | 3.2 | 3.6 | 2.2 | 2.5 | 2.9 | 3.4 | 3.8 | 4.1 | 4.4 | 4.6 |

Fonte: Inep (2020).

Os dados evidenciam a gradativa evolução do IDEB na rede municipal de educação, no Ensino Fundamental, anos iniciais e nos anos finais apenas nos três primeiros anos. Observamos que, em 2005, ano em que o IDEB foi calculado pela primeira vez, o índice da rede municipal para os anos iniciais era de 2,3, muito abaixo da média nacional, que nesse mesmo ano era de 3,8. Outro dado a ser observado, refere-se aos anos de 2007 a 2019. Por meio da figura 05, observamos que as metas ficaram acima da média projetada nos anos iniciais, evidenciando indícios de avanços e melhorias educacionais nesta etapa, enquanto nos anos finais do ensino fundamental, há um declínio após os três primeiros anos projetados.

Para além dessas informações, a rede municipal de ensino de Tucano está organizada, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SEME) por modalidade e etapas de ensino, abrangendo toda extensão territorial. No organograma a seguir, demonstramos como está estruturada e organizada atualmente a SEME.

Organograma 01: Estrutura e organização da SEME



Fonte: Organograma produzido pelo autor.

Diante do exposto, considerando nosso objeto de pesquisa (contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano), intencionamos as discussões em torno do planejamento educacional da rede pública municipal de ensino de Tucano.

1.4 Procedimentos e/ou técnicas de pesquisa

O objetivo desta seção é descrever os procedimentos utilizados na investigação do objeto de estudo. O projeto que compreende esta pesquisa foi devidamente aprovado pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), sob o número CAAE 55224821.5.0000.0055, no dia 21 de fevereiro de 2022.

O processo de investigação foi estruturado mediante as seguintes etapas: mapeamento das produções científicas, produção do *corpus* de análise, levantamento do referencial teórico e análise documental, realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos enunciadorese, por fim, análise dos dados.

1.4.1 Mapeamento das produções científicas

As políticas públicas de planejamento educacional têm sido discutidas amplamente no cenário nacional, sobretudo, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei n.º 9394/96 (BRASIL, 1996). Notamos que a produção científica desta temática é intensa e tem contribuído para ampliar as discussões e o debate, em torno do cenário nacional. Trigueiro Mendes (2000) alerta para as questões semânticas imbricadas ao planejamento educacional e, por consequência, interpretativas, para ele: “[...] no contexto educacional brasileiro, o primeiro problema do planejamento educacional parece ser um

problema semântico”, o que denota a necessidade de materialização e aprofundamento desse estudo no cenário das políticas públicas em educação.

Com vistas a essa perspectiva, no âmbito do nosso objeto de estudo, aprofundamos esse debate por meio de estudos científicos, levantando referenciais teóricos, utilizando como procedimento metodológico a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), compreendida por Kitchenham (2004) como melhor caminho para identificar a existência de uma literatura sobre determinado objeto de estudo. Para ele,

A revisão sistemática da literatura é um meio de identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas disponíveis relevantes para uma determinada questão de pesquisa, área temática ou fenômeno de interesse. Através de passos estruturados, bem definidos e claros, a revisão sistemática é utilizada para efetuar uma pesquisa ampla na literatura para obtenção do estado da arte a respeito do tema proposto (KITCHENHAM, 2004, p. 33).

Corroborando com esta perspectiva, Ramos et.al (2004) acrescenta que a RSL se caracteriza, por conseguinte, por empregar uma metodologia de pesquisa com rigor científico e de grande transparência, cujo objetivo visa minimizar o enviesamento da literatura, na medida em que é feita uma recolha exaustiva dos textos publicados sobre o tema em questão (THORPE *et al.*, 2005; TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003).

Dessa forma, compreende-se a importância da RSL, sob o olhar das combinações de estudos que recorrem às várias metodologias, permitindo a combinação de dados da literatura empírica e teórica, ampliando as possibilidades de análise dessa literatura. Portanto, do ponto de vista acadêmico, há uma relevância indescritível neste tipo de trabalho para compreender melhor, possíveis fenômenos e vestígios, pouco perceptíveis empiricamente. Para que isso aconteça, é necessário realizar uma busca qualificada, com critérios bem definidos, identificando pesquisas e trabalhos produzidos acerca do objeto de pesquisa em análise.

Por meio desta arena de discussões e seguindo um protocolo de pesquisa, iniciamos um roteiro de busca, objetivando identificar artigos científicos que abordam a mesma temática dessa pesquisa, qual seja, as contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional, na Scientific Electronic Library On-line (SciELO). Para isso, o procedimento metodológico, devido à amplitude da temática, percorreu o caminho de comando de “busca” e dos descritores⁸: “plano de ações articuladas” e “políticas públicas”, filtrando os comandos em Brasil, todos os periódicos, idioma português e tendo como temporalidade os anos de 2008 a

⁸ “Descritores são termos padronizados definidos por especialistas para identificar assuntos publicados nos artigos científicos”. Fonte: <https://blog.metzner.com/descriptores>

2021, período em que contempla os primeiros três ciclos do PAR. Identificamos, em um primeiro momento, vinte (20) artigos científicos publicados.

Para este contexto, propomos identificar na literatura a existência de estudos que discorram sobre o nosso objeto de pesquisa em análise, levantando informações acerca da política de planejamento educacional no Brasil, com vistas ao Plano de Ações Articuladas.

Para tanto, mesmo encontrando pesquisas referentes ao objeto em análise, coube-nos selecionar por meio da definição de critérios de exclusão. Assim, pesquisas que retratavam questões bem peculiares e que não diziam respeito as políticas de educação e ao PAR foram excluídas, usando os seguintes critérios de exclusão: “Trabalhos que não pertençam a Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação ou Ensino”; Que não há similaridade com o objeto de pesquisa estudado; “Trabalhos com resumos incompletos e que não estejam disponíveis na íntegra para acesso”.

Depois de uma minuciosa análise, refinamento e uma leitura atenta, encontramos nove (09) artigos científicos que elucidam, em diferentes momentos, as políticas educacionais voltadas ao planejamento da educação e discutem as contribuições do PAR, em torno das políticas públicas.

Dessa forma, o artigo 01, intitulado *A coordenação federativa do MEC no âmbito do PAR: sinais de arranjos e regras de decisão para a gestão educacional*, de autoria de Emmanuelle Arnaud Almeida e Antônio Cabral Neto, discute e busca compreender a dinâmica de compartilhamento do poder na interdependência entre os entes federados com vistas ao PAR. Conclui-se que o MEC deve trabalhar para elevar o nível de conhecimento processual dos Municípios e resolver as fragilidades de seus próprios processos gerenciais.

O artigo 02, *Plano de Desenvolvimento da Educação e Plano de Ações Articuladas: interferências e contradições do Plano de Ações Articuladas na gestão dos sistemas municipais de ensino em Goiás*, de autoria de Luís Gustavo A. Silva e Suely Ferreira, discute as contribuições do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do PAR para a gestão do sistema municipal de ensino do estado de Goiás. Neste contexto, concluiu-se que há interferência do PAR, com vistas ao planejamento educacional das redes municipais de ensino, apresentando contradições na forma de gestão inerente à concepção do PAR.

De autoria de Neusa Chaves Batista, o artigo 03, *A gestão democrática da educação básica no âmbito do plano de ações articuladas municipal: tensões e tendências*, analisa a instituição do PAR no estado do Rio Grande do Sul, e identifica tensões, sobretudo, na relação entre União e municípios com base no exame das situações e tendências dos indicadores da área gestão democrática e desenvolvimento dos sistemas de ensino. A abordagem metodológica

deste trabalho foi produzida por meio do ciclo de políticas, presentes na literatura de Ball e Bowe (1994). O estudo aponta fragilidades entre o planejamento das redes municipais de ensino e a União, tendo em vista o não cumprimento de ações de indicadores da área gestão democrática e desenvolvimento dos sistemas de ensino.

O artigo 04, denominado *Relações intergovernamentais no exercício do PAR: redes semânticas tecidas para tipificar as bases federativas do regime de colaboração*, cujo autoria é de Emmanuelle Arnaud Almeida e Antônio Cabral Neto, discute a teoria do federalismo cooperativo e reflete como funciona as relações de poder entre os entes federados, concluindo que mesmo, havendo falta de transparência em algumas situações e compromissos não cumpridos, o PAR se sustenta mediante as relações intergovernamentais.

Federalismo cooperativo e Plano de Ações Articuladas (PAR) – Algumas aproximações teóricas, título do artigo 05, cuja autoria de Karla Cristina Silva Sousa e Alda Maria Duarte Araújo Castro, discute, no âmbito do PAR, o federalismo brasileiro sob o viés da matriz teórica *self rule plus shared rule*, ou seja, o federalismo enquanto pacto. As autoras descrevem o PAR como *center constraining* (restrição central) e sinaliza que a União é a grande *demos constraining* (restritiva, limitativa). Desse ponto de vista, o federalismo brasileiro, torna-se incompleto, evidenciando-se a reorganização do PAR pela lógica da descentralização de suas ações.

O artigo 06, intitulado *Balanço das avaliações municipais do Plano de Ações Articuladas: desafios atuais ao desenvolvimento da política nacional PAR*, tem como autores Donald Bello de Souza e Neusa Chaves Batista. Este artigo reflete, por meio de estudos empíricos, tendo como referência os anos 2007 a 2012, observando, com base no contexto do PAR como política de Estado, suas dificuldades referentes à assistência técnica e financeira sob responsabilidade do MEC, comprometendo ações desencadeadas pelos municípios, sobretudo, à formação inicial e continuada de professores.

O artigo 07, *Federalismo e planejamento educacional no exercício do PAR*, tem como autora Eliza Bartolozzi Ferreira. Ferreira (2014) aponta para reflexões sobre a receptividade das redes de ensino ao PAR e sua capacidade de articulação aos subgovernos. Conclui-se que há dificuldades no alcance dos objetivos de colaboração entre os entes federados, sobretudo nas regiões Sudeste, Centro – Oeste e Nordeste do país, em municípios de pequeno e médio portes. Segundo a autora, essas dificuldades podem ser compreendidas pelo curto prazo para implementação dessa política pública.

No artigo 08, *A propagação de novos modos de regulação no sistema educacional brasileiro: o Plano de Ações Articuladas e as relações entre as escolas e a União*, as autoras

Marisa Ribeiro Teixeira Duarte e Déborah Saib Junqueira analisam as relações intergovernamentais por meio do planejamento educacional, com vistas ao PAR. Os resultados desta pesquisa indicaram que há relação entre o planejamento escolar com os projetos educacionais formulados e financiados pela União. Por fim, conclui-se que o PAR se constitui como um importante instrumento do regime de colaboração “[...]mediante à associação da regulação por desempenho e burocrático-profissional do sistema educacional brasileiro” (DUARTE; JUNQUEIRA, 2013, p. 165).

Por fim, o artigo 09, *O PDE e as metas do PAR para a formação de professores da educação básica*, de autoria de Marilda Pasqual Schneider, Elton Luiz Nardi e Zenilde Durli, reflete sobre a política de regulação do PDE com vistas ao PAR, considerando suas ações como indutoras quanto à melhoria da educação básica. Pontua, por meio de análise documental, a importância das ações de formação inicial e continuada dos professores da educação básica previstas no PAR de vinte municípios da mesorregião oeste do estado de Santa Catarina, evidenciando a atuação regulatória do Estado. Os autores alertam para os desafios à melhoria da qualidade da educação, em razão da discrepância entre orientações do MEC sem a devida relação com as necessidades locais.

Após análise dos trabalhos mapeados, reafirmamos a importância desse levantamento de literatura científica para uma primeira aproximação ao nosso objeto de pesquisa, mesmo porque, como pontua Foucault (1979) “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento à sua volta”.

Em seu conjunto, os estudos em seus elementos discursivos enunciam conceitos fundamentais para nossa investigação como federalismo, políticas públicas, planejamento educacional, PAR. Além disso, indicam referências fundantes para nossa área de estudo, a exemplo de Dermeval Saviani (*Educação brasileira; história da educação; pedagogia e política educacional*), Carlos Roberto Jamil Cury (*Planejamento educacional; políticas públicas; regime de colaboração*), Antônio Cabral Neto (*Descentralização; política educacional; gestão educacional*), Marisa Duarte Ribeiro Teixeira (*Políticas públicas de educação; desigualdades educacionais*).

A seguir, por meio do quadro 02, vamos detalhar as informações dos nove artigos científicos selecionados, minuciosamente. Para isso, usaremos a nomenclatura A1 (artigo um) e seus sucessores, usando como critério de apresentação a ordem temporal de publicação dos autores/pesquisadores.

Quadro 02: Artigos selecionados por meio de RSL

| ORDEM | TÍTULO | AUTOR |
|-------|---|--|
| A1 | A coordenação federativa do MEC no âmbito do PAR: sinais de arranjos e regras de decisão para a gestão educacional | Emmanuelle Arnaud Almeida Antônio Cabral Neto |
| A2 | Plano de Desenvolvimento da Educação e Plano de Ações Articuladas: interferências e contradições do Plano de Ações Articuladas na gestão dos sistemas municipais de ensino em Goiás | Luís Gustavo A. Silva Suely Ferreira |
| A3 | A gestão democrática da educação básica no âmbito do plano de ações articuladas municipal: tensões e tendências | Neusa Chaves Batista |
| A4 | Relações intergovernamentais no exercício do PAR: redes semânticas tecidas para tipificar as bases federativas do regime de colaboração | Emmanuelle Arnaud Almeida Antonio Cabral Neto |
| A5 | Federalismo cooperativo e Plano de Ações Articuladas (PAR) – Algumas aproximações teóricas | Karla Cristina Silva Sousa Alda Maria Duarte Araújo Castro |
| A6 | Balanço das avaliações municipais do Plano de Ações Articuladas: desafios atuais ao desenvolvimento da política nacional PAR | Donaldo Bello de Souza Neusa Chaves Batista |
| A7 | Federalismo e planejamento educacional no exercício do PAR | Eliza Bartolozzi Ferreira |
| A8 | A propagação de novos modos de regulação no sistema educacional brasileiro: o Plano de Ações Articuladas e as relações entre as escolas e a União | Marisa Ribeiro Teixeira Duarte Déborah Saib Junqueira |
| A9 | O PDE e as metas do PAR para a formação de professores da educação básica | Marilda Pasqual Schneider; Elton Luiz Nardi; Zenilde Durl |

Fonte: Quadro produzido pelo pesquisador.

Após evidenciar a análise técnica das pesquisas refinadas e selecionadas, entendemos que é necessário publicizar, também, as instituições as quais referendaram esses trabalhos por meio de suas publicações. Por meio do quadro 03, identificamos o nome do periódico, Qualis Capes e o ano de publicação desses trabalhos. Nosso objetivo com essa ação é contextualizar os estudos e pesquisas desenvolvidas e legitimar ainda mais essas ações.

Quadro 03: Ambiente de publicação dos artigos selecionados

| ORDEM | INSTITUIÇÃO DE PUBLICAÇÃO | ANO |
|-------|--------------------------------|------|
| A1 | Revista em educação | 2020 |
| A2 | Ensaio: aval. pol. públ. Educ | 2018 |
| A3 | Revista Brasileira de Educação | 2018 |
| A4 | Revista Brasileira de Educação | 2018 |
| A5 | Ensaio: aval. pol. públ. Educ | 2017 |
| A6 | Educação em Revista | 2016 |
| A7 | Cadernos de pesquisa 2014 | 2014 |
| A8 | Pro-Posições | 2013 |
| A9 | Ensaio: aval. pol. públ. Educ | 2012 |

Fonte: Quadro produzido pelo pesquisador

Na medida em que os artigos foram analisados, estes apresentaram contribuições para refletir o planejamento educacional sob a ótica do PAR. Em sua maioria, foi possível perceber que os trabalhos fizeram uso, em sua metodologia, do Materialismo Histórico-dialético, com raras exceções, a exemplo do artigo 02, que fez a análise por meio do Ciclo de Políticas, de Ball e Bowe. Por meio da análise dessa literatura produzida com base na RSL, foi possível observar também, em sua maioria, a realização de um estudo de natureza qualitativa, por meio de análise documental e ainda como *corpus* de análise, publicações oficiais, literatura científica e entrevistas semiestruturadas, com raras exceções, a exemplo do artigo 03, que fez uso de questionários.

Os trabalhos localizados e escolhidos para refletir e analisar as questões referentes ao planejamento educacional, tendo como centralidade as discussões sobre o PAR, assim como as políticas educacionais vigentes, reforçam a necessidade de continuar a discussão em torno dessa temática, tão importante e impactante à sociedade em sua inteireza.

Diante de tais discussões, evidenciamos a necessidade de compreender sob um olhar crítico-compressivo, a dinâmica em torno do discurso de descentralização que essa ação política educacional sugere. Mesmo porque, as discussões apontam para mostrar que as proposições da

União em torno do PAR acabam centralizando um discurso por meio de metas, indicadores e dimensões.

Assim, de certa forma, perde-se o senso de construção coletiva de uma política educacional que almeja contribuir para a construção de iniciativas que melhorem os indicadores sociais nas redes de ensino de todo o país. Neste contexto, cabe ao MEC melhorar sua rede de diagnóstico, atentando para as peculiaridades em cada município, buscando entender suas fragilidades e contribuindo coletivamente para a melhoria dos seus processos gerenciais.

Em geral, essas iniciativas de políticas públicas em educação incidem no discurso de descentralização e cooperação, o que do ponto de vista semântico, parece ser algo extremamente assertivo, mas na praticidade diária, percebemos que esse discurso permeia o campo apenas teórico, mesmo porque ao dizer o que deve ser feito, de maneira escalonada, a União acaba incorrendo à centralidade das ações por intermédio do seu discurso, das suas estratégias de poder.

Para Trigueiro Mendes (2000),

A realidade de um país é integrada de várias faixas ou patamares, mas o grau da referida integração é diferente em cada uma delas. Ora, se a realidade se torna presente ao espírito como problemática, podemos constatar que num país como o Brasil existem muitas áreas não-problematizadas, e por isso mesmo privadas de uma política objetiva e nítida. E mesmo dentro das áreas mais integradas, resta ainda grande espaço não-problematizado, em que os problemas se movem sem a necessidade (subjéctiva e objectivamente assumida) de serem resolvidos (TRIGUEIRO MENDES, 2000, p. 135).

A proposta de implementação de uma articulação educacional por meio do Plano de Ações Articuladas, com vistas a contribuir com um planejamento educacional comprometido das redes públicas de ensino do país, requer uma problematização assertiva de seus contextos, buscando contemplar ao máximo, as peculiaridades regionais, ouvindo os atores inseridos neste processo. Afinal, toda essa discussão deve ter como norte a melhoria do processo de ensino-aprendizagem nas escolas, contemplando, sobretudo, aqueles que por muito tempo estão excluídos, de maneira, muitas vezes programada, dos processos de igualdade deste país.

Todavia, apoiado com base analítica, foi possível visualizar e ampliar os olhares em torno das contribuições do PAR no âmbito das políticas públicas em educação no Brasil, refletindo também seus desafios, suas dificuldades discursivas e de poder. As discussões em torno das políticas educacionais, sobretudo, as políticas de planejamento da educação básica estarão sempre atreladas às práticas significativas de gestão, execução e escuta atenta dos sujeitos envolvidos, como percebemos nos artigos analisados. Isso pode possibilitar que as

ações que chegam aos Estados e municípios sejam bem aplicadas, com vistas sempre à qualificação profissional dos sujeitos envolvidos e à aprendizagem significativa dos educandos.

1.4.2 Corpus da análise

A composição do *corpus* de análise desta pesquisa foi produzida por um conjunto de discursos oficiais, científicos e discursos dos sujeitos enunciadorees participantes das entrevistas semiestruturadas.

Norteador por nosso objeto de pesquisa, construímos o *corpus*, por meio da leitura de livros, dissertações, teses e artigos científicos que tratam sobre as contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional, cujas questões investigativas foram construídas por meio de duas possibilidades, buscando contemplar os diferentes sujeitos enunciadorees e seus diferentes lugares de fala. Em geral, as questões versaram sobre: a) Como acontecia o planejamento da rede municipal de ensino de Tucano? Quem participa? b) Qual a importância do PAR para o município de Tucano? Como a Secretaria de educação atua em relação ao PAR? c) Quem participa ou participava da elaboração e do monitoramento do PAR no município? d) O PAR influencia o planejamento da educação do município? Se sim, como? e) Você acredita que tenha ocorrido algum tipo de modificação ou melhoria no planejamento educacional do município a partir da implementação do PAR? Quais? f) Qual o maior desafio que o PAR impõe para quem o está ou estava administrando?

Essas questões serviram como o instrumento norteador para o levantamento dos dados que formaram o *corpus* de análise por meio da pesquisa documental e da entrevista semiestruturada.

1.4.3 Levantamento e análise documental

Os documentos normativos prescritivos estabelecem determinadas regras, características e diretrizes. A análise documental sob a perspectiva da teorização do filósofo francês Michel Foucault, ajuda a compreender diferentes perspectivas aos discursos enraizados nas políticas públicas de planejamento educacional. Nesta assertiva, avançando ao nosso objeto de pesquisa, evidenciamos, a partir das práticas discursivas, os documentos normativos que contribuem para a análise e discussão deste objeto.

Para este contexto de pesquisa, realizamos o levantamento no *site* do Ministério da Educação (MEC), no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (Inep) no *site* da Prefeitura Municipal de Tucano (PMT), no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação de Tucano (Seme).

As pesquisas realizadas formam elementos cruciais para nortear as discussões em torno do objeto analisado. Por meio dessa base, solidificada em leis, decretos e resoluções, é possível compreender diferentes fenômenos sobre a constituição do PAR no âmbito do planejamento educacional da rede municipal de educação de Tucano e suas locomoções ao longo dos anos. Logo abaixo, descrevemos os documentos normativos selecionados para esta pesquisa.

Quadro 04: Documentos normativos oficiais analisados

| Nº | DOCUMENTO OFICIAL | DESCRIÇÃO | LEITURA | ÓRGÃO EXPEDIDOR / ANO | INSTÂNCIA |
|----|--|--|----------|-----------------------|-----------|
| 1 | Constituição da República Federativa do Brasil | Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XXIV – diretrizes e bases da educação nacional; Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX -educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015). Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. | Parcial | Brasil / 1988 | Federal |
| 2 | Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, na Seção II, Art. 9 e 10 | Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica | Completo | 2007 | Federal |
| 3 | Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 | Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. | Parcial | 1996 | Federal |
| 4 | Lei nº 10.172, de 09/01/2001 | Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. | Parcial | 2001 | Federal |

| | | | | | |
|-----------|--|--|---------|------|-----------|
| 5 | Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 | Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência até 2024, estabelecendo algumas metas e estratégias vinculadas, especificamente, ao PAR | Parcial | 2014 | Federal |
| 6 | Lei n 264, de 12 de dezembro de 2011 | Dispõe sobre o estatuto do Magistério público municipal de Tucano e dá outras providências | Parcial | 2011 | Municipal |
| 7 | Lei Nº 265, 12 de dezembro de 2011 | Dispõe sobre Estruturação de Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos do Magistério Público do Município de Tucano e dá outras providências correlatas. | Parcial | 2011 | Municipal |
| 8 | Lei Nº 271, de 24 de outubro de 2012 | Dispõe sobre o processo de organização das eleições diretas para dirigentes escolares/núcleos nas unidades escolares/núcleos da rede municipal pública de Tucano/BA e dá outras providencias. | Parcial | 2012 | Municipal |
| 9 | Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 | Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas | Parcial | 2012 | Federal |
| 10 | Resolução CD/FNDE nº 14, de 8 de junho de 2012 | Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos Estados, Municípios e Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR). | Parcial | 2012 | Federal |
| 11 | Resolução/CD/FNDE nº 34, de 15 de agosto de 2012 | Altera a Resolução CD/FNDE nº 24, de 02 de julho de 2012, que estabelece os critérios para apoiar financeiramente, em caráter suplementar e voluntário, as redes públicas de educação básica dos Estados, Municípios e Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, quanto à dimensão Infraestrutura Física. | Parcial | 2012 | Federal |

Fonte: Quadro produzido pelo pesquisador

Os documentos selecionados no âmbito desta pesquisa são elementos norteadores do ponto de vista legal. Ao analisá-los, buscamos compreender sinais e indícios discursivos para sua implementação. Para isso, a luz dos postulados foucaultianos, “[...] precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas” (FISCHER, 2001, p. 198).

Nesta perspectiva, debruçados em nosso objeto de estudo, almejamos descortinar elementos discursivos presentes nas documentações oficiais que retratam o período compreendido em seus quatro ciclos, sob o olhar do PAR e suas contribuições para a instituição do planejamento educacional na rede pública municipal de Tucano, até porque, como pontua

Foucault (2008), “[...] o material que temos que tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral” (FOUCAULT, 2008, p. 34).

1.4.4 Entrevistas semiestruturadas e sujeitos enunciativos da pesquisa

Buscando compreender nosso objeto de estudo, realizamos entrevistas semiestruturadas com seis sujeitos enunciativos que participaram ou participam do PAR em diferentes ciclos e momentos históricos, considerando os seguintes critérios: adesão à proposta de pesquisa; profissionais que participaram do primeiro, segundo e terceiro ciclos do PAR; profissionais que atualmente estão na gestão do PAR, entre eles, a direção geral da coordenação pedagógica e a responsável pela coordenação do PAR na rede pública municipal de Tucano.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise, conforme autorização dos sujeitos enunciativos via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os roteiros encontram-se disponibilizados nos apêndices desta dissertação e é composto por diferentes questões abertas que contribuiriam para a produção dos dados, assim como sua análise.

Para Lücke e André (1986),

Na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente na entrevista não totalmente estruturada, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33).

Desse modo, a pesquisa semiestruturada bem organizada e com o rigor científico, oferece importantes materiais, informações e dados de análise, possibilitando diferentes olhares sobre o objeto em estudo.

Sob o olhar dos postulados foucaultianos, o sujeito ocupa um lugar em razão de sua subjetivação. Nesta perspectiva, sua função enquanto sujeito pode “[...] ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado, porquanto um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2008, p. 113).

Partindo dessa perspectiva, a escolha dos sujeitos enunciativos se deu por sua participação e contribuição nas discussões concernentes ao planejamento educacional com vistas ao PAR em seus diferentes ciclos. Os codinomes utilizados para apresentá-los fazem

referência a povoados, distritos e instituições da cidade de Tucano. São eles: Alto, meu lugar no sertão, Poção, Caldas do Jorro, Rancho Alegre, Celem e Lagoa do Alto.

Destacamos que os discursos produzidos por esta investigação foram constituídos por meio das nossas observações durante o percurso de entrevistas. Entretanto, sob o olhar foucaultiano, esse discurso passa a disputar lugar de verdade, junto aos discursos já produzidos sobre as contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional.

Nessa perspectiva, analisamos os discursos produzidos buscando observar as relações de poder que tornaram esses mesmos discursos como “verdadeiros”, assim como sua compreensão da historicidade do enunciado, com suas descontinuidades e transformações ao longo deste cenário.

Federalismo, planejamento educacional e o campo do direito à educação: aspectos históricos, políticos e legais

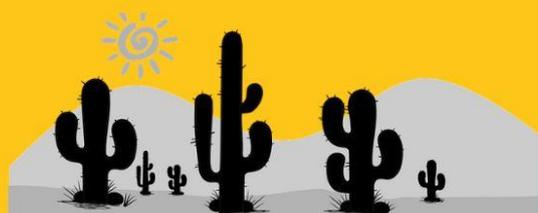


Sou fio das mata, cantô da mão grosa
Trabaio na roça, de inverno e de estio
A minha chupana é tapada de barro
Só fumo cigarro de paia de mio

Sou poeta das brenha, não faço o papé
De argum menestrê, ou errante cantô
Que veve vagando, com sua viola
Cantando, pachola, à percura de amô

Não tenho sabença, pois nunca estudei
Apenas eu seio o meu nome assiná
Meu pai, coitadinho! vivia sem cobre
E o fio do pobre não pode estudá

Meu verso rastero, singelo e sem graça
Não entra na praça, no rico salão
Meu verso só entra no campo da roça e dos eito
E às vezes, recordando feliz mocidade
Canto uma sodade que mora em meu peito
(PATATIVA DO ASSARÉ)



2 FEDERALISMO, PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E O CAMPO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: aspectos históricos, políticos e legais

Este capítulo situa o federalismo no âmbito das políticas educacionais, discutindo sua (des)centralização. Em seguida, discorre sobre as incursões históricas constitucionais presentes ao planejamento educacional e, por fim, aprofunda as discussões em torno da Constituição Federal de 1988, do pacto federativo e do Plano Nacional de Educação.

2.1 Federalismo e políticas públicas em educação

A ideia de federalismo emerge no final do século XVIII nos Estados Unidos como forma de organizar o Estado de acordo com suas diversidades étnicas, poder socioeconômico e diversidade cultural (ABRÚCIO; SOUZA, 2005). Corroborando com esta perspectiva, Costa (2010) acrescenta que, na história da sociedade moderna, o federalismo, além de ter seus aportes na Constituição Americana, foi instituído nos Estados Unidos como forma de governo que garantiria a unidade daquele país. Desse modo, Saraiva e Duarte (2018) sinalizam que o federalismo organiza, sob um mesmo poder político, diferentes grupos ou unidades federativas.

Sob essa perspectiva, o federalismo se apresenta como uma forma de organizar o Estado/Nação, tendo como referencial o regime de governo adotado. A divisão de poderes institui um Estado sob duas diretrizes interligadas: uma horizontal e outra vertical. Do ponto de vista do federalismo vertical, há um governo central operando com dispositivos controladores. Na perspectiva mais horizontal, os Estados estabelecem como premissa um regime de colaboração com os demais entes federados.

No princípio da horizontalidade estariam contidos poderes distintos com funções distintas: Executivo, Legislativo e Judiciário. No polo da verticalidade há a presença dos entes federados que irão possuir poderes diferentes pelo princípio da territorialidade: União (poder federal) e Estados (poderes subnacionais ou poderes locais). A estrutura básica do modelo federativo, segundo o modelo matricial, está na distribuição do poder entre os vários centros, caracterizando-o como regime consensual de democracia. Sua essência está na divisão e distribuição do poder político (LIJPHART, 1999, apud SOUSA; CASTRO, 2017, p. 877).

No Brasil, o federalismo percorreu diferentes proposições ao longo de sua história. Segundo Souza (2010), mesmo as Constituições brasileiras de 1891, 1937, 1946, 1967 e 1988 afirmarem um caráter republicano, o desenvolvimento do processo histórico da estrutura política do Estado brasileiro revela um processo cíclico de centralização do poder. Para o autor,

“A forma unitária do Estado monárquico é a gênese de uma tradição política centralizadora, que mitigou todas as iniciativas de descentralização” (SOUZA, 2010, p. 1).

Sousa e Castro (2017, p. 878) acrescentam:

O isolamento do federalismo brasileiro cessou em 1930, quando o Brasil lançou seu projeto para a criação de uma sociedade urbano-industrial em que o Estado era o ator principal nas questões socioeconômicas e políticas. Na ditadura Vargas (1937–1945), o governo federal se empenhou para conseguir hegemonia perante os estados. Somente com o novo governo instituído com a constituição de 1946 é que o Brasil inicia a adoção de um federalismo mais cooperativo, baseado na partilha de receitas entre os níveis de governo.

Mesmo fragilizado em diferentes contextos da história constitucional brasileira e sob diferentes vertentes, em geral, o federalismo tem apontado caminhos para prover políticas públicas em âmbito nacional, considerando o arranjo entre dois ou mais entes. Corroborando com esta perspectiva, Saraiva e Duarte (2021, p.01) afirmam:

Apesar dos diferentes tipos de federação, a literatura especializada apresenta alguns pontos em comum desse arranjo institucional do Estado. Em geral, diferentes estudos consideram as federações como um arranjo político em que duas ou mais esferas de governos operam em um mesmo território implementando políticas públicas comuns ou exclusivas de cada uma.

Para Cury (2002, p. 178), “[...] o nosso federalismo nutre-se de disparidades regionais, que afetam a capacidade financeira e administrativa dos governos subnacionais”. No cotidiano, observamos que há um distanciamento entre o que prevê a base constitucional legal e as suas aplicabilidades. Isso se deve muito por conta de possíveis fragilidades dos governos subnacionais em gerenciar suas redes, seja por razões técnicas e/ou políticas. As relações intergovernamentais, neste cenário, são cruciais para estruturação cooperativa entre os entes federados, na busca para superar as desigualdades sociais, econômicas e educacionais.

Após a Constituição de 1988, o Brasil passa por um intenso processo de descentralização fiscal e isso reflete tanto nas relações intergovernamentais, quanto na divisão de tributos transferidos pela União aos entes federados, que aumentam de maneira substancial. Abrucio e Costa (1998) alertam que, neste primeiro momento, os entes estaduais se fortalecem consideravelmente.

A descentralização e as mudanças realizadas no federalismo brasileiro não trouxeram apenas aspectos positivos em seu bojo. Os atores governamentais que mais se fortaleceram ao início foram os governos estaduais, os quais montaram, no vácuo

deixado pelo Estado nacional-desenvolvimentista e na ausência de um novo projeto hegemônico, um federalismo estadualista (ABRUCIO; COSTA, 1998, p. 101).

Como todo ato processual, o federalismo brasileiro foi se movendo durante todo seu percurso histórico, visivelmente saindo do seu isolamento e centralização para este momento atual, pós Constituição de 1988, mais descentralizado. Ante aos poderes competidores, o processo decisório das políticas públicas pode tornar-se mais democrático, face a essa descentralização. “A Constituição Federal de 1988 instituiu um sistema legal de repartição de receitas que limita a capacidade de gastos do governo federal e, por consequência, sua capacidade de coordenação de políticas” (ARRETCHE, 2004, p. 17). Neste sentido, a consolidação do processo democrático é construída, criando um ambiente mais favorável aos planos, programas e ações governamentais ao longo dos últimos anos.

A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 traz em seu artigo 1º a relação direta entre República Federativa e o estado de direito democrático: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal, constitui-se em um Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 2005, p.19). O caráter federativo e autônomo dos municípios, no cenário brasileiro, está assegurado pelo artigo 18 da Carta Magna de 1988, descentralizando a política constitucional e criando três esferas de poder (federal, estadual e municipal). Em nenhuma outra nação o município será reconhecido constitucionalmente enquanto ente federado (SOUSA; CASTRO, 2017, p. 879-880).

Neste contexto, os municípios brasileiros têm autonomia político-administrativa, podendo criar leis, normas que coadunem com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988. Mas é preciso atentar que, mesmo como ente federado autônomo, desse ponto de vista, muitas políticas públicas continuam atreladas a dispositivos controladores do Estado-Nação, como exemplo podemos citar as políticas públicas em educação. Entretanto, diminuir os desequilíbrios regionais, por meio do processo de descentralização, pode aumentar as chances para que essas políticas cheguem mais próximas as realidades sociais a que se destinam.

Por fim, para gerar um certo equilíbrio federativo, seus entes devem atuar de forma mútua para a realização dos objetivos da República Federativa Brasileira, expostas no artigo 3º da CRFB de 1988:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 2005, p. 19-20).

A cooperação entre os entes da federação e o princípio de solidariedade federativa, expresso no artigo 3º, inciso I da Constituição Federal de 1988, devem prevalecer para a construção das políticas públicas, em especial, em educação. A União tem o papel fundante nesta questão, buscando equalizar a redistribuição de recursos, mantendo a federação de maneira mais equilibrada e menos desigual. Mesmo porque, o princípio solidário, indubitavelmente, é um dos principais objetivos da República. Ele é fundamental para manutenção da dignidade da pessoa humana e o respeito dos direitos sociais, por meio de ações promotoras da justiça social e garantidoras da proteção aos indivíduos (SCALCO, 2021).

2.2 Planejamento educacional e algumas incursões históricas constitucionais

No âmbito educacional, assim como na vida, o ato de planejar permeia a humanidade em todos os momentos. Ele é indispensável para a realização das tarefas cotidianas mais diversas. A sua ausência dificulta ações e realizações das mais simples as mais complexas. Planejar é um ato de organizar, de pensar sobre o caminho a ser percorrido. Quando pensamos e organizamos nossas ações futuras, estamos também planejando, mesmo que inconscientemente, e mediante a sua importância encontramos inúmeros desafios que remetem a sua concretização e materialidade no âmbito educacional.

O planejamento educacional está intimamente ligado à própria estrutura do regime federativo e das condições por ele impostas no que diz respeito ao movimento de centralização-descentralização administrativa e financeira. Portanto, a prática do planejamento é de grande relevância e precisa de acompanhamento e avaliação (FERREIRA, 2014).

Segundo Ghiraldelli (2000), com o fim do Império e início da República em 1891, instituiu-se o sistema federativo governamental (ROMANELLI, 1978 apud FONSECA, 2021), enfraquecendo aos que tinham poder centralizador e dando início a uma remodelação do Estado, enfatizando necessidades de um novo modelo educacional, surgindo assim, novas discussões sobre o tema educação.

Portanto, compreender o contexto histórico da educação brasileira é uma condição preliminar para entender a ideia de planejamento no âmbito das políticas educacionais vigentes, mesmo porque cada período representa um modelo de sociedade imposta pela condição política

de cada época, de acordo com os seus interesses. Neste sentido, Saviani (2005) revela seis importantes períodos para a evolução dos processos educacionais em nosso país.

O primeiro período (1549-1759) é dominado pelos colégios jesuítas; o segundo (1759-1827) está representado pelas “Aulas Régias” instituídas pela reforma pombalina, como uma primeira tentativa de se instaurar uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas segundo a estratégia do despotismo esclarecido; o terceiro período (1827-1890) consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias; o quarto período (1890-1931) é marcado pela criação das escolas primárias nos estados na forma de grupos escolares, impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano; o quinto período (1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; finalmente, no sexto período, que se estende de 1961 aos dias atuais, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola (SAVIANI, 2005, p. 12).

Notamos, por meio dessas informações, que os quatro primeiros períodos, portanto ao longo de aproximadamente 400 anos, a educação e as instituições escolares no Brasil eram restritas a alguns grupos privilegiados⁹. Verificamos, também, que a partir dos anos 1930 ocorre um crescimento considerável dos processos educacionais, mesmo em períodos e episódios turbulentos vivenciados pela história brasileira, como podemos citar a Era Vargas (1930 – 1945), onde o poder de Estado era exercido de maneira centralizada, e o não tão distante período da ditadura militar¹⁰, entre os anos de 1964 a 1985, que tinha um olhar planejador, autoritário e excludente para as causas sociais e conseqüentemente educacionais.

Nessa discussão histórica, destacamos a importância do Manifesto dos Pioneiros de 1932, que surge como possibilidade de reformulação na política educacional com base nos ideais escolanovistas¹¹. Por meio do Manifesto, em linhas gerais, havia uma defesa clara à

⁹ “O período colonial brasileiro, baseado na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, contribuiu para o florescimento de uma sociedade altamente patriarcal caracterizada pela autoridade sem limite dos donos de terras. O estilo medieval europeu da cultura transmitida pelos jesuítas, correspondia às exigências necessárias para a sociedade que nascia, do ponto de vista da minoria dominante. A organização social da colônia e o conteúdo cultural se relacionavam harmonicamente. Uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa. Neste contexto, só mesmo uma educação humanística voltada para o espiritual poderia ser inserida, ou seja, uma cultura que acreditavam ser neutra” (RIBEIRO, 1993, p. 15).

¹⁰ “A ditadura militar no Brasil durou 21 anos, teve 5 mandatos militares e instituiu 16 atos institucionais – mecanismos legais que se sobrepunham à constituição. Nesse período houve restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura”. Fonte: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>

¹¹ “A Escola Nova foi um movimento que visou a renovação do ensino partindo da crítica à pedagogia tradicional. Amplamente difundido no Brasil, o ideário escolanovista se fundamentava principalmente no pensamento de John Dewey. O filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952) defendeu fortemente os ideais de liberdade e democracia no ensino. De forte tendência pragmática e liberal, seus escritos defenderam uma escola essencialmente empírica, do aprender fazendo, da experimentação. Para ele, o foco do ensino é o aluno e suas

escola pública, obrigatória, laica e gratuita, tendo como base a perspectiva da racionalidade científica.

Esse manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade (SAVIANI, 2004, p. 33).

Neste contexto, o Manifesto dos Pioneiros, sob a ótica de uma educação pública, gratuita, laica e obrigatória, buscava não somente uma reconstrução a nível educacional, mas também prezava por impactos sociais que melhorassem as condições da sociedade nesse período, marcado pelo início da efervescência industrial no mundo. Além disso, o Manifesto propõe a universalização do ensino, com vistas a contemplar desde a infância à universidade, ratificado a seguir:

A estrutura do plano educacional corresponde, na hierarquia de suas instituições escolares (escola infantil ou pré-primária; primária; secundária e superior ou universitária) aos quatro grandes períodos que apresenta o desenvolvimento natural do ser humano. É uma reforma integral da organização e dos métodos de toda a educação nacional, dentro do mesmo espírito que substitui o conceito estático do ensino por um conceito dinâmico, fazendo um apelo, dos jardins de infância à Universidade, não à receptividade, mas à atividade criadora do aluno (MANIFESTO, 2006, p. 198).

A Constituição Federal de 1934 reconheceu a educação pública como dever do estado e direito do cidadão e, pela primeira vez, determinou a criação de um plano nacional de longo prazo para o Estado brasileiro. Porém, essa determinação durou apenas três anos e foi revogada com a instauração do Estado Novo¹² em 1937. Durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930 – 1934), foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). À época, esse Ministério desenvolvia atividades pertinentes a vários outros ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. As atividades relacionadas à educação eram tratadas pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.

necessidades, é o compartilhar de experiências e a escola precisa criar espaços que estimulem a criatividade, o lazer e as descobertas. Seu pensamento foi âncora para o construtivismo e o escolanovismo, uma vez que para Dewey educação é a reconstrução da experiência. Influenciou o pensamento de seu aluno de pós-graduação Anísio Teixeira, impulsionando-o a divulgar sua obra no Brasil, marcando fortemente as bases do movimento da Escola Nova” (VASCONCELOS, 2012, p. 157).

¹² “Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. Foi caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo”. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/>

Em 1946, com a derrubada do Estado Novo, evento que concretiza a deposição de Getúlio Vargas em 1945, a Constituição Federal tenta retomar sua linha democrática com medidas adotadas para restabelecer os direitos individuais, o fim da censura e da pena de morte. A CRFB também possibilitou a independência ao Executivo, Legislativo e Judiciário e restabeleceu o equilíbrio entre esses poderes e instituiu a eleição direta para presidente.

Na década de 1950, influenciados pelo ideal socialista, desenvolvem-se pensamentos progressistas que conquistaram apoio de um grande grupo de intelectuais e passaram a atuar com partidos de esquerda ou, até mesmo, servindo como teóricos para motivações de vanguardas políticas e culturais, fortalecendo, assim, o compromisso com a problemática do ensino público. [...] A conjuntura brasileira revelava um fortalecimento do nacionalismo e das classes trabalhadoras industriais que haviam surgido com outra grande força no país a partir da década de cinquenta; de outro lado, constata-se um nível crescente de organização e consciência social por parte do povo na reivindicação de seus direitos. Isso tornava o clima no país, cada vez mais preocupante e ‘perigoso’ para grandes homens do capital monopolista transnacional, que viam a necessidade de uma expressão política para enfrentar o quadro de ‘desorganização’ que atravessava a nação (ROSA, 2006, p. 34).

Em 1964, o autoritarismo é instalado por meio do regime militar, que revoga os direitos constitucionais, controlando o país por atos institucionais perversos e autoritários. A conspiração produzida e efetivada pelos militares contra o governo de João Goulart (1961 – 1964) aconteceu por conta da insatisfação das elites com projetos realizados por este governo, sobretudo com as intituladas Reformas de Base (agrária, fiscal, educacional, eleitoral, urbana...) influenciados por interesses americanos. Neste período, mesmo o planejamento educacional sendo presente, o fato de não considerar a dinâmica social, por si só, já era algo excludente, pois a educação era atrelada apenas aos planos nacionais de desenvolvimento.

Diante desse recorte constitucional, de muita insegurança, observamos o esvaziamento das políticas que legitimassem o planejamento em educação e servissem de referência para a consolidação das instituições escolares e, por conseguinte, à liberdade dos cidadãos/cidadãs. Neste contexto, a educação sempre foi vista como algo perigoso às classes populares, ficando restrita a alguns grupos privilegiados, passando por inúmeros processos políticos e constitucionais, como observados.

O hiato entre a proposição de um plano nacional de educação e sua consolidação é intermediado por processos políticos subjacentes a cada época, sobretudo, pela luta, incansável pela democracia, abalada por vezes por processos autoritários e ditadores. Por tudo isso, nunca foi tarefa fácil e harmoniosa implementar políticas educacionais com metas e estratégias bem definidas, que buscassem refletir a realidade social de nosso país.

2.3 Constituição Federal de 1988, pacto federativo e o PNE

O desenho da CRFB de 1988 definiu o pacto federativo como cláusula pétrea, ou seja, esse dispositivo constitucional não pode ser alterado nem mesmo por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Desse modo, em matéria de educação os entes federados têm suas atribuições e responsabilidades e devem trabalhar em regime de cooperação e colaboração. Nesta perspectiva, busca-se definir atribuições com vistas ao combate das desigualdades existentes. Vejamos como cada ente federado deve se comportar segundo a CRFB/1988, para fazer valer o pacto federativo:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX -educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá, prioritariamente, ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988).

Ao analisar os artigos, incisos e parágrafos da CRFB/1988, são visíveis as atribuições e competências de cada ente federado. Esse esforço constitucional colaborativo deve prevalecer como uma condição fundamental para estruturar a educação em nosso país.

De acordo com Fernandes (2013),

A Constituição de 1988 elevou os municípios à condição de ente federado autônomo. O federalismo proposto na Constituição foi o federalismo cooperativo que visa, de forma horizontal, organizar os entes federativos. O regime de colaboração foi o caminho encontrado para o estabelecimento das relações democráticas entre os entes iguais e autônomos, criando essa estrutura horizontal e de cooperação, superando assim a anterior, que se baseava em uma relação vertical e hierárquica (FERNANDES, 2013, p. 163).

Nesse contexto colaborativo proposto pela CRFB/1988, observamos o caminho para estabelecer uma norma comum aos entes federados, preservando a autonomia de cada um e, ao mesmo tempo, distribuindo responsabilidades, também acerca das relações federativas. Para tal, cabe ao planejamento educacional a função de nortear o caminho para a consolidação das políticas educacionais vigentes.

Entretanto, Araújo (2010) alerta-nos para a imprecisão de alguns artigos que remetem aos termos/verbetes variados, como observamos em Fernandes (2013), no artigo 23, parágrafo único, é utilizado o termo “normas de cooperação”; já o artigo 211 apresenta a nomenclatura “regime de colaboração”; enquanto o mesmo artigo no §4 remete a “formas de colaboração”.

Para Fernandes (2013) e Araújo (2010), a nomenclatura “regime de colaboração” tornou-se utilizável apenas no campo educacional, e ressalta ainda que no artigo 23 “[...]trata das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e divide-se em 12 incisos para delinear os diversos campos dessa atuação” (BRASIL, 1988). Neste dispositivo legal, a educação é visualizada apenas no inciso V, o qual prevê a responsabilidade de todos.

Corroborando com esta perspectiva, Araújo (2015) afirma que “[...] o regime de colaboração na literatura educacional brasileira apresenta acepções diversas”, e citando Martins (2004) e Aguiar (2002), comenta que “[...] o regime de colaboração foi interpretado como um esforço de descentralização política ou como processos de mobilização, parcerias e também pactuação em torno da educação, envolvendo atores sociais e estatais” (ARAÚJO, 2015, p. 27).

Para regulamentar as políticas públicas em educação e promover as melhorias previstas na CRFB/1988, em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n ° 9394/96, que em seu artigo 9, inciso I, determinou que a União deveria elaborar, em colaboração com os Estados e os municípios, o Plano Nacional de Educação, e encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei no prazo de um ano de sua publicação.

Sob o olhar do federalismo brasileiro e o seu esforço descentralizador, tendo como centralidade o regime de colaboração, após a consolidação da CRFB/1988, a ideia de um Plano Nacional de Educação (PNE) tornou-se real por meio da LDBEN/96, reforçando o artigo 214 da CRFB/1988.

Neste contexto, a primeira lei do PNE n° 10.172, de 09/01/2001, aprovada no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), estabeleceu a obrigação de que os Estados e os municípios elaborassem os próprios

planos plurianuais de educação, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, segundo diretrizes do artigo 214/CRFB 1988.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 1988).

Entretanto, essa redação do Artigo 214 da CRFB/1988 sofreu alterações por meio da Emenda Constitucional 59/2009, já no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT) estabelecendo o PNE, com duração decenal, diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas, modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

...
VI- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 2009).

Observamos que essas alterações do ponto de vista legal e semântico provocam modificações significativas, com a inclusão do inciso VI no caput do artigo, assim como “[...] a Carta Magna deixa de falar de um genérico *plano nacional de educação* e passa a se referir a um plano nacional de educação em que se demarca, com mais precisão, sua duração, sua abrangência, sua função na organização da educação brasileira” (SILVA, 2010, p 12).

Neste sentido, a maior missão do PNE como lei nacional é estabelecer normas gerais e, ao mesmo tempo, atender ao artigo 214, modificado pela EC 59/2009, à luz da CRFB/1988. A segunda lei do PNE nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprovada no governo da presidente Dilma Rousseff (PT), para o período entre 2014 a 2024, busca nortear diretrizes para diminuir as desigualdades e promover o desenvolvimento social e educacional.

Em linhas gerais, a construção do PNE se apresenta como uma possibilidade estratégica de ação institucional para combater as desigualdades socioeducativas do país. No entanto, a sua

efetiva aprovação se deu diante de muitos embates, conforme apontam Valente e Romano (2002).

Essa não foi uma lei originada de um projeto que tivesse trâmite corriqueiro no parlamento federal. Ao contrário, ela surgiu da pressão social produzida pelo “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública”. As inúmeras entidades ali presentes forçaram o governo a se mover ao darem entrada, na Câmara dos Deputados, em 10 de fevereiro de 1998, no Plano Nacional de Educação, elaborado coletivamente por educadores, profissionais da educação, estudantes, pais de alunos etc., nos I e II Congressos Nacionais de Educação (CONEDS). (VALENTE; ROMANO, 2002, p. 97).

Por ocasião, as discussões sobre a proposta do PNE no Congresso Nacional evidenciavam maneiras diferentes de pensar o planejamento no âmbito educacional. Se por um lado entidades sociais organizadas, primavam por um plano que fortalecesse a escola pública e democrática, por outro havia os interesses da política de capital para contemplar seus anseios.

[...] duas propostas de PNE materializavam mais do que a existência de dois projetos de escola, ou duas perspectivas opostas de política educacional. Elas traduziam dois projetos conflitantes de país. De um lado, tínhamos o projeto democrático e popular, expresso na proposta da sociedade. De outro, enfrentávamos um plano que expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia das classes dominantes, devidamente refletido nas diretrizes e metas do governo. O PNE da Sociedade Brasileira reivindicava o fortalecimento da escola pública estatal e a plena democratização da gestão educacional, como eixo do esforço para se universalizar a educação básica. Isso implicaria propor objetivos, metas e meios audaciosos, incluindo a ampliação do gasto público total para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público (VALENTE; ROMANO, 2002, p. 97).

Como observamos, a efetivação do PNE transita, sobretudo, pelo campo político-partidário e suas respectivas arenas de disputas, embates e tendências ideológicas. Sua regulação se impõe por meio de dispositivos controladores e polissêmicos. Barroso (2005) refletindo sobre essas arenas de disputas, adverte:

No domínio da educação, a influência das ideias neoliberais fez-se sentir quer por meio de múltiplas reformas estruturais, de dimensão e amplitude diferentes, destinadas a reduzir a intervenção do Estado na provisão e administração do serviço educativo, quer por meio de retóricas discursivas (dos políticos, dos peritos, dos meios de informação) de crítica ao serviço público estatal e de encorajamento do mercado. (BARROSO, 2005, p. 741).

Desse modo, a presença do Estado numa perspectiva de regulação e controle são percebidas por diferentes olhares. Para Barroso (2005), esse termo regulação possui um caráter polissêmico e de pluralidade de significados, dependendo do contexto em que o termo é

utilizado. Simbolicamente e de maneira geral, o termo é utilizado para delimitar a intervenção do Estado na condução das políticas públicas, ou seja, a intervenção do Estado na prestação de um serviço público (CHIRINÉA, 2017).

Mesmo apresentando um caráter polissêmico em sua constituição, possuindo diferentes significados, dentro do contexto educacional, Barroso (2006), chama a atenção para dois tipos de fenômenos diferenciados, mas interdependentes. “[...] os modos como são produzidas e aplicadas as regras que orientam a ação dos atores; os modos como esses mesmos atores se apropriam delas e as transformam (BARROSO, 2006, p. 12).

Neste sentido, para Barroso (2006), a regulação difere da regulamentação por ser mais maleável na definição dos processos e mais rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados. Já o foco da regulamentação não leva em consideração as questões de qualidade e eficácia de resultado, estando mais voltada à definição e ao controle de processos (CHIRINÉA, 2017).

Para além dessa discussão, ladeado com as políticas de extrema direita e ultraconservadoras, atualmente com o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022), vivenciamos um verdadeiro desmonte das políticas sociais, culturais, ambientais e educacionais. Essas políticas não respeitam o desejo da coletividade e ameaçam o Estado Democrático de Direito. Coadunando com esta assertiva, Cara (2019) acrescenta:

Não se tem uma concepção de educação. Há uma concepção de política educacional, o que é diferente. A política educacional que eles planejam é, em primeiro lugar, reduzir a área a uma esfera de propaganda da ultradireita. Quando o Olavo de Carvalho diz que é preciso fazer uma guerra cultural, ele quer dominar as universidades e as escolas como um espaço de convencimento da sociedade para agregar novos militantes para a causa da ultradireita, que é ultrareacionária. Não tem preocupação sobre a política educacional pautada nos ditames da Constituição Federal de 1988 (CARA, 2019, p. 02).

As políticas antidemocráticas e negacionistas do governo Bolsonaro dividem o país e remetem ao retrocesso e ao preconceito histórico contra as classes menos favorecidas. Em seu governo, o MEC tem se transformado em um balcão de negócios¹³, distanciando as políticas educacionais do seu verdadeiro propósito. Para Callegari (2019, p. 01), “[...] o Ministério da Educação transformou-se em um aparelho a serviço da guerra ideológica travada por Bolsonaro”. Sena Júnior (2019) acrescenta:

¹³ Expressão popular utilizada, na maioria das vezes, para negociar.

[...]o governo de Jair Bolsonaro ataca a ciência, as universidades e a inteligência do país, não é por outro motivo que não o seu conteúdo obscurantista e autoritário, conteúdo este que não permite que um governante que luta permanentemente contra os dados e evidências da realidade, e que passou toda a sua vida negando que tenha havido golpe e ditadura, e ainda por cima, que diz que nazismo é de esquerda, lide bem com historiadores e demais pesquisadores que comprovam justamente o oposto (SENA JÚNIOR, 2019, p. 43-44).

Tudo isso requer caminhar sobre o reverso deste pensamento ardiloso do atual governo federal, lançando novos olhares acerca de suas práticas tendenciosas e destrutivas, especialmente, em âmbito educacional, mesmo porque: “[...] Não podemos apagar a memória, a história de luta em defesa da educação ao viver o presente descontextualizado de seus condicionantes históricos” (PEREIRA, 2007, p. 93).

Todavia, amparado em seu Artigo 2, da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, o PNE apresenta as seguintes diretrizes:

- I** - erradicação do analfabetismo;
- II** - universalização do atendimento escolar;
- III** - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV** - melhoria da qualidade da educação;
- V** - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI** - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII** - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII** - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX** - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X** - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Para o atual ciclo (2014 – 2024), o PNE apresenta metas a serem alcançadas, sob a premissa colaborativa, que vão desde a garantia do direito à educação, passando pela superação das desigualdades e à valorização da diversidade, até a efetivação da gestão democrática e valorização dos profissionais da educação, como observamos no quadro 05.

Quadro 05: Metas do PNE

| METAS DO PNE – LEI 13.005/2014 | |
|--|------------------------------------|
| Metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, isto é, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais. | Metas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11 |

| | |
|--|-----------------------|
| Metas que dizem respeito, especificamente, à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. | Metas 4 e 8 |
| Metas relativas à qualidade e ampliação do acesso à educação superior e à pós-graduação. | Metas 12, 13 e 14 |
| Metas de valorização dos profissionais da educação, consideradas estratégicas para que as metas anteriores sejam atingidas. | Metas 15, 16, 17 e 18 |
| Meta para a efetivação da gestão democrática. | Meta 19 |
| Meta de ampliação dos investimentos. | Meta 20 |

Fonte: <http://pne.mec.gov.br>

Diante deste cenário, Araújo (2014, p.38) reflete:

Das 20 metas previstas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) apenas uma aplica-se diretamente aos municípios (meta 1) e duas aos estados subnacionais (metas 03 e 11). Ou seja, o texto do PNE, ao prescrever a ampliação do atendimento em prazos pré-definidos como articulação do SNE em regime de colaboração, constitucionaliza relações que estavam no âmbito dos governos. A ordem política da federação passa a prever procedimentos e resultados do sistema educacional. A Lei nº 13.005 regulamentou relações entre entes da federação. O texto aprovado em 2014 estabeleceu para o alcance das metas e a implementação das estratégias nele previstas o regime de colaboração entre os entes (art. 7º).

Do exposto, é necessário fortalecer as instituições por meio do regime colaborativo, problematizando os diversos contextos existentes, sob o viés mais inclusivo, menos engessado. O PAR aparece imbricado a este contexto como possibilidade para efetivação do regime de colaboração. Portanto, no próximo capítulo, discutiremos a constituição do PAR como ação de política pública de planejamento educacional, buscando aprofundar nosso entendimento sobre como ele contribuiu para a instituição do planejamento educacional no município de Tucano - Bahia.

O Plano de Ações Articuladas no contexto do planejamento educacional no Brasil



Se a vida fosse fácil como a gente quer
 Se o futuro a gente pudesse prever
 Eu estaria agora tomando um café
 Sentado com os amigos em frente à TV
 Eu olharia as aves como eu nunca olhei
 Daria um abraço apertado em meus avós
 Diria eu te amo a quem nunca pensei
 Talvez é o que o universo espera de nós
 Eu quero ser curado e ajudar curar também
 Eu quero ser melhor do que eu nunca fui
 Fazer o que eu posso pra me ajudar
 Ser justo e paciente como era Jesus
 Eu quero dar mais valor até o calor do sol
 Que eu esteja preparado pra quem me conduz
 Que eu seja todo dia como um girassol
 De costas pro escuro e de frente pra luz

(WHINDERSSON NUNES BATISTA)



3 O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL

Este capítulo situa o PAR como um conjunto de ações dentro da política educacional de planejamento, mostrando sua constituição, bem como suas etapas, caracterizando e discutindo seu surgimento no cenário nacional, tomando como referência a análise de documentos oficiais, assim como, autores do campo do planejamento educacional.

3.1 O PAR e seus princípios no contexto do PDE

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, fundamentado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste em oferecer aos entes federados um diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, com vistas a contribuir para a construção de um sistema nacional de ensino organizado e dinâmico (BRASIL, 2017).

O PDE foi lançado pelo Ministério da Educação durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) como um instrumento que reunia um conjunto de programas com vistas à sistematização das ideias sobre educação daquele governo. Para Araújo (2015, p.53) “[...] O discurso de apresentação do PDE pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, ainda em 2007, considerava o plano como meio para melhorar a qualidade da educação pública e a gestão do sistema educacional brasileiro”.

O Plano de Desenvolvimento da Educação, que tenho a alegria de lançar neste momento, traz em seu arcabouço poderosos instrumentos de aperfeiçoamento de gestão, financiamento, conteúdo, método, participação federativa e participação cidadã, capazes de promover profundas mudanças na nossa educação pública. Eu o anuncio como o Plano mais abrangente já concebido neste País para melhorar a qualidade do sistema público e para promover a abertura de oportunidades iguais em educação (O GLOBO, 2007; BRASIL, 2007, apud ARAÚJO, 2015, p. 53).

O enunciado revela o desejo político de, por meio do PDE, transformar o cenário educacional brasileiro, promovendo mudanças significativas em âmbito nacional, tendo como norte o regime de colaboração entre os entes federativos, com vistas a estruturação do planejamento e seus respectivos desdobramentos. Assim,

Os propósitos do PDE, dessa forma, tornam o regime de colaboração um imperativo inexorável. Regime de colaboração significa compartilhar competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação, de forma a concentrar a atuação dos entes federados, sem ferir-lhes a autonomia. Essa simples divisão de tarefas, se articulada em grandes eixos (educação básica, superior, profissional e continuada), com regras transparentes e metas preciosas, passíveis de acompanhamento público e controle social, pode pôr em marcha um avanço perceptível e sólido (BRASIL, 2007, p.10-11).

Nesta perspectiva, objetiva-se com o PDE, estruturar a educação nacional de maneira agregadora e colaborativa e não fragmentada, com investimentos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. O PDE apresenta esse entendimento acerca da participação e mobilização social e em conformidade com ele é que foi lançado em consonância ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (SAVIANI, 2007). Este “[...] plano dentro do plano se configura em uma proposta de mobilização em torno da melhoria da educação básica no Brasil” (MENDES; GEMAQUE, 2011, p. 300).

Dentro das ações mais importantes das políticas educacionais da União presentes no PDE, podemos destacar a substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), contribuindo com um aporte financeiro para o financiamento educacional, assim como também a instituição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica¹⁴.

Conforme argumenta Dourado (2010, p. 678), “[...] a relação entre Estado, educação e políticas educacionais é marcada por processos e dinâmicas complexas, que traduzem a historicidade das relações sociais mais amplas, suas prioridades e formas ideológicas”. Diante deste cenário, o contexto educacional brasileiro vem passando, desde o período da redemocratização, por inúmeras transformações, por meio de iniciativas, que têm como eixo norteador, o regime de colaboração entre os entes federados. Objetiva-se, com isso, fortalecer a educação básica em todos os seus níveis.

Almeida e Cabral Neto (2020) acrescentam:

¹⁴ “O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)” (Fonte: <https://www.gov.br/inep>).

No contexto educacional, em virtude da modernização da gestão pública, as políticas implantadas apresentam o modelo de planejamento estratégico como instrumento fundamental da gestão. A partir das modificações pelas quais a federação brasileira vem passando desde a redemocratização do país, observa-se a instauração de programas e iniciativas que visam ao fortalecimento da coordenação federativa por parte do Governo Federal, dentre os quais se destaca o Plano de Ações Articuladas (PAR) (ALMEIDA; CABRAL NETO, 2020, p. 02).

Sob a perspectiva de sistematizar as políticas educacionais pautadas em critérios técnicos, o PAR é constituído e fundamentado como política de planejamento educacional, com ações em todo território nacional. Neste sentido, torna-se a ferramenta para Estados e municípios, que em regime colaborativo, recebem apoio técnico e financeiro, intermediado ao seu diagnóstico local sobre sua realidade educacional.

A principal ferramenta utilizada pelo MEC para elaborar e executar o PAR é o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). Este contempla os dados das etapas que compõem o PAR, mas de maneira genérica e padronizada a todos os municípios brasileiros, desconsiderando suas especificidades. “[...] o sistema não faculta aos gestores locais opções de edição, tais como “inserir novas ações”, “editar o texto da ação” ou “excluir ação” (ALMEIDA; CABRAL NETO, 2020, p. 02).

Coadunando com esta assertiva, Palotti e Machado (2014, p. 399) acrescentam: “[...] em contrapartida, o PAR apresenta-se como uma política de indução do Governo Federal que intenciona proporcionar oportunidades iguais aos municípios, embora o faça em detrimento da consideração das particularidades locais”.

Como característica multidimensional a que o PAR se propõe, é necessário fortalecer o debate acerca dessas relações intergovernamentais, as quais os entes subnacionais estão inseridos, construindo possibilidades e mecanismos que promovam o respeito e a igualdade entre os entes federados, no que se refere as suas peculiaridades regionais, por meio do diagnóstico, acompanhamento e distribuição de recursos para cidades ou redes de ensino do Brasil.

O PAR inaugurou uma nova forma de relações intergovernamentais, pois sua natureza sistêmica e informatizada tornou mais impessoais relações antes totalmente personalizadas. Seria um começo, o início de um processo de ruptura da tradição política brasileira, pois, embora o clientelismo continue existindo, os municípios menos articulados não são deixados à margem (ALMEIDA; CABRAL NETO, 2018, p. 13).

Mesmo reconhecendo a importância como política pública de planejamento educacional, Mendes e Gemaque (2011) chamam a atenção para o modelo de regime de

colaboração adotados pelo PAR.

[...] o PAR, este se propõe a ser uma política a ser implantada pela via do regime de colaboração, porém parece traduzir-se em instrumento regulatório, por ser uma forma de regulação da própria relação entre as esferas governamentais. [...]. O que temos com o PAR é a manutenção de um federalismo não cooperativo com a ação coordenadora por parte da União, fato este que não se constitui em regime de colaboração e sim em uma atuação regulatória por parte da União das metas a serem cumpridas pelos entes subnacionais por meio do PAR (MENDES; GEMAQUE, 2011, p. 303).

Neste contexto, o PAR em sua composição, mostra fragilidades no que tange a autonomia de cada ente federado, pois é a União quem define as metas a serem alcançadas, restando apenas a Estados e municípios definirem as ações a serem custeadas pelo MEC. Desse ponto de vista, há uma hierarquização da União frente aos governos subnacionais, que reflete uma ação regulatória e não colaborativa, como reforçam Oliveira, Scaff e Senna (2012, p. 141) “[...] As transferências voluntárias da União são geralmente voltadas ao atendimento de ações previamente delineadas pelo governo federal, e que os demais entes federados frequentemente aderem a esses programas, em decorrência do repasse de recursos”.

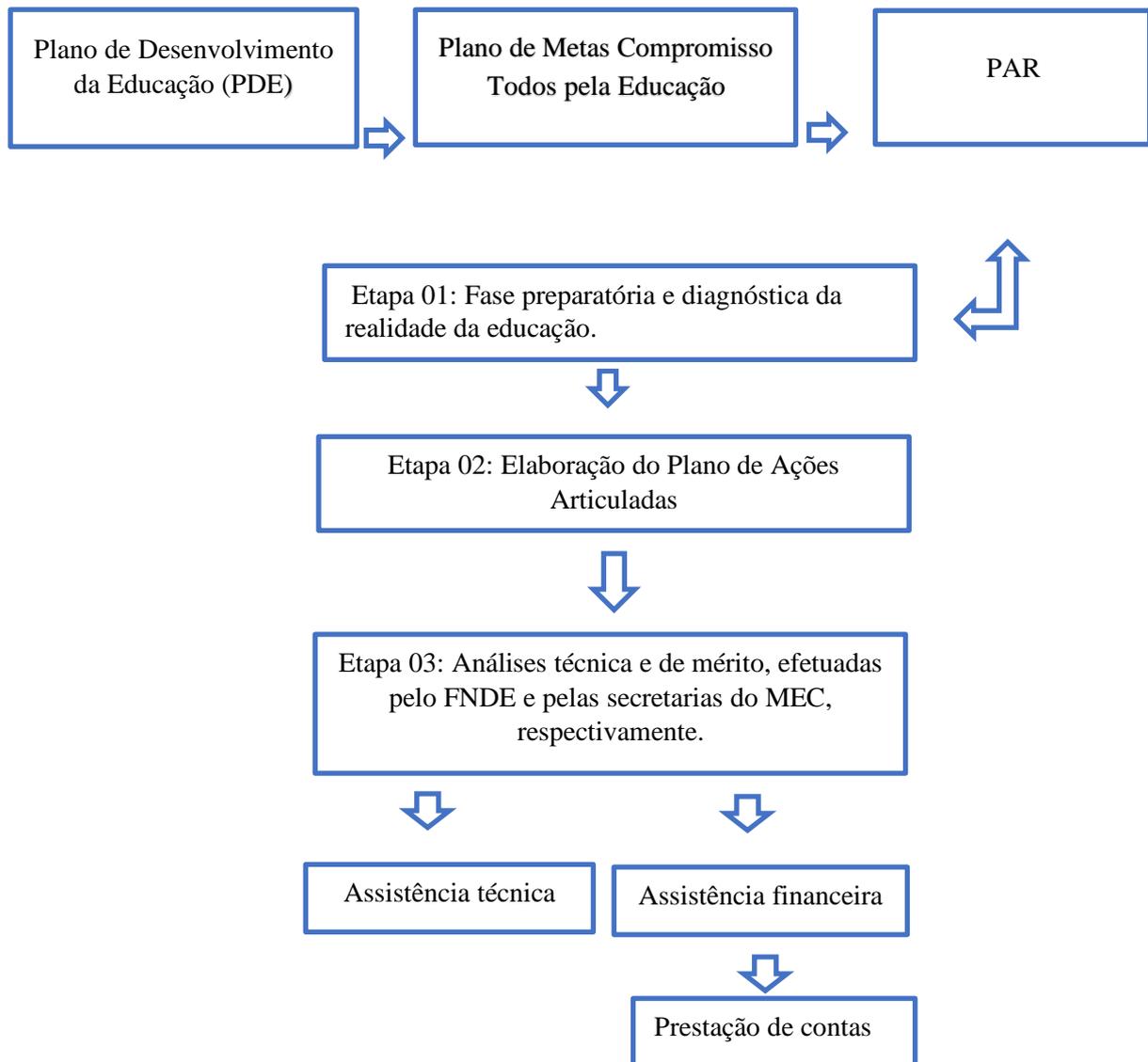
Neste cenário, sutilmente, as relações de poder são verticalizadas e restringem as peculiaridades dos entes subnacionais. Para Foucault (2007), esse poder é uma construção social tão infiltrada nas relações entre as classes que, por vezes, se confunde com o seu mecanismo; “[...] poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (FOUCAULT, 2007, p. 42).

3.2 Organização, dimensões e iniciativas que estruturam o PAR

Elencadas as proposições de poder e diante de cenários desafiadores, o PAR estabelece parâmetros para diagnosticar e definir ações em Estados e municípios, com vistas a solucionar problemas estruturantes e pedagógicos, por meio do mapeamento das redes de ensino, consolidando ações de assistência técnica e financeira para um determinado ciclo.

Entretanto, sendo uma política educacional que se habilita ser multidimensional, os entes subnacionais devem fazer, de modo colaborativo, para um período de quatro anos, seu planejamento com o engajamento de gestores, professores e comunidade local. A seguir, sob a base legal que instituiu o PAR, Lei nº 6.094, de 24 de abril de 2007, localizamos como ele se organiza e estrutura no âmbito das políticas educacionais do Ministério da Educação.

Organograma 02: Organização e estrutura do PAR



Fonte: Brasil (2012, p. 06).

O organograma¹⁵ apresentado permite compreender a estrutura e organização do PAR em todas as suas etapas, desde a sua concepção aos resultados. O regime de colaboração entre os entes federados, União, Estados e municípios é um ingrediente tangível para alcançar as metas estabelecidas. Esse regime de colaboração também prevê o aumento considerável de recursos para Estados e municípios “[...] condicionado à elaboração e ao cumprimento de um

¹⁵ Elaboração baseada na Lei do PAR nº 12.695/2012 (BRASIL, 2012).

plano de trabalho para as escolas e redes educacionais que necessitem de assistência técnica e financeira” (BRASIL, 2007, p. 07).

O Brasil é um país de dimensões continentais, e como tal, provê políticas públicas em educação, sob a égide das diversidades existentes é, de tal forma, desafiadora e necessária. Assim, o PAR consolidou-se como um instrumento para elaboração e acompanhamento de políticas públicas de planejamento de curto e médio prazo, embora, para Schneider *et. al* (2012, p. 309),

Essa dinâmica de elaboração do PAR e de sua metodologia, não possibilita aos municípios a indicação de outras metas e ações de formação que não as do conjunto definido pelo MEC. No entanto, são-lhe imputadas todas as responsabilidades no alcance dos resultados. Ora, um processo como esse, configura uma modalidade de descentralização de encargos executivos que preserva a decisão no centro, conformando condições de regulação.

O PAR incide sobre quatro dimensões, que são contempladas depois do diagnóstico local e a definição de indicadores (§ 3º, art. 8º, Decreto nº 6.094/2007), quais sejam: 1) Gestão educacional; 2) Formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; 3) Práticas pedagógicas e de avaliação; 4) Infraestrutura física e recursos pedagógicos. O quadro 06 apresenta um panorama sobre a importância de cada dimensão para a consolidação do Plano de Ações Articuladas.

Quadro 06: Dimensões e iniciativas presentes no PAR

| DIMENSÃO | INICIATIVAS |
|---------------------------------------|--|
| Gestão educacional | Formar especialistas; Capacitar profissionais à distância; Realizar eventos (seminário/conferência/oficina); Adquirir/reproduzir/produzir/imprimir material; Contratar especialistas ou serviços; |
| Formação de profissionais da educação | Formar profissionais - Formação inicial Formar profissionais - Formação continuada; Formar especialistas; Capacitar profissionais à distância; Realizar eventos (seminários/conferência/oficina); Adquirir/reproduzir/produzir/imprimir material; Contratar especialistas ou serviços; |
| Práticas pedagógicas e avaliação | Formar especialistas; Capacitar profissionais à distância; Realizar eventos (seminários/conferência/oficina); Adquirir/reproduzir/produzir/imprimir material; Contatar especialistas ou serviço. |

| | |
|---|---|
| <p>Infraestrutura física e recursos pedagógicos</p> | <p>Adquirir equipamentos e recursos tecnológicos; Adquirir equipamentos de climatização; Adquirir equipamentos para laboratório; Adquirir equipamentos de utensílios de cozinha; Adquirir mobiliários de sala de aula; Adquirir mobiliários diversos; Adquirir instrumentos musicais; Adquirir materiais escolares; Adquirir materiais esportivos; Adquirir brinquedos; Adquirir kit robótica; Construir escola ou creche; Construir quadra ou cobertura; Reformar escola ou creche; Adquirir ônibus escolar; Adquirir lancha escolar; Adquirir bicicletas; Adquirir outros veículos escolares; Implantar sala de recursos multifuncionais; Adquirir outros materiais e insumos.</p> |
|---|---|

Fonte: Simec (2022).

O quadro 06 aponta que essas dimensões abrangem algumas iniciativas, similares em sua maioria, quando se reporta a área pedagógica, mas que se diferenciam conforme o direcionamento dado pelo seu preenchimento para cada programa que se quer atingir ou demanda que se pretende atender. Duarte e Junqueira (2013, p.173) acrescentam: “[...] essas dimensões, por sua vez, encontram-se subdivididas em áreas de atuação as quais possuem indicadores de qualidade, que explicitam as metas a serem alcançadas. Esses indicadores de qualidade acham-se delineados nas 28 diretrizes que compõem o Decreto nº 6.094/2007”.

Por meio da figura 06 apresentamos os níveis, etapas, modalidades e ações pedagógicas e estruturantes, passíveis de serem contempladas de acordo com as necessidades diagnosticadas por cada ente federado.

Figura 06: níveis, etapas, modalidades e ações pedagógicas e estruturantes do PAR

| Nível | Etapa | Modalidades | Ações Pedagógicas | Ações de Infraestrutura |
|-----------------|---|---|---|---|
| Educação Básica | <ul style="list-style-type: none"> Educação infantil Ensino fundamental Ensino médio | <ul style="list-style-type: none"> Educação especial Ensino tecnológico e profissional Educação de jovens e adultos Educação ambiental Educação do Campo Educação étnico-racial Educação indígena Educação quilombola | <ul style="list-style-type: none"> Acervos bibliográficos Formação continuada e capacitação Jornada literária Material didático Material pedagógico Material escolar Material de consumo Cursos EAD Materiais esportivos | <ul style="list-style-type: none"> Ampliação Construção Reforma Equipamentos Ônibus escolares Ônibus acessível Bicicleta e capacete Equipamentos e kit de cozinha Brinquedos Quadras escolares Equipamentos de climatização Instrumentos musicais Mobiliário Computadores, projetores e tablets |

Fonte: <https://www.fnde.gov.br/>.

Em consonância com PNE, o PAR foi estruturado para ser, o principal ponto de convergência das políticas públicas educacionais, apresentando diretrizes, metas e estratégias que demonstrem os esforços de Estados, municípios e da sociedade civil “[...] para consolidar um sistema educacional capaz de garantir o direito à educação em sua totalidade”. (BRASIL, 2017, p.02)

Ressaltamos, por sua vez, que suas características remetem a continuidade das políticas de educação, mesmo sob a tutela das constantes mudanças de governo e suas tendências partidárias e/ou ideológicas, algo perfeitamente considerável dentro de um regime democrático, tanto a nível nacional, estadual ou municipal. Fortalecer e construir coletivamente direcionando o olhar sobre cada dimensão e seus indicadores pode produzir um ambiente favorável para a consolidação de práticas eficientes no âmbito da política educacional. Com isso, sistematizar o planejamento e compreender o contexto local, buscando a participação efetiva de todos os sujeitos inseridos, abre uma imensa possibilidade de construção de uma educação transformadora.

3.3 Etapas que compreendem o PAR

Ancorados nas quatro dimensões já citadas, para compreender as etapas que compõem a constituição do PAR, torna-se necessário de forma descritiva perceber os atores envolvidos neste processo. Em geral, o desenho sequencial para a formulação do PAR em Estados e municípios, tem a seguinte forma:

Quadro 07: Sequência de procedimentos para elaboração do PAR em Estados e municípios

| | |
|---|--|
| 1 | Adesão do ente federado ao plano de metas compromisso todos pela educação. |
| 2 | Composição da equipe técnica local. |
| 3 | Análise das informações pré-qualificadas disponibilizadas pelo MEC/ INEP: dados da unidade (município) e dados demográficos e educacionais. |
| 4 | Respostas às questões pontuais. |
| 5 | Realização do diagnóstico local a partir do instrumento composto pelas dimensões, áreas e indicadores. |
| 6 | Levantamento dos indicadores com baixa pontuação. |
| 7 | Elaboração do Plano de Ações Articuladas – PAR, buscando a melhoria dos indicadores com baixa pontuação. Satisfazer sua curiosidade em relação a várias realidades sociais |

Fonte: Brasil (2008b, p. 05 apud DUARTE; JUNQUEIRA, 2013, p.172).

Com base nessas informações, revela-se a importância de alguns atores para a efetiva implementação do PAR nas redes de ensino. Isso acontece por meio da Equipe Local e do Comitê Local do Compromisso. Ambos têm distintas atribuições e são peças fundantes para a construção e acompanhamento das ações do plano. Enquanto a Equipe Local elabora e monitora a execução do PAR, o Comitê Local é responsável por acompanhar sua implementação. Esses atores devem participar da construção das propostas e das diversas fases do planejamento das ações do PAR, por meio de reuniões periódicas.

Duarte e Junqueira (2013, p. 173) acrescentam:

Desde essa etapa diagnóstica inicial, o MEC disponibiliza aos gestores municipais de educação e técnicos locais um módulo no Sistema Integrado de Planejamento de Orçamento e Finanças do Ministério da Educação – Simec. Nesse módulo, encontram-se os procedimentos operacionais para a realização do diagnóstico e a formulação do PAR, além do monitoramento de suas ações.

Desse modo, destaca-se ainda a importância de um leque de ações e subações que existem no Simec e que são previamente definidas pelo MEC, “[...] cabendo às equipes técnicas

locais escolher aquelas que melhor satisfaçam suas necessidades, com fundamento no diagnóstico efetuado, para o alcance da melhoria dos indicadores que obtiveram baixa pontuação” (DUARTE; JUNQUEIRA, 2013, p. 173).

O fortalecimento das políticas educacionais de planejamento no âmbito do PAR, desejam contribuir para ações afirmativas de combate às desigualdades. Isso pressupõe um trabalho colaborativo, que nem sempre acontece como deveria, mas também de um compromisso político, pautado em políticas educacionais sérias e comprometidas com a coletividade, em razão das políticas partidárias, muitas vezes institucionalizadas em nossas comunidades escolares.

A história da educação brasileira é marcada por disputas, conflitos, avanços, retrocessos. A implementação de políticas públicas que desvelem esse contexto de desigualdade é fundamental para a sociedade contemporânea. Neste sentido, desde a concepção do PAR como possibilidade de aproximar os entes federados em regime colaborativo, estamos vivenciando o início do seu quarto ciclo.

Os três ciclos anteriores tiveram critérios definidos para atendimento das solicitações aos entes federados. Ao longo do tempo, novos programas, instrumentos e metodologias foram incorporados à dinâmica do PAR, como veremos no quadro 08 a seguir:

Quadro 08: Ciclos do PAR

| 1º CICLO PAR 2007-2010 DECRETO Nº 6.094/2007 | 2º CICLO PAR 2011-2014 LEI Nº 12.695/2012 | 3º CICLO PAR 2016-2020 REFORMULAÇÃO SIMEC |
|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento baseado em vulnerabilidades sociais; - Construção de creches; - Reformas, ampliações, construção de escolas; - Caminho da escola; - Brasil profissionalizado; - Mobiliários escolares. | <ul style="list-style-type: none"> - Termos de compromisso; - PAC (creches e quadras escolares; veículos; mobiliários e equipamentos) - Emendas parlamentares; - Escolas rurais, quilombos e indígenas; - Metodologias inovadoras; - Regras para transferência de recursos. | <ul style="list-style-type: none"> - 2016: início da Etapa Preparatória e Diagnóstico - Setembro/2017: início da Etapa de Elaboração dos Planos de trabalho, com definição das iniciativas. |

Fonte: Lei do PAR nº 12.695/2012 (BRASIL, 2012).

Dessa maneira, cada ciclo visa atender determinadas situações e circunstâncias com vistas a contribuir, por meio do planejamento, na melhoria do processo de ensino -

aprendizagem, atendendo os governos subnacionais, de acordo com suas dimensões e indicadores de qualidade.

No Estado da Bahia, para promover a integração entre as políticas educacionais da Secretaria da Educação do Estado e as Secretarias Municipais de Educação, objetivando a cooperação entre os sistemas de ensino, o governo estadual implementou o Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam).

O Programa constituiu-se, no âmbito da política educacional do Estado, em um dos instrumentos possíveis para materializar o regime de colaboração, por meio do federalismo cooperativo, oferecendo apoio aos municípios e contribuindo para a organização dos seus processos pedagógicos, assim como seus processos burocráticos no campo educacional. (SEC/BA, PROAM, 2013).

3.4 Participação do Programa de Apoio à Educação Municipal na elaboração do PAR em municípios baianos

Para muitos sujeitos pertencentes ao processo de gestão educacional nas diversas esferas existentes, elaborar e monitorar, por meio do Simec, o PAR, não é algo tão simples como aparenta. Para realizar tais tarefas é preciso conhecer, minimamente, sua política de implantação, assim como ter domínio e técnica para alimentar a plataforma virtual onde os dados sobre o PAR são registrados. Além do domínio técnico, é necessário a compreensão sobre gestão e planejamento educacional para fortalecer o plano e torná-lo num instrumento consistente.

Nesta perspectiva, buscando maneiras de diminuir as dificuldades para elaboração e acompanhamento do PAR, os municípios baianos tiveram a contribuição do Proam, como instância governamental da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, lançado em 28 de janeiro de 2008, para acompanhar e oferecer assistência técnica e pedagógica à implementação de diversas políticas em âmbito municipal (SEC/BA, PROAM, 2013).

Desse modo, Duarte e Pereira (2021, p. 02) acrescentam:

O regimento interno da Secretaria de Educação (SEE-BA; BAHIA, 2004) atribuiu à Superintendência de Acompanhamento e Avaliação do sistema educacional a prestação de assistência técnica (art. 13) e a promoção da articulação com os municípios, mediante assessoria na elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs), dentre outras atribuições. Com a criação do Programa de Apoio aos Municípios (Proam) em 2008, no âmbito da Coordenação de Políticas Educacionais da SEE-BA, o governo estadual passou a desenvolver ações de coordenação federativa regional.

No âmbito das relações intergovernamentais, o Proam colaborou para instituir em municípios baianos outros programas, intencionando o fortalecimento do processo de planejamento das políticas municipais em educação, materializando, dessa forma, o regime de colaboração entre os entes federados.

Sua perspectiva tinha como estratégia, fortalecer o regime de colaboração entre o Estado da Bahia e seus municípios, com o objetivo de melhorar os indicadores educacionais e a qualidade da escola pública.

Jesus (2020, p.131) pontua sobre a sua importância para assessorar e fortalecer o regime de colaboração entre o Estado e os municípios que fizeram a adesão:

[...] o Programa atuou com ações de assessoramento técnico-pedagógico às redes municipais para fortalecimento da gestão dos sistemas de ensino, alicerçada pela formação de gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos e pessoas da sociedade civil, objetivando, conforme projeto de sistematização do Programa, o empoderamento dos sujeitos, o fortalecimento da autonomia das redes de ensino, bem como, o controle social das políticas públicas implementadas no âmbito da educação municipal.

Além da implementação e acompanhamento do PAR, destaca-se no âmbito do Proam, o Projeto de Assessoramento à Elaboração, Avaliação e Adequação do Plano Municipal de Educação (PME), o Assessoramento à Elaboração Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério (PCR), o Projeto de Reestruturação de Secretarias Municipais de Educação (Pares), o Projeto de Fortalecimento do Conselho Municipal de Educação (CME), o Programa Formação pela Escola, implementado em parceria com o Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (PROGESTÃO) (DUARTE; PEREIRA, 2021; ARAÚJO, 2015; JESUS, 2020).

O quadro 09 desvela as ações e objetivos acerca das intenções do Proam e suas finalidades de apoio aos municípios baianos.

Quadro 09: Ações e objetivos do Proam na rede de ensino baiana

| AÇÃO | OBJETIVO |
|--|--|
| Projeto de assessoramento à elaboração, avaliação e adequação do plano municipal de educação (PME) | Assessorar as Secretarias Municipais de Educação no processo de elaboração, avaliação e adequação de planos municipais de educação em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Educação. |

| | |
|---|---|
| Projeto monitoramento e acompanhamento do plano de ações articuladas (PAR) | Favorecer a melhoria da qualidade da educação nos municípios e o alcance das metas projetadas em cada IDEB municipal, por meio do assessoramento técnico-pedagógico à implementação do Plano de Ações Articuladas. |
| Projeto de assessoramento à elaboração de plano de carreira e remuneração (PCR) | Prestar assessoramento aos Municípios na construção de Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Trabalhadores em Educação |
| Projeto de fortalecimento de conselhos municipais de educação (CME) | Fortalecer a atuação do CME na elaboração, acompanhamento, avaliação e controle social das políticas educacionais vinculadas ao Plano Municipal de Educação (PME) e Plano de Ações Articuladas (PAR), no âmbito dos municípios. |
| Projeto de reestruturação de secretarias municipais de educação (PARES) | Contribuir com a reestruturação organizacional de Secretarias Municipais de Educação, por meio da formação dos sujeitos que integram a dinâmica de gestão e prestação de serviços educacionais à comunidade. |
| Programa de capacitação a distância para gestores escolares (PROGESTÃO) | Promover a formação dos gestores escolares e equipe técnico-pedagógica do sistema público de ensino, na perspectiva do fortalecimento da gestão escolar democrática e da melhoria do desempenho da escola pública. |
| Programa formação pela escola | Disseminar as informações referentes à execução, monitoramento, avaliação, prestações de contas e o controle social das ações educacionais financeiras pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). |

Fonte: SEC/BA, PROAM (2013).

Do ponto de vista de sua abrangência, o Proam buscou contemplar todo território baiano, tornando-se uma política de acompanhamento e assessoramento, para consolidar programas federais. Assim, após adesão, o Programa realizou visitas aos municípios baianos, com o objetivo de orientá-los para a execução das ações do PAR, entre outras ações anteriormente elencadas (Quadro 09), buscando contribuir para uma intervenção que possibilitasse o alcance das metas projetadas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de cada município, fortalecendo suas redes com o assessoramento de natureza técnica-pedagógica, em um regime de efetiva colaboração, conforme descreve Jesus (2020, p.138): “[...] Ao instituir o Proam, foram sendo disponibilizadas para adesão das Secretarias Municipais de Educação (SME), ações de assessoramento técnico-pedagógico que emergiram de múltiplos contextos de influência, definidores dos conteúdos e das práticas de colaboração”.

O quadro 10, demonstra o número de municípios atendidos pelo Proam entre os anos de 2008 e 2013, assim como suas ações.

Quadro 10: Número de municípios atendidos

| AÇÃO | NÚMEROS DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS (2008 a 2013) |
|---|--|
| Acompanhamento e Implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR) | 408 |
| Assessoramento à Elaboração do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) | 32 |
| Assessoramento à Elaboração, Avaliação e Adequação do Plano Municipal de Educação (PME) | 300 |
| Fortalecimento de Conselhos Municipais de Educação (CME) | 150 |
| Reestruturação de Secretarias Municipais de Educação (PARES) | 19 |
| Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (PROGESTÃO) | 370 |
| Programa Formação Pela Escola | 200 |

Fonte: (SEC/BA, PROAM 2013).

A análise do quadro 10 permite compreender a imensa adesão dos municípios baianos ao PROAM, com vistas ao acompanhamento e implementação do PAR. Essa iniciativa revela-se, a priori, importante para sua consolidação, numa perspectiva de construir políticas públicas de acompanhamento e orientação, participativas, colaborativas, pensando a realidade local das municipalidades baianas.

Embora sejam importantes, é necessário pensar esse contexto com vistas a um olhar crítico, mesmo porque cada ente federado tem suas peculiaridades. Dessa forma, não podemos homogeneizá-las sob o olhar discursivo da igualdade, tendo como parâmetro as individualidades que cada um apresenta, assim como suas características.

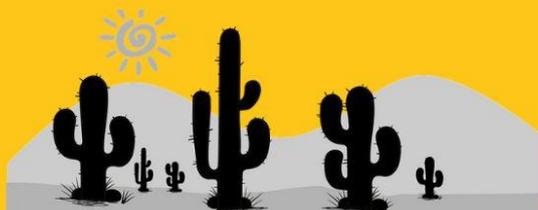
Na sequência do texto dissertativo, capítulo 04, socializaremos os resultados e análises realizadas, por meio de entrevistas semiestruturadas, em diálogo com a literatura científica, incluindo os postulados foucaultianos, aprofundando as discussões em torno das contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia.

Contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia



“O educador se eterniza em cada ser que educa”.

(PAULO FREIRE)



4 CONTRIBUIÇÕES DO PAR PARA A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TUCANO – BAHIA

Este capítulo situa-se, fundamentalmente, na análise das concepções e discursos em torno das contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano, Bahia. Neste sentido, tomamos como base teórico-analítica para a problematização e compreensão dos dados as teorizações e postulados do filósofo francês Michel Foucault.

A análise dos enunciados produzidos pelos sujeitos enunciadore sob o viés do pensamento dos dispositivos foucaultianos, possibilitou aprofundar as discussões em torno do nosso objeto de estudo e associar suas proposições às discussões referentes ao planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano.

Sendo assim, por meio da interpretação das teorizações de Michel Foucault, podemos compreender que “[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório” (FOUCAULT, 2010, p. 09). Portanto, entendemos, sob esta ótica, que nenhum discurso é neutro. Ele carrega em si, muitos olhares e dizeres, independentemente de quem o profere.

As análises e discussões dispostas neste capítulo tiveram como centralidade os enunciados presentes nos discursos apresentados por seis sujeitos participantes que fizeram ou fazem parte do processo de coordenação e implementação do PAR no município de Tucano. Com exceção de um que pertence a rede estadual de ensino, os demais sujeitos enunciadore são professores e professoras da rede municipal, com estabilidade funcional por meio de concurso público, que em diferentes momentos exerceram cargos comissionados ao longo dos quatro ciclos que compreendem o PAR. As seções a seguir, em seu processo de constituição, levaram em consideração as discussões em torno dos objetivos centrais desta pesquisa.

4.1 Olhares e concepções atribuídos ao planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano no contexto do PAR

Ao lançar um olhar sobre as ações de planejamento da educação no Brasil, observamos que às políticas de educação gestadas ao longo do tempo, são marcadas, historicamente, pela

fragmentação e descontinuidade. Diante deste cenário, o planejamento educacional brasileiro, como toda atividade humana, está permeado por tensões, conflitos e interesses divergentes.

Desde 2007, o PAR vem se constituindo como principal instrumento orientador das políticas educacionais desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação. Assim, o PAR como um conjunto de ações de política pública de planejamento, visa estabelecer outros parâmetros previstos em suas quatro dimensões, práticas e gestão para as redes públicas de ensino do país. O discurso oficial descreve o PAR como uma ferramenta de gestão para o planejamento da educação.

O PAR foi concebido como uma ferramenta de gestão para o planejamento da política de educação que os municípios, os estados e o Distrito Federal elaboram para um período de quatro anos. Pelas suas características sistêmicas e estratégicas, o PAR favorece as políticas educacionais e a sua continuidade, inclusive durante as mudanças de gestão, constituindo-se como importante elemento na promoção de políticas de Estado na Educação (BRASIL, 2017, p. 03).

Ao elaborar o PAR o ente federado deve realizar um diagnóstico de sua rede de ensino, por meio de dados fornecidos pelo próprio MEC e, em consonância à essa prerrogativa, elencar ações de assistência técnica ou financeira para um período plurianual. Para Viana (2015, p. 84), “[...] gerir um sistema educacional como um todo nos moldes como proposto no PAR não se constitui uma atividade simples tendo em vista, que exige dos gestores envolvidos no plano a articulação e desenvolvimento de práticas em diferentes campos de ação da educação”.

Desse modo, o planejamento educacional no âmbito do PAR acha-se delineado, sobretudo, em sua primeira dimensão, Gestão educacional, que se articula e se locomove por meio de outras três dimensões (Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação e Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos).

Contudo, a literatura científica produzida ao longo dos anos sobre esta temática, reforça a ideia de continuidade das discussões e faz um alerta em torno da regulação da União e sua relação com os demais entes federados. Para Sousa (2011):

Como instrumento de planejamento, o PAR homogeneiza a imensa e diversificada realidade educacional brasileira [...]. O planejamento da educação precisa estar legitimado em ampla participação dos atores envolvidos e considerar também variáveis intra e extraescolares que influenciam o processo educacional, como as condições socioeconômicas (SOUSA, 2011, p. 10).

Neste cenário, embora cada ente federativo seja portador de suas especificidades locais, sejam elas culturais, sociais ou econômicas, o PAR acaba operando como um dispositivo de controle/regulatório mediante a necessidade do apoio técnico e financeiro por meio do

MEC/FNDE. Assim, os entes subnacionais que deveriam elaborar seus planejamentos de acordo com sua própria realidade, reforçam a centralidade das ações de acordo com as políticas desenvolvidas pela União.

Todavia, Farenzena e Marchand (2013) alertam que o PAR insere-se na perspectiva da descentralização de responsabilidade das ações da União para que os estados e municípios desenvolvam as políticas educacionais, mas permanece em âmbito federal o poder de controle na autorização, fiscalização e supervisão dos recursos a ser deliberados. A União expande suas funções em papéis normativos, reguladores ou redistributivos conforme é estabelecido no PDE.

Para Abrucio (2004, p. 03), a descentralização compreende:

[...] um processo nitidamente político, circunscrito a um Estado nacional, que resulta da conquista ou transferência efetiva de poder decisório a governos subnacionais, os quais adquirem autonomia para escolher seus governantes e legisladores (1), para comandar diretamente sua administração (2), para elaborar uma legislação referente às competências que lhes cabem (3) e, por fim, para cuidar de sua estrutura tributária e financeira.

Compreendemos, portanto, por meio da afirmação de Abrucio (2004), que a descentralização é um caminho construído sob o olhar colaborativo e necessário, respeitando as peculiaridades locais de cada ente federado.

Ao observarmos o município de Tucano, constatamos, por meio dos discursos produzidos pelos sujeitos enunciadore, que a percepção em torno do PAR, enquanto ação de política pública de planejamento, é vista como um instrumento que procurou evidenciar a gestão democrática da educação básica como norte, apesar dos percalços durante o caminho, que serão evidenciados ao longo das discussões e análises.

Os olhares, percepções e interpretações que apresentamos sobre à instituição do planejamento educacional da rede municipal de Tucano após a implantação do PAR foram, inicialmente, produzidos sob o seguinte enunciador: Como acontecia o planejamento da rede municipal de ensino? Quem participava?

Tomando como base os saberes subjetivados na produção do discurso destes sujeitos, e sob o olhar principal de nosso objeto de pesquisa, procuramos evidenciar, a partir do ponto de vista dos entrevistados, as concepções atribuídas ao planejamento educacional no âmbito da implementação do PAR no município de Tucano e suas contribuições para o planejamento da rede municipal de ensino.

O PAR é um instrumento multidimensional de planejamento para o diagnóstico da situação educacional dos seus entes federados, que busca envolver decisão política, ação técnica

e atendimento da demanda educacional, com o objetivo de melhorar os índices apurados pelos indicadores educacionais. Esse instrumento auxilia as secretarias de educação estaduais, municipais e distrital, a executar as políticas educacionais capazes de promover o alcance de tais objetivos (BRASIL, 2017).

Associada a essa ideia, a priori, no início da instituição do PAR (2007), o planejamento da rede municipal de ensino de Tucano era articulado com a presença e participação de diretores, vice-diretores e orientadores das escolas ou núcleos escolares, assim como, contava com a participação de coordenadores pedagógicos, que eram distribuídos de acordo com suas zonais, como observamos nos discursos dos sujeitos enunciativos desta pesquisa (CELEM, 2022).

Neste contexto, o município era dividido em cinco zonais¹⁶, que eram distribuídas de acordo com os seus referenciais geográficos, com exceção da zonal A, que por sua vez, era destinada às escolas que trabalhavam com classes do Ensino Fundamental II, anos finais. Além disso, constava na estrutura da secretaria de educação, as coordenações da educação infantil, EJA e educação inclusiva.

Diante desta arena, indagada sobre como acontecia o planejamento educacional da rede municipal antes da implementação do PAR, Celem (2022) pontua:

Os Planejamentos aconteciam quinzenalmente, aos sábados, na Sede do município, envolvendo a Secretária de Educação, Coordenação Pedagógica, Orientadores, Diretores(as) e Vice-Diretores(as). Assim, os Orientadores e professores(as), juntamente com a Direção das escolas, tinham a quinzena subsequente para fazerem os seus planejamentos semanais, com plano de ação e atividades para aquele período, isto é, orientadores(as) e professores(as) colocavam em prática o que havia sido planejado com os Coordenadores(as), podendo contar com a visita da sua coordenação, caso fosse necessário (CELEM, 2022).

O enunciado produzido por Celem (2022) evidencia a organização estabelecida pela secretaria de educação para estruturar a rede municipal de ensino naquele contexto. Por meio dos discursos produzidos nas entrevistas, tornou-se possível observar e refletir sobre os

¹⁶ Em 2007, o município de Tucano estava dividido em cinco zonais (A, B, C, D, E). Cada uma possuía um Coordenador Pedagógico, responsável por um conjunto de escolas. Além destes coordenadores de zonais, existiam também os coordenadores municipais da Educação Infantil, da Educação Especial, da Educação de Jovens e Adultos. Existiam também os coordenadores de programas e projetos. A partir de 2013, já sob os efeitos do PAR, houve uma nova redistribuição da rede. A Zonal E deixou de existir, passando as escolas integrantes incorporadas às zonais B, C e D, respeitando suas localizações geográficas. Já em 2015, houve uma nova reorganização nos departamentos da secretaria. Na ocasião, foi instituído a função de diretor do departamento pedagógico e o departamento pedagógico passou a ter a seguinte composição: uma direção do departamento Pedagógico, as coordenações das zonais (A, B, C e D), as coordenações da Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo. Os Programas e Projetos da pasta da Educação passaram a ser assumidos pelos coordenadores das Zonais.

diferentes olhares e conseqüentemente modalidades enunciativas, pontos de vista e de atuação de quem está diretamente gerindo ou já geriu o planejamento educacional da rede municipal, com vistas às contribuições do PAR. Para tal, tornou-se necessário confrontar os discursos dos sujeitos enunciadores, ampliando horizontes discursivos, provocados pelo seguinte questionamento: Em que o PAR contribui/contribuiu para o planejamento da rede municipal de ensino de Tucano?

Para Alto, meu lugar no sertão (2022), o PAR tem contribuído com a estruturação da rede, sobretudo, na melhoria das condições de trabalho das escolas municipais:

Pensando o PAR como um planejamento para toda rede, a gente acredita que o PAR tem contribuído bastante, principalmente na questão da estruturação da rede, no sentido de melhorias mesmo na qualidade, tanto das escolas enquanto espaços físicos, quanto à aquisição de alguns materiais, como por exemplo, a gente cadastrou recentemente alguns itens e com certeza fará muita diferença na sala de aula, que são itens pedagógicos mesmo, além de planejamento de ações voltadas para a formação de professores, para a formação dos próprios gestores (ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO, 2022).

Neste cenário, o PAR se apresenta como um importante instrumento para os sujeitos enunciadores, indicando que esse arranjo federativo contribuiu para o fortalecimento das políticas educacionais de planejamento da rede municipal de ensino, sobretudo, no que concernem a determinadas ações presentes nas seguintes dimensões: 1 – Gestão Educacional; 2 – Formação de Profissionais da Educação, na Área 2.6 – Formação de profissionais da educação e outros representantes da comunidade escolar; 3 – Práticas Pedagógicas e Avaliação, na Área 3.4 – Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais e no indicador 3.4.4 – Utilização de processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica; assim como na dimensão 4 – Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, na Área 4.1 – Condições da rede física escolar existente.

Poção (2022), outro sujeito enunciador, ratifica essa compreensão e acrescenta que essas melhorias podem elevar o IDEB do município.

O PAR é uma importante ferramenta de trabalho para consolidação de toda política pública ligada à educação. Para o município de Tucano, era muito importante que fosse projetado, dentro das metas, dentro dos indicadores, todos os pedidos, para viabilizar toda uma melhoria na qualidade da educação, e a secretaria de educação, tendo em vista a importância de melhorar o aspecto de uma escola, melhorar a formação do professor, melhorar o material que o aluno poderia fazer uso, e com isso melhorar também, o IDEB. Ter uma aula mais prazerosa, a secretaria, via como um instrumento de real importância, de primordial instrumento, como se fosse assim uma

um norteador, para que a gente pudesse sim, ter um trabalho de qualidade, de uma educação de qualidade, melhorando a prática pedagógica do professor, melhorando também a importância do desenvolvimento da educação como um todo para o aluno. Porque o aluno quando ele está numa sala de aula melhor equipada, numa sala de aula que tem equipamentos os materiais pedagógicos necessários, ele irá aprender, ele irá ressignificar também aquele aprendizado, e é claro que o professor vai estar muito mais satisfeito, em ter recursos propriamente dito para cada aula (POÇÃO, 2022).

Embora houvesse a compreensão da importância do PAR como instrumento de planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano, os discursos produzidos pelos sujeitos enunciadore, neste contexto, são marcados pela possibilidade de melhoria da infraestrutura das escolas e aquisição de equipamentos, previstos na dimensão 4 – Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, do documento oficial do Plano.

Foucault (1996, p.123) pondera que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” Portanto, os discursos produzidos neste contexto, no âmbito do PAR na rede municipal, inicialmente, têm como pressuposto, além do aparente desejo de mudança, a necessidade no campo da gestão de conseguir melhorar a infraestrutura física, assim como adquirir materiais didático-pedagógicos, para num momento seguinte, alcançar outros certames, como explicitado pelo discurso de Lagoa do Alto (2022).

O município de Tucano enxergava o PAR como instrumento que auxiliava o planejamento da rede. A partir do lançamento das informações e construção do diagnóstico da real situação/demandas educacionais do município, via-se também o exercício efetivo da gestão democrática, onde diversas representações e segmentos reservavam um tempo para avaliar e monitorar o PAR na perspectiva de resolução das demandas através de vinculação de políticas públicas e recursos financeiros para solucionar/amenizar os problemas identificados (LAGOA DO ALTO, 2022).

As concepções em torno do entendimento das contribuições do PAR ao planejamento da rede de ensino de Tucano, estão ligadas, como vimos, neste primeiro cenário observado, às alterações na infraestrutura das instituições escolares, à aquisição de equipamentos, materiais didático-pedagógicos e à formação docente. Efetivamente, essas ações são as mais perceptíveis nos discursos analisados neste momento.

De tal modo, como observamos, o planejamento não se restringe apenas as dimensões técnicas; constitui-se também por elementos imbricados às decisões de abrangência social e política, as quais estão subordinados às interpretações oriundas do papel de poder assumido pela União, que aponta ações e possíveis caminhos que, em geral, o município deve percorrer.

Desse modo, as relações de poder existentes e os discursos que permeiam a construção histórica dos documentos oficiais que legitimam as políticas públicas em educação, e orientam

os entes federados no que concernem às suas obrigações legais e, portanto, ao PAR, subjaz ao dispositivo foucaultiano da governamentalidade.

Pensando sobre a importância da governamentalidade para a análise realizada neste contexto, destacamos como “[...] modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (FOUCAULT, 1995, p. 247). Neste cenário, supomos que a governamentalidade busca controlar a condução dos sujeitos por meio de diferentes técnicas que possibilitam sua governança.

Neste contexto, é perceptível que o PAR se institui como uma estratégia de planejamento pautado em um modelo de gestão mais técnica, possuindo uma orientação prescritiva no que concerne a uma política de resultados. Para Foucault (2004, p. 12), “[...] Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que estes trazem consigo”.

Desse modo, o percurso metodológico inicial, mostra-nos a compreensão de como os sujeitos enunciadorez desta pesquisa percebem o planejamento educacional no contexto do PAR, assim como suas contribuições para o desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino da rede municipal de educação de Tucano, que até aqui, vai se constituindo, invariavelmente, por meio das ações presentes na dimensão quatro, Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, embora isso não exclua as demais dimensões, mas é latente a preocupação com a referida dimensão como indutora de ações transformadoras.

No seguimento deste capítulo, ampliaremos as discussões em torno de algumas ações selecionadas e materializadas no contexto do PAR, produzidas por meio dos discursos dos sujeitos enunciadorez e seus olhares em torno do objeto analisado.

4.2 Materializando ações: algumas mudanças provocadas no contexto do PAR

Os discursos produzidos e analisados até então, demonstram o papel modificador das ações atribuídas ao PAR, no que concernem ao planejamento da rede municipal de ensino, caminhando para uma perspectiva mais técnica, focalizada nas seguintes dimensões: 1) Gestão educacional; 2) Formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; 3) Práticas pedagógicas e de avaliação; 4) Infraestrutura física e recursos pedagógicos. Para Lagoa do Alto (2022), em Tucano, “[...] o PAR tem sido uma ferramenta muito importante para o planejamento e efetivação de políticas públicas educacionais na perspectiva de compreender as situações do município e de forma igualitária, promover os recursos e apoios vinculados à melhoria da qualidade da educação”.

Questionada sobre a influência do PAR para o planejamento da educação do município de Tucano, Celem (2022) afirma:

O Plano de Ações Articuladas exerceu grande influência no planejamento da educação do município, pois, através dele, foi possível melhorar os indicadores da Educação Básica em quase todas as escolas da Rede Municipal de Ensino. O PAR, elaborado e monitorado por diferentes segmentos da sociedade, proporcionou um fluxo de comunicação e de ajuda entre o MEC, a Gestão Pública/Secretaria de Educação Municipal e as escolas, de maneira a criar políticas públicas coordenadas, democráticas e de igualdade de oportunidades para todos os estudantes (CELEM, 2022).

Coadunando com esse pensamento, Caldas do Jorro (2022) complementa: “[...] o PAR vem beneficiando e influenciando de forma positiva a educação no município de Tucano”. Por meio dos enunciados, constatamos que o PAR foi consolidado no município como um conjunto de ações de política pública de planejamento que contribui com o desenvolvimento da educação da rede municipal.

Esses enunciados, para Foucault (2012), têm importância por possuir um sujeito que fala de determinado local e obedece às práticas discursivas e não discursivas de seu tempo.

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita); é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2012, p. 105).

Portanto, para Foucault (2012), o enunciado não existe sozinho, mas precisa ser correlacionado com outros enunciados, produzidos por outros sujeitos. Assim, é interessante observar que os enunciados construídos por Lagoa do Alto (2022), Celem (2022) e Caldas do Jorro (2022) partem sobre a perspectiva de um distanciamento temporal em consonância aos seus lugares de fala.

Entretanto, a compreensão sobre a importância do PAR para o planejamento da rede é defendida por todos como uma influência positiva, marcada pela melhora nos indicadores educacionais, presentes nas dimensões, áreas e indicadores. Sob este olhar, Sousa (2010) esclarece: “[...] em qualquer campo do saber, há um sistema que rege à confirmação de certos enunciados a partir de outros e à maneira pela qual eles se implicam ou se excluem”.

No entanto, mesmo reconhecendo por meio dos enunciados que as ações materializadas no âmbito do PAR, desde a sua instituição na rede municipal de ensino de Tucano, tiveram uma presença marcante nos discursos dos sujeitos enunciadore desta pesquisa, antes, porém, desejamos nesta trajetória, externar algumas dificuldades encontradas, assim como os encaminhamentos produzidos para solucionar tais dificuldades.

Em seus primeiros três ciclos, o acompanhamento e monitoramento das ações cadastradas do PAR no Simec eram compartilhados entre membros da secretaria de educação e servidores da prefeitura municipal. Assim, perguntados sobre quem participava da elaboração e do monitoramento do PAR no município, referente aos primeiros três ciclos, os sujeitos enunciadore produziram os seguintes discursos:

O PAR no Município de Tucano era constituído por sete diferentes segmentos que participaram da sua elaboração e do seu monitoramento. São eles: Representante do Ministério Público; Representantes dos Dirigentes do Sistema Educacional; Representante do Tribunal de Justiça; Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas; Representantes dos Trabalhadores das Esferas Municipal e Estadual; Representantes da Sociedade Civil; Representante do Conselho Tutelar (CELEM, 2022).

Existia na época, um profissional responsável pela alimentação do sistema, que ficava no prédio da prefeitura, que a partir do que o departamento pedagógico pensava e planejava em termos de ações, assim como os demais departamentos da Secretaria era organizado para alimentação do sistema (LAGOA DO ALTO, 2022).

A elaboração do PAR era feita com os técnicos da secretaria, juntamente com os profissionais da educação e também de outras áreas, a exemplo de sindicatos e associações de gestores que nós temos no município. E porque isso, porque era feito uma espécie de eleição dentro de cada segmento, e aí, por exemplo, do segmento dos diretores, os diretores elegiam um representante do grupo de diretores para atuar no PAR. Isso daí após a indicação desses grupos, era editada uma portaria, era homologado essa portaria, e essa portaria, ela designava quem eram os sujeitos e quais eram as ações que eles iriam desempenhar. O monitoramento também era feito desta forma, sempre a secretaria estando a frente principalmente, em solicitar o material, fazer com que o SIMEC fosse alimentado, isso daí tudo era feito pela equipe técnica da secretaria e equipe ela era instituída através da portaria (POÇÃO, 2022).

Os discursos produzidos revelam, inicialmente, o desejo coletivo para acompanhar e monitorar as ações do PAR, e alguma dificuldade para compreender as atribuições da Equipe Local e do Comitê Local. Ambos têm distintas atribuições, como já demonstramos no capítulo três deste texto dissertativo. Celem elenca a participação de distintas instituições, mas não deixa evidente se havia um técnico responsável para alimentar o sistema no SIMEC e como as ações eram escolhidas para integrar esse sistema. Lagoa do Alto evidencia que a alimentação do sistema era conduzida por um técnico que ficava na prefeitura municipal. Poção, mesmo

compreendendo a importância desse movimento burocrático, não define se havia um sujeito como coordenador de ações do PAR, ficando uma equipe multifuncional responsável em acompanhar e monitorar as ações.

Para Duarte e Junqueira (2013, p. 173), é importante destacar que

[...] há um leque, de ações e subações contidas no SIMEC, e que se encontram previamente definidas pelo MEC, cabendo às equipes técnicas locais escolher aquelas que melhor satisfaçam suas necessidades, com fundamento no diagnóstico efetuado, para o alcance da melhoria dos indicadores que obtiveram baixa pontuação.

Entretanto, os modelos adotados de acompanhamento e monitoramento do PAR em Tucano, nos primeiros três ciclos, produziram dificuldades ao planejamento da rede municipal de ensino. Acreditamos que além de instituir uma Equipe Local e um Comitê Local, que são condicionantes no momento da adesão ao Plano, era necessário especificar uma coordenação própria para fazer esse acompanhamento com maior proximidade. Desse modo, possíveis ações paralisadas por falta de alguma documentação, por exemplo, poderiam ser resolvidas com maior brevidade, ficando o município apto no sistema.

A partir do quarto ciclo houve o entendimento da rede municipal de educação, sobre a necessidade de instituir uma coordenação específica para lidar com as questões referentes ao PAR. Desse modo, atualmente, há na estrutura da secretaria de educação, uma responsável técnica para responder pelo Plano e coordenar com os demais sujeitos da Equipe Local.

Perguntada sobre qual o maior desafio que o PAR impõe para quem o está administrando, Alto, meu lugar no sertão, comenta:

Olhe, Gledson! Pensando de uma forma bem geral, (risos), acredito que um dos maiores desafios é cumprir o que ele pede lá no sistema. É um desafio, principalmente, quando se trata de documentação. O município é muito carente em relação a documentações, escrituras públicas, principalmente quando se trata de construções, não que o PAR se resume a construção, mais para gente como é a nossa maior dificuldade, a nossa maior carência em relação à estrutura física das escolas, acaba focando muito nessa parte. Então atualmente nosso maior desafio mesmo, tem sido cumprir com essa exigência de documentação, de escritura pública, de documentação de áreas públicas. Infelizmente, aqui em Tucano ainda precisa avançar muito nessa questão, né. Tem muitas áreas públicas, mas poucas áreas com a documentação atualizada, então isso tem sido uma grande dificuldade. A outra dificuldade é, como já falei um outro momento, a questão da fidelidade das respostas de alguns gestores. No PAR, antes mesmo do planejamento, nós precisamos fazer uma etapa de diagnóstico. E nós percebemos no primeiro diagnóstico, que havia uma distorção nas respostas, comparando o que os gestores respondia e como era a realidade. Então a partir disso, nós até criamos uma estratégia que foi fazer a visita as escolas, para tentar entender porque que esses diretores negavam tantas informações ou acrescentado. Por exemplo, tem uma escola, que se você olhar os meninos lancha na própria sala, então no corredor sentados próximo a quadra, mas o diretor disse que tinha refeitório. Aí dificulta, o que, como é que a gente vai cadastrar algumas informações, por exemplo,

solicitar um espaço maior, espaço mais adequado, se quando eles lançam essas informações em outra plataforma, acaba cruzando com o SIMEC, e a gente acaba ficando sem ter como cadastrar determinadas ações para algumas escolas. Então, esse tem sido um dos grandes desafios também. Por isso, que nós temos focado em conversar com diretores, para que eles se atentem a essas informações, a informação sobre o quantitativo de alunos também, acaba sendo a dificuldade porque tudo que é lançado no PAR, ele acaba cruzando com o quantitativo de alunos através da plataforma do censo escolar (ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO, 2022).

A importância de uma coordenação específica para cuidar do PAR justifica-se preponderante na definição de ações e no entendimento das questões relativas ao seu entorno, assim como em seu monitoramento cotidiano. Isso tem possibilitado, dirimir questões de cunho didático-pedagógico e de infraestrutura, destravando recursos e obras paradas por conta da ausência de documentação e/ou divergências nas informações.

A ausência de áreas públicas com documentação legalizada é apontada como grande entrave para consolidar ações referentes a dimensão 4 – Infraestrutura Física. Embora com atuação específica de uma coordenação do Plano em âmbito municipal, essas intercorrências têm diminuído, especialmente, neste quarto ciclo.

Entretanto, notamos que as relações de poder estabelecidas entre a coordenação local e os diretores escolares estão presentes, exemplificadas por meio da assinatura de termos de responsabilidade de informações. Essas relações de poder produzem diferentes olhares acerca das dificuldades encontradas.

Ainda segundo Alto, meu lugar no sertão (2022), provocada sobre a que ela atribuía a dificuldade que os diretores têm em passar as informações de uma forma mais transparente, ela argumenta:

Olhe! A maioria deles alegam que a questão das demandas que acabou não dando conta. Aí o que é que acontece, por não dar conta de todas as demandas atribuídas a esses gestores, alguns acabam pedindo para que uma terceira pessoa faça isso. Mas eu acho que isso tem mudado bastante, até porque, penso eu que eles não tinham tanto a noção de como isso poderia impactar negativamente a própria escola. Por exemplo, muitos acabam, ahhh, é só mais um formulário da secretaria, então vamos aqui, vai respondendo de forma aleatória. Isso já tem melhorado bastante em relação ao ano passado, a gente inclusive em todos os formulários quando são online, a gente coloca meio que uma declaração de veracidade das informações. [...] A outra também me parece que é medo. O medo de assumir a situação que as escolas estão, de dizer o que falta, o medo de, sei lá, de demonstrar que a partir de uma resposta, de por exemplo, de não ter o refeitório, não ter determinados os itens na escola, de mobiliário adequado, eles podem ser considerados como os maus gestores [...] (ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO, 2022).

Para além dessas assertivas sobre o contexto do PAR e suas relações com os dirigentes municipais de escolas, de modo geral, a análise neste cenário é a de uma paulatina mudança na

condução do Plano entre um ciclo e outro, como observados nos discursos produzidos por Alto, meu lugar no sertão. Isso tem impactado, positivamente, nos desdobramentos das ações dos diferentes ciclos.

Embora as ações de infraestrutura sejam as mais citadas, como reforma e construção de escolas e creches, aquisição de equipamentos e mobiliários, devemos registrar também outras ações nas quatro dimensões do PAR que estão presentes no contexto da rede municipal de Tucano, e que estão demonstradas nos discursos dos sujeitos enunciadorees. Por meio da seção seguinte, elencaremos algumas das ações realizadas no âmbito do PAR na rede municipal de ensino de Tucano, assim como suas respectivas dimensões, áreas e indicadores.

4.3 Contribuições materializadas no âmbito do planejamento educacional, por meio do PAR, da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia

Na literatura foucaultiana entendemos que o poder em si produz saber e este emerge sobre efeitos de verdade. O poder, nesta ótica, é um conjunto de relações que produz assimetrias e age de forma permanente, se irradiando de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade, sobretudo os ditos poderes instituídos pelo Estado. Assim, Foucault (1979, p.281) afirma: “[...]aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar a sua família, seus bens, seu patrimônio”. Desse ponto de vista, o poder é visto como uma prática social constituída historicamente. São formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. Constata Foucault que o poder está por toda parte e provoca ações e uma relação flutuante, não estando em uma instituição nem em ninguém (BODART, 2021).

Nossa análise neste momento, recai sobre os enunciados, que possibilitam perceber sobre como o acompanhamento sistemático das ações tem produzido efeitos no planejamento da rede municipal, sobretudo, no que concernem à melhoria da infraestrutura física das escolas da rede municipal.

Além dessas ações, outras dimensões materializadas no âmbito do PAR merecem destaque. Elencamos algumas mudanças produzidas e mais perceptíveis nos enunciados, através das Dimensões, Áreas e Indicadores, por meio de ações realizadas depois do diagnóstico inicial.

Quadro 11: Dimensão 01 do PAR

| DIMENSÃO | ÁREA | INDICADOR(ES) | AÇÕES EXECUTADAS |
|-------------------------------|-------------------------|---|---|
| 1 - GESTÃO EDUCACIONAL | 1.4 - Gestão de Pessoas | 1.4.1 – Existência de plano de carreira para os profissionais da educação | 1. Aprovação da Lei 265, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a estrutura do plano de cargo, carreira e vencimentos do magistério público do município de Tucano e dá outras providências. |
| | | 1.4.2 – Existência de plano de carreira que valorize os profissionais da educação | |
| | 1.7- Gestão democrática | 1.7.1 – Existência e atuação do Conselho de Educação | 2. Aprovação da Lei 271, de 24 de outubro de 2012, que dispõe sobre o processo de organização das eleições diretas para dirigentes escolares/núcleos nas unidades escolares/núcleos da rede municipal pública de Tucano e da outras providências. |
| | | 1.7.3 – Existência e funcionamento de conselhos escolares | |

Fonte: Quadro produzido pelo autor com base em dados da pesquisa, 2022.

Essas duas ações pertencentes à Dimensão 01, Gestão Educacional (Quadro 11), recortadas para ilustrar essa análise, interferiram de maneira muito positiva no planejamento educacional da rede, sobretudo para a reestruturação da carreira do magistério público de Tucano.

Constatamos que, por meio dessas ações, elevou-se, consideravelmente, a formação profissional dos professores da rede municipal de ensino, assim como tornaram mais democráticas o processo de escolha dos dirigentes escolares, através da realização de eleições. Neste sentido, a busca da qualidade da educação se deu por meio do planejamento educacional da rede, com ações previstas na dimensão um do PAR, com vistas, principalmente, a gestão educacional democrática que implica na participação da comunidade (CELEM, 2022; LAGOA DO ALTO, 2022).

Assim, a rede de ensino de Tucano desde o movimento para aprovação dessas leis, começou a ser pensada a partir do olhar das garantias legais instituídas aos servidores da educação, por meio do plano de carreira e da instituição democrática para a escolha dos dirigentes escolares; com a participação efetiva da comunidade, tornaram mais sólidas e autônomas as decisões e possibilitaram a melhoria da formação docente. Essas mudanças foram possíveis por meio das ações provocadas pelo PAR no âmbito do planejamento e acompanhamento da rede municipal de ensino, travadas com muitos embates e discussões. Para Celem (2022), com estas ações, “[...] o município de Tucano se tornou referência na luta por uma educação de qualidade e valorização do Profissional da Educação”.

Quadro 12: Dimensão 02 do PAR

| DIMENSÃO | ÁREA | INDICADOR(ES) | AÇÕES EXECUTADAS |
|--|---|--|--|
| 2 - FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO | 2.1 – Formação inicial de professores da educação básica | 2.1.1 – Habilitação dos professores que atuam nas creches; 2.1.2 – Habilitação dos professores que atuam na pré-escola; | 1. Formação de professores - alfabetizadores através do Grupo de Estudo e Educação Metodologia Pesquisa e Ação – GEEMPA. 2. Elaboração e organização das práticas pedagógicas; análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC; |
| | 2.2 – Formação continuada de professores da educação básica | 2.1.3 – Habilitação dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, incluindo professores da educação de jovens e adultos (EJA); | |
| | 2.3 – Formação de professores da educação básica para atuação em educação especial/ atendimento educacional especializado | 2.1.4 – Habilitação dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental, incluindo professores da educação de jovens e adultos (EJA); | |

Fonte: Quadro produzido pelo autor com base em dados da pesquisa, 2022.

No contexto da Dimensão 02, Formação dos Profissionais da Educação, destacamos as ações da rede municipal com foco na formação docente e na elaboração de práticas pedagógicas mais dinâmicas e inclusivas. Nesse cenário, Celem (2022) destaca:

[...] organização do ensino fundamental de 09 anos; elaboração e organização das práticas pedagógicas; análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC; avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para avaliação individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade na aprendizagem; critérios de escolhas dos diretores fundamentados nos princípios democráticos; Levantamento da Situação Escolar – LSE – para implantação de padrão mínimo nas salas de aula-biblioteca-espacos para prática desportivas, laboratórios de informática, cozinha e refeitório-salas de vídeo-política de acessibilidade; inclusão da cultura afro-brasileira no PPP das escolas; política de valorização da diversidade cultural-racial e de pessoas com deficiência; política de formação continuada para profissionais da Ed. Infantil, séries iniciais e finais; formação continuada dos funcionários das escolas; formação inicial de professores(as) da rede que atuam na pré-escola (CELEM, 2022).

Por suas características sistêmicas e estratégicas, o PAR oferece a possibilidade de continuidade dessas ações citadas por Celem (2022). Isso tem se mostrado, inclusive durante as mudanças de gestores municipais, como importante elemento na promoção de políticas de planejamento da rede municipal.

Para Almeida e Cabral Neto (2018, p. 13), “[...] quando se pensa na continuidade das ações para a melhoria da qualidade da educação, sobrevém a ideia de que a troca das equipes, ocasionada por mudanças de governo, podem se erigir como um impeditivo dessa lógica”. O que constatamos, neste cenário, é que essas ações específicas da dimensão 2, encontram-se internalizadas no planejamento da rede municipal, mesmo sob constantes mudanças de governo.

Corroborando com esta perspectiva, Rancho Alegre (2022) sublinha: “[...] O PAR vai favorecer as políticas educacionais e a sua continuidade, inclusive durante as mudanças de gestão porque na maioria das vezes, não chega ao município o que foi planejado naquele período para a gestão vigente”.

Na dimensão três, Práticas pedagógicas e Avaliação, aparecem com muita potência nos discursos dos sujeitos enunciadorees a implementação do Programa de Educação Inclusiva, assim como a formação para os profissionais que atuam nesta modalidade de ensino, como observamos no Quadro 13 a seguir.

Quadro 13 – Dimensão 03 do PAR

| DIMENSÃO | ÁREA | INDICADOR(ES) | AÇÕES EXECUTADAS |
|---|---|--|--|
| 3 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO | 3.2 – Elaboração e organização das práticas pedagógicas; | 3.1.1 – Implantação e organização do ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos em regime de colaboração federativa; | 1. Implementação do Programa da Educação Inclusiva; |
| | 3.3 – Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem | 3.1.5 – Oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização | 2. Formação para os professores das classes regulares com alunos deficientes incluídos e garantindo o AEE (Atendimento Educacional Especializado); |
| | 3.4 – Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais | 3.2.1 – Existência de proposta curricular para a rede de ensino; | 3. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para avaliação individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade na aprendizagem; |
| | | | |

Fonte: Quadro produzido pelo autor com base em dados da pesquisa, 2022.

Destacamos o seguinte enunciado para contemplar essa constatação, produzido por Celem (2022):

[..] um dos primeiros passos da Secretaria Municipal da Educação junto à Gestão Pública municipal, na época, foi acabar com a prática assistencialista e de segregação das APAEs, o que resultou em um trabalho maravilhoso de adesão ao Programa da Educação Inclusiva, do qual Tucano se tornou Pólo de capacitação de mais de trinta municípios do Estado da Bahia, investindo em formação para os professores das classes regulares com alunos deficientes incluídos e garantindo o AEE (Atendimento Educacional Especializado) com profissionais devidamente habilitados nas salas de recursos. Tudo isso contribuiu para a criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, cuja meta era fortalecer a política de inclusão, oferecendo serviços de especialistas como psicólogos, terapeutas ocupacionais fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicopedagogos.

Verificamos, ainda sob influência da dimensão três, a importância de uma proposta curricular para rede de ensino por meio de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais e respeitem as peculiaridades locais, referendadas pelos sujeitos enunciativos como fundamentais neste processo de instituição do planejamento educacional, sob o olhar do PAR e seus dispositivos de inserção à rede de ensino de Tucano.

A Dimensão 04, Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, como já destacamos em diferentes momentos, aparece nos discursos de todos os sujeitos enunciativos como a essencialidade do planejamento. Destacamos, no Quadro 14 a seguir, algumas dessas ações, respaldadas em indicadores de necessidades, por meio do diagnóstico local da rede.

Quadro 14: Dimensão 04 do PAR

| DIMENSÃO | ÁREA | INDICADOR(ES) | AÇÕES EXECUTADAS |
|---|--|---|---|
| 4 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS | 4.1 – Condições da rede física escolar existente; 4.2 – Uso de Tecnologias; | 4.1.1 – Biblioteca: instalações, espaço físico e organização; | 1. Instalações de bibliotecas; |
| | | 4.1.2 – Acessibilidade arquitetônica nos ambientes escolares; | 2. Construção de rampas de acesso para portadores de necessidades especiais; |
| | | 4.1.3 – Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam a educação infantil na área urbana; | 3. Construção de Escolas para atender o ensino fundamental anos iniciais e finais; |
| | | 4.1.5 – Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam o ensino fundamental na área urbana; | 4. Construção de creches modelo pro – infância; |
| | | 4.1.7 – Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda da educação infantil, na área urbana, em tempo integral; | 5. Aquisição de mobiliários; 6. Aquisição de Materiais didático pedagógico; 7. Aquisição de ônibus escolares; |

| | | |
|--|--|---|
| | <p>4.1.9 – Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda do ensino fundamental, em tempo integral, na área urbana;</p> <p>4.1.11 – Condições de mobiliário e equipamentos escolares na área urbana: quantidade, qualidade e acessibilidade;</p> <p>4.1.13 – Existência de transporte escolar para alunos da rede: atendimento à demanda, às condições de qualidade e de acessibilidade;</p> <p>4.2.1 – Existência de computadores com acesso à internet na área urbana;</p> <p>4.2.3 – Existência de sala de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado (AEE);</p> | <p>8. Aquisição de aparelhos eletroeletrônicos;</p> |
|--|--|---|

Fonte: Quadro produzido pelo autor com base em dados da pesquisa, 2022.

Para ratificar essas informações, destacamos os enunciados produzidos por diferentes sujeitos da pesquisa e seus olhares para a importância desta dimensão:

O PAR no município de Tucano trouxe vários benefícios. Por quê? Porque ele tem várias, é, são quatro dimensões, mas aqui, atualmente, nós estamos mais focados e tem mais aplicabilidade, é do que diz respeito ao investimento em infraestrutura e equipamentos nas escolas. E isso tem trazido um ânimo maior para pessoas que são atendidas, alcançadas pelos benefícios que o PAR traz. Porque a educação não é só apenas o profissional, o profissional também precisa estar bem no ambiente de trabalho, e se eu trabalho em ambiente que está bem equipado, que tem um ambiente físico preparado, adequado para as necessidades que nós estamos enfrentando, hoje como a acessibilidade, que tudo que vem pelo PAR, já vem uma cara padrão, é, padrão nacional, para atender a todas as especificidades ou quase todas, a maioria delas, dos nossos alunos que é de uma diversidade muito grande (CALDAS DO JORRO, 2022).

[...] Nós temos só aqui na sede: uma escola doze salas, no valor de quase (não é essa daqui não), um complexo educacional no valor de quatro milhões e meio de reais, que está em andamento, fizemos a visita exatamente hoje, por coincidência, provavelmente será inaugurada no primeiro semestre do ano que vem. É uma obra do PAR três, estava praticamente perdida no sistema, justamente porque ele identificou muitas fragilidades no planejamento do ciclo anterior, os motivos a gente não sabe, mas enfim, talvez até a falta mesmo de informação. [...] Temos também uma creche tipo um, é uma creche dez salas que está sendo construída aqui no loteamento Araticum, no valor de praticamente três milhões e trezentos mil reais. Temos também uma escola de seis salas no Jorro, que vai ser o futuro prédio da Escola José Penedo, temos mais uma creche tipo um no Jorro, que é uma creche dez salas também, que ainda não foi iniciada, uma escola de seis salas no distrito de Tracupá, todas as escolas com quadras (ALTO, MEU LUGAR NOS SERTÃO, 2022).

[..] Acredito sim e de forma bastante positiva porque as ações contribuem para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições de cada unidade escolar e, conseqüentemente, para o aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Importante lembrar que os materiais didáticos e pedagógicos, formação de profissionais, equipamentos e infraestrutura escolar são primordiais para a melhoria da educação municipal (RANCHO ALEGRE, 2022).

Para Caldas do Jorro (2022), as ações no âmbito da dimensão quatro têm trazido um novo ânimo aos sujeitos emersos neste contexto, por conta das melhores condições no ambiente de trabalho. Alto, meu lugar no sertão (2022), lista as inúmeras ações em execução, dentre elas a construção de unidades escolares e creches, e sua importância para a estruturação da rede municipal de ensino. Por fim, Rancho Alegre (2022) pontuam sobre a importância dessas ações concernentes a dimensão quatro para a melhoria dos indicadores educacionais.

Como vimos, buscamos descrever algumas das situações provocadas ao planejamento educacional da rede municipal de ensino no contexto das contribuições do PAR; seus desdobramentos com seu conjunto de ações de política pública e sua importância para desenvolvimento da educação de Tucano.

No percurso deste processo, percebemos que os sujeitos enunciadorees entrevistados consideram e reconhecem que a implementação do PAR no município de Tucano, incentivou a realização de ações muito importantes para a estruturação do planejamento educacional da rede, sobretudo, aquelas ações voltadas à infraestrutura, aquisição de materiais didático-pedagógicos e a formação docente.

É importante observar que toda ação de planejamento educacional é pautada sob diferentes perspectivas e requer o engajamento de múltiplos sujeitos, com diferentes olhares e sob determinadas formas de poder. Entretanto, Foucault (2004) ratifica:

[...] aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 2004, p. 183-184).

Portanto, o poder é exercido por meio das relações cotidianas. Pereira (2007, p. 130) ratifica: “Se o poder controla a própria vida das pessoas, por outro lado ele não é homogêneo, pois onde há poder há resistência. A resistência é coextensiva ao poder”.

Levando em consideração a formação de nosso objeto de pesquisa, assim como a construção analítica, os discursos produzidos pelos sujeitos enunciadorees, revelaram múltiplos

sentimentos sobre o planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano, assim como seus olhares ao PAR com suas ações de políticas públicas de planejamento.

Identificamos que os olhares contemplativos dos sujeitos que participaram ou participam do planejamento da rede, credenciaram o PAR como ação colaborativa para melhorar a qualidade da educação no município de Tucano. É possível constatar que os domínios da memória desses sujeitos da implementação e coordenação do PAR estão intimamente associados às questões gerenciais, didático-pedagógicas e de infraestrutura, tornando-se um regime de verdade.

Assim, como todo processo contínuo de resignificação, o planejamento da rede municipal de ensino com vistas às contribuições do PAR em sua instituição, apresentou, como elucidamos no recorte dos Quadros 11,12, 13 e 14, significativas evoluções e avanços. O fazer planejar no âmbito do PAR contribui com a reestruturação do planejamento da Secretaria Municipal de Educação de Tucano, sob um olhar mais coordenado, de ações efetivas e que colaboram com os processos pedagógicos cotidianos, mesmo enfrentando alguns percalços nessa travessia.

Por fim, toda a imersão construída por meio dos discursos dos enunciadores e suas relações cotidianas de poder com seu contexto e seus pares, produziram muitos efeitos, subjetivados através das ações executadas e alinhadas no âmbito do PAR e ao planejamento educacional da rede municipal de Tucano/Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos percorridos e trilhados nesta pesquisa tiveram como centralidade a análise de como o PAR contribuiu para a instituição do planejamento educacional no município de Tucano, delineados pelos seguintes objetivos: a) Geral: Analisar como o PAR contribui com a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia; b) Específicos: b1) Discutir federalismo e políticas públicas no cenário brasileiro; b2) Apresentar o planejamento no âmbito da política educacional; b3) Analisar as contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino.

Inicialmente, apresentamos as motivações pessoais e profissionais que levaram ao interesse do objeto analisado, demonstrando a importância do lugar de fala e suas contribuições em sua constituição. Esta se revela por meio das marcas pessoais, pensamentos e ações desenvolvidas ao longo da historicidade do autor, com a profundidade necessária que o contexto instiga. Neste cenário introdutório, evidenciou-se, ainda, a materialidade organizacional do texto ora produzido, assim como os caminhos a serem percorridos, à luz de autores do campo do planejamento e gestão, e das produções acadêmicas destacadas e relacionadas ao objeto de estudo a partir da instituição do PAR no cenário nacional.

A abordagem metodológica apresentada compreendeu o contexto das políticas públicas em educação, no âmbito da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia, buscando identificar as contribuições do PAR para a instituição do planejamento educacional neste município. Nesta perspectiva, a análise de dados embasou-se na abordagem qualitativa, porque compreendemos que o estudo da experiência humana deve ser feito entendendo que as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos em seus enunciados produzidos cotidianamente, por meio de seus lugares de fala, assim como seus discursos enunciativos e suas ações.

A abordagem teórica desta pesquisa amparou-se nos estudos e postulados do filósofo francês Michel Foucault (1936 -1984). Além disso, apresentamos nosso *locus* de pesquisa, demonstrando recortes dos dados sociais e educacionais. Por fim, realizamos entrevistas semiestruturadas com seis sujeitos que fizeram ou fazem parte da implementação e coordenação do PAR na rede municipal de ensino de Tucano.

A análise realizada, com base na RSL e de outros autores do campo da gestão, do federalismo e do planejamento educacional, também possibilitou a ampliação do conhecimento em torno do nosso objeto de pesquisa. Desse modo, buscamos compreender o contexto histórico, assim como os enunciados que emergiram em torno dessas temáticas. Vimos que o

federalismo emerge nos Estados Unidos no final do século XVIII e que, no Brasil, percorreu diferentes proposições ao longo de sua história, atravessando diferentes momentos e contextos.

Assim, evidenciamos o percurso histórico produzido em torno do planejamento educacional no país, com ênfase em sua importância, destacando suas arenas de disputas nos mais diferentes cenários. Para isso, destacamos a importância das Constituições brasileiras de 1891, 1937, 1946, 1967 e 1988, além do Manifesto dos Pioneiros de 1932 e da Lei nº 9.394, LDBEN, aprovada em 20 de dezembro de 1996.

Neste contexto, destacamos a CRFB/88 e LDBEN, Lei nº 9.394/96, para o fortalecimento e consolidação do pacto federativo. Para fazer valer este pacto, a CRFB/1988, por meio do Artigo 22, define: “Compete privativamente à União legislar sobre: XXIV - diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1988).

Para regulamentar as políticas públicas em educação e promover as melhorias previstas na CRFB/1988, a LDBEN 93/94/96 prevê, em seu artigo 9, inciso I, que a União elabore, em colaboração com os Estados e os municípios, o PNE e encaminhe ao Congresso Nacional o projeto de lei no prazo de um ano de sua publicação.

Neste sentido, a primeira lei do PNE nº 10.172, de 09/01/2001, estabeleceu que Estados e os municípios elaborassem os seus próprios planos plurianuais de educação, com vistas à sistematização e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, segundo diretrizes constantes no artigo 214/CRFB de 1988, que assegura: “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público”.

Entretanto, essa redação sofreu alterações por meio da Emenda Constitucional 59/2009, que estabeleceu o PNE, com duração decenal, diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades.

Diante deste contexto e sob as garantias constitucionais legais, o PAR é instituído como proposta, formado por um conjunto de ações para efetivação do regime de colaboração, dentro da política pública de planejamento educacional do MEC. Assim, ele se apresenta como uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, fundamentado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste em oferecer aos entes federados um diagnóstico e planejamento de seu sistema de ensino.

Com características multidimensionais, o PAR foi proposto para fortalecer o debate acerca das relações intergovernamentais, com inserção direta dos entes subnacionais, por meio

do diagnóstico, acompanhamento e distribuição de recursos para cidades ou redes de ensino do Brasil. Porém, em sua composição, constatamos algumas fragilidades. Uma delas refere-se na autonomia de cada ente federado, mesmo porque é a União quem define as metas a serem alcançadas, restando apenas a Estados e municípios definirem as ações a serem custeadas pelo MEC. Desse ponto de vista, há uma hierarquização da União frente aos governos subnacionais, que reflete uma ação regulatória e não colaborativa, como reforçam Oliveira, Scaff e Senna (2012).

Depois do diagnóstico local e da definição de indicadores produzidos pelos governos subnacionais, o PAR incide sobre quatro dimensões: 1) Gestão educacional; 2) Formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; 3) Práticas pedagógicas e de avaliação; 4) Infraestrutura física e recursos pedagógicos, compreendidas por etapas que compõem a sua instituição como um conjunto de ações de planejamento aos entes subnacionais.

As considerações ora apresentadas remetem, assim, à sistematização das ideias centrais apresentadas neste texto. O PAR em Tucano se consolida como um conjunto de ações de política pública de planejamento educacional, orientada pela vontade de verdade, por meio das relações de poder entre os entes federados. Esta análise só se tornou possível por conta da abordagem foucaultiana, assim como as reflexões tecidas sobre os enunciados produzidos pelos sujeitos desta pesquisa.

Como intelectual averso ao pragmatismo de seu tempo, Foucault, por meio de seus mecanismos de análise, possibilita reflexões acerca dos mais variados adventos que permeiam a sociedade moderna, dando-nos condições de observar a forma como os discursos são produzidos e enunciados para controlar e/ou manipular os mais diferentes contextos sociais e, neste caso específico, o planejamento educacional das redes de ensino do país, sob a perspectiva do PAR como instrumento de governamentalidade, no que tangem ao controle de suas ações impostas aos entes subnacionais.

Os discursos produzidos e analisados no âmbito da implementação do PAR no município de Tucano com vistas ao planejamento educacional da rede evidenciam que a vontade de verdade operada pela União prevaleceu na instituição do PAR no município de Tucano, sobretudo, pela influência da melhoria da infraestrutura física e didático-pedagógica das escolas municipais.

Condicionado aos repasses financeiros aos entes subnacionais, o PAR, em seus primeiros anos, alcança quase uma totalidade dos municípios brasileiros. Porém, atrelado a esse alcance, percebemos nos enunciados produzidos pelos sujeitos da pesquisa, diferentes dificuldades em sua implementação, assim como sua tentativa de elevar os indicadores

nacionais, sob o discurso da gestão moderna e de resultados satisfatórios, buscando a melhoria da qualidade da educação.

Em Tucano, o PAR, desde 2007, assumiu o protagonismo por meio das ações condicionadas sobre a tutela da mudança na melhoria da qualidade da educação, sobretudo, pela melhoria das condições das unidades escolares e do planejamento da rede municipal de ensino.

Os enunciados produzidos apresentam e demonstram os desafios iniciais para compreender a funcionalidade do PAR, causando inconsistências em sua forma de operar, considerando, sobretudo, o discurso oficial e as práticas construídas pelos sujeitos enunciadorees como uma vontade de verdade. Para compreender melhor essa sistemática, realizamos por meio dos enunciados produzidos pelos sujeitos participantes da pesquisa, o levantamento sobre como o planejamento da rede municipal de ensino de Tucano era articulado antes da implementação do PAR.

Estes aconteciam com a presença e participação de diretores, vice-diretores e orientadores das escolas ou núcleos escolares, assim como contava com a participação de coordenadores pedagógicos, que eram distribuídos de acordo com suas zonais, como observamos nos discursos dos sujeitos enunciadorees da pesquisa.

As primeiras impressões sobre o planejamento da rede com vistas às contribuições do PAR remetem a uma nova estruturação por meio da aprovação da Lei Municipal 265, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a estrutura do plano de cargo, carreira e vencimentos do magistério público do município de Tucano e dá outras providências, assim como a Lei 271, de 24 de outubro de 2012, que dispõe sobre o processo de organização das eleições diretas para dirigentes escolares/núcleos da rede municipal pública de Tucano.

A aprovação dessas duas leis permitiu ao município de Tucano diminuir, consideravelmente, as políticas assistencialistas em educação, forjadas por meio de acordos políticos locais. A política de apadrinhamento, infelizmente, muito comum aos municípios brasileiros, é lentamente, transformada quando essas leis se tornam reais com a aprovação da câmara municipal. O PAR, por intermédio da sua Dimensão 01, Gestão Educacional, contribuiu com as discussões entre os sujeitos que compõem a rede municipal de ensino, por meio de encontros sistematizados neste âmbito.

Outras dimensões percebidas nos enunciados produzidos também reforçam a importância da formação docente dos profissionais (Dimensão 02), que compõem o quadro da educação no município, assim como as práticas pedagógicas (Dimensão 03). Entretanto, nenhuma outra dimensão é tão citada como a quatro (Infraestrutura física e recursos pedagógicos). É perceptível que as ações vinculadas no âmbito da dimensão quatro têm trazido

um novo ânimo aos sujeitos imersos no contexto da rede municipal de ensino de Tucano, sobretudo por conta das melhores condições no ambiente de trabalho e melhoria da estrutura física das escolas.

Fundamentados nas análises produzidas por meio dos enunciados, assim como alicerçados no campo teórico e algumas produções acadêmicas desenvolvidas sobre a temática, no que se refere às contribuições do PAR e seu conjunto de ações, concluimos que há uma melhoria na instituição do planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano, seja de ordem estrutural, com a melhoria das condições físicas das escolas, ou de ordem pedagógica e legislativa, com as discussões provocadas por meio das dimensões do PAR.

Entretanto, entendemos que é necessário aprimorar as relações intergovenamentais, sob o princípio básico da produção do saber, com vistas à continuidade de mudanças mais significativas no âmbito do município de Tucano. Como sujeitos da história, somos capazes de construir e reconstruir determinados cenários, instituídos ao longo da vida.

Do exposto, essa produção acadêmica compreende a importância do PAR para a instituição do planejamento da rede municipal de ensino de Tucano, revelando sua materialidade sob um conjunto de ações desenvolvidas, assim como tornou visíveis desafios encontrados em sua concepção como política pública de planejamento educacional.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: Unesco, 2010. p. 39-70.

ABRUCIO, Fernando Luiz. “Descentralização e coordenação federativa no Brasil: lições dos anos FHC”. In: ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **O estado numa era de reformas: os anos FHC – Parte 2**. Brasília: MP/Seges, 2002. p. 143-246.

ALMEIDA, Emmanuelle Arnaud; CABRAL NETO, Antonio. A coordenação federativa do MEC no âmbito do par: sinais de arranjos e regras de decisão para a gestão educacional. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, n. e217742, 1 - 16, (dez./abr.), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/WnrLffw4nKr3rdxF9qgf6Mq/?lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2022.

ALMEIDA, Emmanuelle Arnaud; CABRAL NETO, Antonio. Relações intergovernamentais no exercício do PAR: redes semânticas tecidas para tipificar as bases federativas do regime de colaboração. **Revista Brasileira de Educação**, Natal, v. 23, n. e230090 (ago. /mar.), 1 - 25, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbLwm8yy83Tf6qZ848yvnsq/?lang>. Acesso em: 3 ago. 2022.

ALVES, E., SOUZA, G., MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 20, jun. 2011. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/61>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Direito à educação básica: a cooperação entre os entes federados. **Retratos da Escola**, Brasília, v.4, n.7, p.231-243, jul./dez., 2010. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 23 de mar. 2022.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Município, federação e educação: história das instituições e das ideias políticas no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado). 333f. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07062006-111854/pt-br.php>. Acesso em: 26 de mar. 2022.

ARAÚJO, Jacqueline Nunes. **Relações intergovernamentais e a gestão municipal da educação escolar: um estudo da implementação de programas e projetos federais em municípios do Estado da Bahia**. 2015. Tese (doutorado). 166 folhas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ADQLN2>. Acesso em: 1 ago. 2022.

ARRECTHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, (jan./fev.), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/yrd5VzhMD8wyrZDDS6WvvP/?lang=pt&fo>. Acesso em: 2 de abr. 2022.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá**: Filosofia de um trovador nordestino. 8. ed., Petrópolis: Vozes/Crato: Fundação Pe. Ibiapina, 1992.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREYRO, G. B. **Políticas sociais e educação**: O Programa Alfabetização Solidária e a participação das instituições de ensino superior na sua implementação. Tese (Doutorado em Educação). 2005. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/kJHhSgXgjKC3zx3jWZ6vqQP/?lang=pt>. Acesso em: 3 de out. 2022.

BARROSO, João. Os novos modos de regulação das políticas educativas na Europa: da regulação do sistema a um sistema de regulações. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, n. 39, p. 19-28, julho de 2004. Disponível em: educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982004000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2022.

BATISTA, Neusa Chaves. A gestão democrática da educação básica no âmbito do plano de ações articuladas municipal: tensões e tendências. **Revista Brasileira de Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. e230008, 1 - 24, (ago. /mai.), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BCCxLLqNDtzip54yKpBtYmWm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BODART, Cristiano das Neves. **O poder em Foucault**. Blog Café com Sociologia, set., 2021. Disponível em: < <https://cafecomsociologia.com/o-poder-em-michael-foucault/>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRANT, Fernando; NASCIMENTO, Milton. **Maria, Maria**. Artista, 1978. Duração: 4min 23seg.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. **Resolução FNDE n. 29/2007, de 20 de junho de 2007**. Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)**. Avaliação do Plano Nacional de Educação: 2001/2008. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14950:8o-seminarioreuni-27-a-29-de-janeiro-de-2010-universidadesfederais-consolidacao-e-expansao-2011-2020-subsidios-para-o-planonacional-de-educacao&catid=219&Itemid=86. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução FNDE n. 14/2012, de 8 de junho de 2012**. Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos Estados, Municípios e Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jun. 2012a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.695, de 25 de julho de 2012.** Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 2012b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112695.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Acrescenta § 3º ao art. 76 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias [...]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CABRAL NETO, Antônio (Org.). **Política educacional: desafios e tendências.** Porto Alegre: Sulina, 2006.

CALLEGARI, César. **O projeto é o desmonte da educação pública.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/callegari-o-projeto-e-o-desmonte-da-educacao-publica/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

CAMINI, Lucia. **Política e gestão educacional brasileira: uma análise do Plano de Desenvolvimento da Educação/Plano de Metas de Todos pela Educação (2007-2009).** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

CARDOSO JR., José Celso (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil.** Brasília: Ipea, 2011.

CANARIO, R. Escola: crise ou mutação. In: PROST, A. *et al.* **Espaços de educação tempos de formação.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 141-151.

CARA, Daniel. O custo aluno-qualidade inicial como proposta de justiça federativa no PNE: um primeiro passo rumo à educação pública de qualidade no Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S.l.], v. 8, n. 16, dez., 2014. ISSN 1981-1969. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/40314>>. Acesso em: 10 ago. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v8i16.40314>.

CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. **O processo de produção discursiva: uma visão da contribuição de Michel Foucault ao debate epistemológico.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 62 - 73, (jan./jun.), 2001. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/>. Acesso: 10 nov. 2021.

CÉZAR, Maria Aparecida Rodrigues da Silva. **O plano de ações articuladas no processo de definição e execução de políticas educacionais no âmbito do município: um estudo de caso em Serrinha – BA.** 2015. 165f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CHIRINÉA, Andréia Melanda. Mecanismos de regulação para a educação no Brasil: contribuições para o debate. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, n.1, p. 168-189, (nov./fev.), 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/>. Acesso em: 12. set. 2022.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** São Paulo: Três, 1984.

CURY, C. R. J. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CURY, C.R.J. **Os desafios da construção de um Sistema Nacional de Educação**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 19 ago. 2022.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DICIONÁRIO Oxford. **Advanced Learner's Dictionary**. Oxford University Press. Oxford. 1990.

DUARTE, M. R. T.; JUNQUEIRA, D. S. A propagação de novos modos de regulação no sistema educacional brasileiro: o Plano de Ações Articuladas e as relações entre as escolas e a União. **Pro-Posições**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 165-193, (maio. /agos.), 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/Y38JJ4w4Y69zf9f6LP7ZvZn/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2022.

DUARTE, M. R. T; PEREIRA, S. M. C. **Relações intergovernamentais e planejamento educacional**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/>. Acesso em: 05 nov. 2022.

ELAZAR, Daniel J. **Federalism and the way to peace**. Kingston: Institute of Intergovernmental Relations, Queens University, 1994.

FERNANDES, Thamyres Wan de. **Sistema Municipal de Educação de Juiz de Fora: as interfaces dos caminhos da cooperação e colaboração**. 2013. 195f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Federalismo e planejamento educacional no exercício do PAR. **Cadernos de Pesquisa**, Vitória, v. 44, n. 153, p. 602-623, jul./set., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/nFHdMfGcwV3cYfK8nvBWXVf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes, Tânia Regina Raitz. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. **Artigo**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 63 - 83, (nov./fev.), 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdBYKZC8CnwDDtq>. Acesso em: 17 out. 2022.

FARENZENA, N.; MARCHAND, P.S. Relações intergovernamentais na educação à luz do conceito de regulação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 150, p. 788-811, dez., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 11 out. 2022.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 2, n. 114, (nov./dez.), 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtgg9t/>. Acesso em: 18 out. 2022.

FONSECA, Bianca Trindade da. **Reflexões acerca da educação durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 14 maio 2022.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT M. **Arqueologia do saber**. Tradução brasileira de Luís Felipe Baeta Neves. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.

FOUCAULT M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT M. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GANDIN, Danilo. Educação política na escola. **Escola e transformação social**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 101-112.

GHIRALDELLI, Paulo, **História da educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

GREGOLIN, M. R. V. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

GONZAGA, Luiz. **Pau de arara**. Polygram, 1952. Duração: 2:56.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, Nadja Maria Amado de. **Plano de Ações Articuladas (PAR)**: um estudo de caso no Município de Maracani -Bahia. 2012. 193f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

JESUS, N. M. A. de. **Difusão do conhecimento na política de Colaboração implementada pelo Programa de Apoio a Educação Municipal em Itatim-BA**. 2020. Tese (Doutorado em difusão de conhecimento). Universidade do Estado da Bahia. Programa de pós-graduação multi-institucional em difusão de conhecimento. Salvador, 2020.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEMOS, Flavia Cristina Silveira, CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. **A genealogia em Foucault**: uma trajetória. Psicologia & Sociedade, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 16. ed., São Paulo: Loyola, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. Martins Fontes, 1985.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Michel Foucault**. Disponível em: <https://www.sabedorapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-contempor%C3%A2nea/michel-foucault/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed., São Paulo: Hucitec, 2008.

NETO, João Leite Ferreira. **Pesquisa e metodologia em Michel Foucault**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2015.

NUNES, Whinderson. **Girassol**. Gufo Records, 2019. Duração: 3:45.

OLIVEIRA, Lorena Silva. **O conceito de governamentalidade em Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Ítaca 34, 2019.

MACHADO, J. A.; PALOTTI, P. L. de M. Coordenação Federativa e a “Armadilha da Decisão Conjunta”: as Comissões de Articulação Intergovernamental das Políticas Sociais no Brasil. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 399-441, (abr./jun.), 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/BRzZtt5b3MPJkZZpxq>. Acesso em: 13 out. 2022.

MACHADO, J. A.; PALOTTI, P. L. de M. Entre cooperação e centralização: Federalismo e políticas sociais no Brasil Pós-1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 88, p. 61-82, (jan./jun.), 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/BRzZtt5b3MPJkZZpxqC54br/?lang=pt>. Acesso em: 13 Out. 2022.

PARO, Vitor Henrique, **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. São Paulo: Vozes, 1998.

PARO, Vitor Henrique. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 121-139.

PEREIRA, S. M. C. **Projeto nordeste de educação básica e o fundescola: uma análise do discurso governamental e do banco mundial sobre a qualidade do ensino**. 2007. 149f. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, 2007.

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, ago., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/tpC76cg8bvZGYZJW5BwSfkR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 de out. 2022.

PORFÍRIO, Francisco. **Michel Foucault**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/michel-foucault.htm>. Acesso em: 15 jul. 2022.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paideia**, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto, v. 4, n. 4, 1 - 16, fev./jul., 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia>. Acesso em: 10 set. 2022.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 11. ed., Petrópolis: Vozes, 1989.

ROSA, Juliano de Melo. **As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Santa Maria: UFSM, 2006.

SANTOS, José Jackson Reis dos. **Pedagogia emancipatória: uma experiência em educação de pessoas jovens, adultas e idosas**. Passo Fundo: Edupf, 2003.

SAVIANI, Demerval. A especificidade da prática pedagógica. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed., São Paulo: Ática, 2005. p. 264-266.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual *et al.* O PDE e as metas do PAR para a formação de professores da educação básica. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 303-324, abr./jun., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/szFJ8wsSpSCqQCb3GjSfKck/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2022.

SIELO. **Scientific Electronic Library**. Disponível em: <https://bibliotecaucs.wordpress.com/2017/09/11/base-de-dados-scielo-oferece-artigos-cientificos-e-periodicos/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SENA JÚNIOR, C. Z. de. Obscurantismo e anticientificismo no Brasil bolsonarista: anotações sobre a investida profacista contra a inteligência no Brasil. **Cadernos do GPOSSHE** [On-line], [S. l.], Salvador, v. 3, n. 1, p. 21–49, (out), 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/1987>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVA, Luís Gustavo A.; FERREIRA, Suely. Plano de Desenvolvimento da Educação e Plano de Ações Articuladas: interferências e contradições do Plano de Ações Articuladas na gestão dos sistemas municipais de ensino em Goiás. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.26, n. 100, 1108 - 1127 (nov./fev.), 2018. Acesso em: 24 ago. 2022.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **Mudanças nos marcos regulatórios da educação brasileira no período de 2003 a 2010: uma análise das alterações na constituição federal e na LDB**. 2010. 15f. (Artigo). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2010.

SILVEIRA Lícia Rodrigues da. **Desafios do manejo de resíduos sólidos: a gestão de seis aterros sanitários simplificados no estado da Bahia.** 2008. 166f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: <https://www.google.com/search>. Acesso em: 29 set. 2022.

SOUSA, Bartolomeu José Ribeiro de. **O Plano de Ações Articuladas (PAR) como instrumento de planejamento da educação: o que há de novo?** 2011. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/>. Acesso em: 13 out. 2022.

SOUSA, Karla Cristina Silva, Alda Maria Duarte Araújo Castro. Federalismo cooperativo e Plano de Ações Articuladas (PAR): algumas aproximações teóricas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 97, p. 874-896, (out./dez.), 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pn35t7yjws3FQms75Bh7BDB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2022.

SOUZA, Alexis Sales de Paula e. A origem do Federalismo brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2642, 25 set. 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17486>. Acesso em: 1 ago. 2022.

SOUZA, Donaldo Bello de; BATISTA, Neusa Chaves. Balanço das avaliações municipais do plano de ações articuladas: desafios atuais ao desenvolvimento da política nacional PAR. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.32, n.01, p. 105-131, jan./mar., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/h7Rh7ky78scv6YpP9TLJMPG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2022.

THORPE, R. et al. Using knowledge within small and medium sized firms: a systematic review of the evidence. **International Journal of Management Reviews**, v. 7, n. 4, p. 257-281, (dez.), 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1468-2370.2005.00116.x>. Acesso em: 5 nov. 2022.

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. **O planejamento educacional no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

VASCONCELOS, R. D. de. **As políticas públicas de educação integral, a escola unitária e a formação unilateral.** Tese (Doutorado). 2012. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.

VEIGA, Ilma Passos (Coord.). **Repensando a didática.** Campinas: Papirus, 1989.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, A. **A ordem das disciplinas.** 1996. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

VIANA, Vanusa Ruas Freire. **Concepções e discursos em torno da gestão educacional no contexto do plano de ações articuladas (PAR) no município de Belo Campo-Bahia.** 2015.148f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, Bahia, 2015.

WIKIPÉDIA. **Estado Novo**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/>. Acesso em: 20 maio 2022.

ANEXOS

ANEXO A: Autorização para coleta de dados.

AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

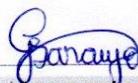
(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

Eu, **Gerusa dos Santos Araújo**, ocupante do cargo de *Secretária Municipal de Educação* do(a) *cidade de Tucano - Bahia*, **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado **PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: contribuições para o processo de instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino de Tucano-Bahia**, dos pesquisadores **Gledson Reis dos Santos e Sandra Márcia Campos Pereira** após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.

Em tempo, asseguro dispormos da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea “h” do ponto 3.3, e do item 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

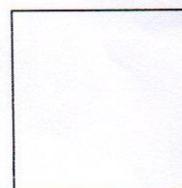
Tucano/BA, 27/07/2022

Gerusa dos Santos Araújo
Secretária Municipal de
Educação
Decreto: 007/2021



Ass. do(a) responsável pela autorização da coleta

Carimbo:



Impressão Digital
(Se for o caso)

ANEXO B: Termo de autorização para uso de imagens e depoimentos

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS*(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)*

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

| | |
|---------------------------------|---|
| TÍTULO DA PESQUISA: | PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: contribuições para o processo de instituição do planejamento educacional na rede municipal de ensino de Tucano-Bahia |
| PESQUISADOR RESPONSÁVEL: | <i>Gledson Reis dos Santos</i> |

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/ 1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

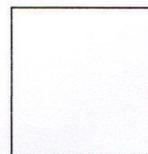
AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

 da minha pessoa do indivíduo pelo qual sou responsável*Tucano, 27/07/2022*

Gerusa dos Santos Araújo
Secretária Municipal de
Educação
Decreto: 007/2021

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

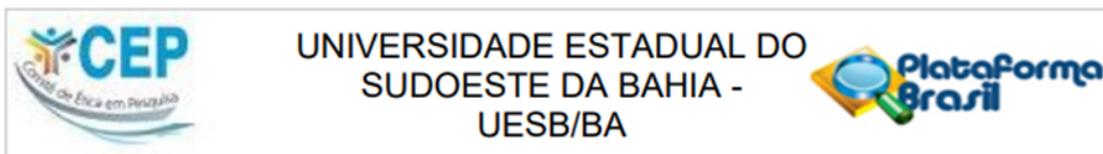
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

ANEXO C: Parecer consubstanciado do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Planejamento e Financiamento da Educação Básica: análise no Território de Identidade do Sisal

Pesquisador: GLEDSON REIS DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 55224821.5.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.263.354

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa pretende discutir e analisar como está estruturado e organizado o planejamento e o financiamento educacional sob a ótica do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios que compõem o Território de Identidade do Sisal, região localizada no estado da Bahia, revelando suas implicações e contribuições para o processo de ensino aprendizagem. Busca-se, por meio desta pesquisa, verificar essa temática sob o olhar das dificuldades, avanços e os desdobramentos para a educação, no que concernem as relações entre os entes federados, União, Estados e Municípios. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com 09 participantes de três municípios específicos do Território de Identidade do Sisal, escolhidos segundo critérios técnicos como: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Renda per capita e taxa de analfabetismo. Com isso, espera-se contribuir com as discussões em torno do planejamento e financiamento da educação básica, com vistas à melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem.

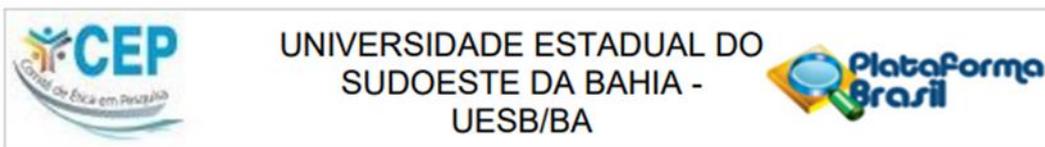
Objetivo da Pesquisa:

Objetivos da Pesquisa:

Analisar como o Plano de Ações Articuladas (PAR) estrutura e organiza a educação em municípios do Território de Identidade do Sisal.

Objetivos Secundários:

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.263.354

- Verificar como está estruturado e organizado o Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios que compõem o Território de Identidade do Sisal;
- Identificar como se organizam as relações entre os entes federados;
- Evidenciar as possíveis dicotomias existentes entre as ações planejadas através do Plano de Ações Articuladas (PAR) e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresentados pelo pesquisador conforme se segue:

Riscos:

O presente estudo pode gerar risco mínimo como: POSSIBILIDADE DE ALGUM DESCONFORTO POR PARTE DO ENTREVISTADO EM NÃO COMPREENDER ALGUMAS PERGUNTAS. Entretanto, QUALQUER CONTEÚDO DAS PERGUNTAS QUE NÃO FOR SUFICIENTEMENTE CLARO, DEVERÁ SER ESCLARECIDO.

Benefícios:

Com esta pesquisa busca-se contribuir com as PROPOSIÇÕES NO CAMPO DO PLANEJAMENTO E FINANCIAMENTO EDUCACIONAL, COM VISTAS À MELHORIA DA QUALIDADE DO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM, TENDO COMO REFERÊNCIA O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de uma estudante do Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Linha de Pesquisa 2: Ensino, Políticas e Práticas Educativas, que aborda um estudo focalizando o planejamento e o financiamento educacional sob a ótica do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios que compõem o Território de Identidade do Sisal, região localizada no estado da Bahia, revelando suas implicações e contribuições para o processo de ensino aprendizagem.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

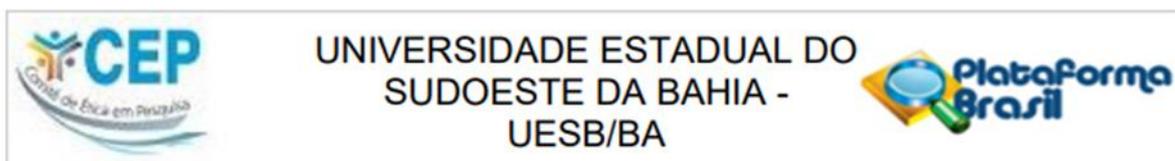
Apresentados pelo pesquisador conforme se segue:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1840373.pdf 03/11/2021 09:52:22 - ok

Roteiro_entrevista.pdf 03/11/2021 09:51:42 - ok

Termo_uso_de_imagens.pdf 02/11/2021 11:18:22 - ok

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.263.354

TCLE.pdf 02/11/2021 11:17:53 - ok
 Autoriza_Coleta_Serrinha.pdf 02/11/2021 11:17:29 - ok
 Autoriza_coleta_Lamarao.pdf 02/11/2021 11:17:05- ok
 Autoriza_Coleta_Araci.pdf 02/11/2021 11:16:32- ok
 Compromisso_Geral.pdf 02/11/2021 11:13:28 - ok
 Projeto_Gledson.pdf 02/11/2021 11:13:00 - ok
 FolhadeRosto_GledsonReis.PDF 02/11/2021 11:12:27 ok

Recomendações:

Ver conclusões.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. O pesquisador precisa apenas estar atenta à seguinte solicitação:

– Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

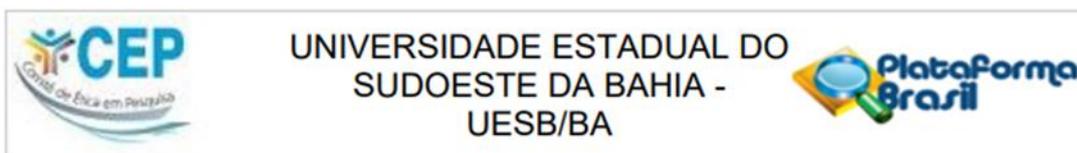
Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião realizada no dia 21/02/2022, por videoconferência autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB aprovou o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|----------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1840373.pdf | 03/11/2021 09:52:22 | | Aceito |
| Outros | 5_Roteiro_entrevista.pdf | 03/11/2021 09:51:42 | GLEDSON REIS DOS SANTOS | Aceito |
| Outros | 6_Termo_uso_de_imagens.pdf | 02/11/2021 11:18:22 | GLEDSON REIS DOS SANTOS | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | 7_TCLE.pdf | 02/11/2021 11:17:53 | GLEDSON REIS DOS SANTOS | Aceito |
| Outros | 4_Autoriza_Coleta_Serrinha.pdf | 02/11/2021 11:17:29 | GLEDSON REIS DOS SANTOS | Aceito |
| Outros | 4_Autoriza_coleta_Lamarao.pdf | 02/11/2021 | GLEDSON REIS | Aceito |

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.263.354

| | | | | |
|---|--------------------------------|------------------------|----------------------------|--------|
| Outros | 4_Autoriza_coleta_Lamarao.pdf | 11:17:05 | SANTOS | Aceito |
| Outros | 4_Autoriza_Coleta_Araci.pdf | 02/11/2021 11:16:32 | GLEDSON REIS DOS SANTOS | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | 3_Compromisso_Geral.pdf | 02/11/2021 11:13:28 | GLEDSON REIS DOS SANTOS | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | 2_Projeto_Gledson.pdf | 02/11/2021 11:13:00 | GLEDSON REIS DOS SANTOS | Aceito |
| Folha de Rosto | 1_FolhadeRosto_GledsonReis.PDF | 02/11/2021 11:12:27 | GLEDSON REIS DOS SANTOS | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 24 de Fevereiro de 2022

Assinado por:

**Leandra Eugenia Gomes de Oliveira
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

ANEXO D: Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2017

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 23, inciso V, 205 e 211, § 1º, da Constituição, e nos arts. 8º a 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO PLANO DE METAS compromisso todos pela educação

Art. 1º O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

Art. 2º A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes:

I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir; **II** - alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;

III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente;

IV - combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra turno, estudos de recuperação e progressão parcial;

V - combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação;

VI - matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência;

VII - ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular;

VIII - valorizar a formação ética, artística e a educação física;

IX - garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas;

X - promover a educação infantil;

XI - manter programa de alfabetização de jovens e adultos;

XII - instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação;

XIII - implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho;

XIV - valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional;

XV - dar consequência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional local;

XVI - envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola;

XVII - incorporar ao núcleo gestor da escola coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor;

XVIII - fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola;

XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, referido no art. 3º;

XX - acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas;

XXI - zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;

XXII - promover a gestão participativa na rede de ensino;

XXIII - elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes;

XXIV - integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola;

XXV - fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso;

XXVI - transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar;

XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;

XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do Ideb.

CAPÍTULO II

DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único. O Ideb será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.

CAPÍTULO III

DA ADESÃO AO COMPROMISSO

Art. 4º A vinculação do Município, Estado ou Distrito Federal ao Compromisso far-se-á por meio de termo de adesão voluntária, na forma deste Decreto.

Art. 5º A adesão voluntária de cada ente federativo ao Compromisso implica a assunção da responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência, expressa pelo cumprimento de meta de evolução do Ideb, observando-se as diretrizes relacionadas no art. 2º

§ 1º O Ministério da Educação enviará aos Municípios, Distrito Federal e Estados, como subsídio à decisão de adesão ao Compromisso, a respectiva Base de Dados Educacionais, acompanhada de informe elaborado pelo INEP, com indicação de meta a atingir e respectiva evolução no tempo.

§ 2º O cumprimento das metas constantes do termo de adesão será atestado pelo Ministério da Educação.

§ 3º O Município que não preencher as condições técnicas para realização da Prova Brasil será objeto de programa especial de estabelecimento e monitoramento das metas.

Art. 6º Será instituído o Comitê Nacional do Compromisso Todos pela Educação, incumbido de colaborar com a formulação de estratégias de mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica, que subsidiarão a atuação dos agentes públicos e privados.

§ 1º O Comitê Nacional será instituído em ato do Ministro de Estado da Educação, que o presidirá.

§ 2º O Comitê Nacional poderá convidar a participar de suas reuniões e atividades representantes de outros poderes e de organismos internacionais.

Art. 7º Podem colaborar com o Compromisso, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a melhoria da qualidade da educação básica.

CAPÍTULO IV

DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA DA UNIÃO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º As adesões ao Compromisso nortearão o apoio suplementar e voluntário da União às redes públicas de educação básica dos Municípios, Distrito Federal e Estados.

§ 1º O apoio dar-se-á mediante ações de assistência técnica ou financeira, que privilegiarão a implementação das diretrizes constantes do art. 2º, observados os limites orçamentários e operacionais da União.

§ 2º Dentre os critérios de prioridade de atendimento da União, serão observados o Ideb, as possibilidades de incremento desse índice e a capacidade financeira e técnica do ente apoiado, na forma de normas expedidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

§ 3º O apoio do Ministério da Educação será orientado a partir dos seguintes eixos de ação expressos nos programas educacionais do plano plurianual da União:

I - gestão educacional;

II - formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar;

III - recursos pedagógicos;

IV - infraestrutura física.

§ 4º O Ministério da Educação promoverá, adicionalmente, a pré-qualificação de materiais e tecnologias educacionais que promovam a qualidade da educação básica, os quais serão posteriormente certificados, caso, após avaliação, verifique-se o impacto positivo na evolução do Ideb, onde adotados.

§ 5º O apoio da União dar-se-á, quando couber, mediante a elaboração de um Plano de Ações Articuladas - PAR, na forma da Seção II.

SEÇÃO II

DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS

Art. 9º O PAR é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes.

§ 1º O Ministério da Educação enviará ao ente selecionado na forma do art. 8º,

§ 2º, observado o art. 10, § 1º, equipe técnica que prestará assistência na elaboração do diagnóstico da educação básica do sistema local.

§ 2º A partir do diagnóstico, o ente elaborará o PAR, com auxílio da equipe técnica, que identificará as medidas mais apropriadas para a gestão do sistema, com vista à melhoria da qualidade da educação básica, observado o disposto no art. 8º,

§ 3º e 4º.

Art. 10. O PAR será base para termo de convênio ou de cooperação, firmado entre o Ministério da Educação e o ente apoiado.

§ 1º São requisitos para a celebração do convênio ou termo de cooperação a formalização de termo de adesão, nos moldes do art. 5º, e o compromisso de realização da Prova Brasil.

§ 2º Os Estados poderão colaborar, com assistência técnica ou financeira adicionais, para a execução e o monitoramento dos instrumentos firmados com os Municípios.

§ 3º A participação dos Estados nos instrumentos firmados entre a União e o Município, nos termos do § 2º, será formalizada na condição de partícipe ou interveniente.

Art. 11. O monitoramento da execução do convênio ou termo de cooperação e do cumprimento das obrigações educacionais fixadas no PAR será feito com base em relatórios ou, quando necessário, visitas da equipe técnica.

§ 1º O Ministério da Educação fará o acompanhamento geral dos planos, competindo a cada convenente a divulgação da evolução dos dados educacionais no âmbito local.

§ 2º O Ministério da Educação realizará oficinas de capacitação para gestão de resultados, visando instituir metodologia de acompanhamento adequada aos objetivos instituídos neste Decreto.

§ 3º O descumprimento das obrigações constantes do convênio implicará a adoção das medidas prescritas na legislação e no termo de cooperação.

Art. 12. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPGE_n
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

ROTEIROS DE ENTREVISTA

Dados gerais

1. Nome: _____
2. Formação: _____
3. Tempo de atuação na educação: _____
4. Função que desenvolve atualmente: _____
5. Tempo de atuação na função: _____

Roteiro 1

1. Como acontecia o planejamento da rede municipal de ensino de Tucano? Quem participa?
2. Qual a importância do PAR para o município de Tucano? Como a Secretaria de educação atua em relação ao PAR?
3. Quem participa ou participava da elaboração e do monitoramento do PAR no município?
4. O PAR influencia o planejamento da educação do município? Se sim, como?
5. Você acredita que tenha ocorrido algum tipo modificação ou melhoria no planejamento educacional do município a partir da implementação do PAR? Quais?
6. Qual o maior desafio que o PAR impõe para quem o está ou estava administrando?

Roteiro 2

1. Como o município se organizou para contemplar as exigências do PAR?
2. Em que o PAR contribui para o planejamento da Rede Municipal de Ensino de Tucano?
3. Como tem sido a participação dos conselhos municipais na elaboração e monitoramento do PAR?

4. Como tem sido a participação dos conselhos municipais na elaboração e monitoramento do PAR?
5. Atualmente, você acredita que tenha ocorrido algum tipo de modificação ou melhoria no planejamento educacional da rede a partir da implementação do PAR?
6. Qual o maior desafio que o PAR impõe para quem o está administrando?
7. A que você atribui essa dificuldade que os diretores tem em passar as informações de uma forma mais cristalina?
8. Há uma equipe local que acompanha você?
9. Como integrante do comitê do PAR de que modo você se comporta quando uma ação ela não é alcançada no prazo previsto pelo plano?
10. Quais ações estruturantes no âmbito do PAR vocês conseguiram executar nesse último círculo ou ciclo atual?

APÊNDICE B: Transcrição da entrevista 01

ENTREVISTA 01

LOCAL: Secretaria Municipal de Educação - Tucano/BA

DATA: 10/10/2022

HORÁRIO: 16h

ENTREVISTADO(A): Alto, meu lugar no sertão.

DURAÇÃO: 39:53

TRANSCRIÇÃO: 11 páginas

PESQUISADOR: Boa tarde!

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Boa tarde!

PESQUISADOR: Qual a sua formação?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Mestre, Pedagoga, Mestre em educação e contemporaneidade e agora iniciando doutorado em educação e contemporaneidade.

PESQUISADOR: Qual o tempo de atuação na educação?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Na educação formal, em torno de um ano e oito meses.

PESQUISADOR: Qual é a função que você desenvolve atualmente?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Coordenadora do PAR

PESQUISADOR: Qual o tempo de atuação dessa função?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Um ano e três meses

PESQUISADOR: Como o município se organizou para contemplar as exigências do PAR?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Então, Gledson, o município tem se organizado, acho, o primeiro passo para essa organização foi deixar um técnico específico, nesse caso sou eu atualmente, pra ficar responsável somente por cuidar de toda parte que envolve o PAR, desde a parte de diagnóstico, preenchimento das abas que são exigidas lá no próprio sistema, dados de diretores, dados de escolas, da própria secretaria, então de forma geral, a secretaria tem pensado nessa articulação com gestores, para que de algum modo, todas as exigências que são colocadas lá no sistema no SIMEC elas possam ser cumpridas, mas não somente cumpridas a partir do que a secretaria pensa, mas também incluindo as informações que são passadas pelos gestores, a gente faz muito isso através de formulários para que informações que não necessariamente depende da gente, o que a gente não tem conhecimento ainda, os gestores possam estar colaborando também, nos trazendo, nos dando esses dados e as informações.

PESQUISADOR: Em que o PAR contribui para o planejamento da Rede Municipal de Ensino de Tucano?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Pensando o PAR como um planejamento para toda rede, a gente acredita que o PAR tem contribuído bastante, principalmente na questão da estruturação da rede, no sentido de melhorias mesmo na qualidade tanto das

escolas enquanto espaços físicos, quanto à aquisição de alguns materiais, como por exemplo a gente cadastrou recentemente alguns itens e com certeza fará muita diferença na sala de aula, que são itens pedagógicos mesmo, além de planejamento de ações voltadas para a formação de professores para a formação dos próprios gestores, mas principalmente, não queremos dizer que seja, o que eu poderia dizer, que seja o mais importante, mas principalmente no sentido de que, quando a gente realizou o diagnóstico identificamos a precariedade dos espaços físicos das escolas em vários sentidos, desde a escola que o banheiro da Educação Infantil ou de uma escola de ensino fundamental fica a mais de 100 m da sala de aula, alguns funcionam em espaços alugados, então a gente focou o planejamento no PAR em tentar de algum modo trazer melhorias para essa situação né ajudar a melhorar essa precariedade, a tirar esses alunos dessa situação de precariedade dos espaços físicos para um espaço mais adequado, isso pensando desde a construção de escolas reformas, ampliações, de aquisição, de mobiliários de materiais de equipamentos de climatização, então de algum modo a gente pensa que pensar a melhoria da do ensino na rede como um todo e também pensar em todas essas variáveis, de espaço físico a estrutura física das escolas quanto essa estrutura de formação essa estrutura, de realização de eventos, de contribuir com a realização de eventos, através de tudo que o PAR pode nos oferecer.

PESQUISADOR: Como tem sido a participação dos conselhos municipais na elaboração e monitoramento do PAR?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Olhe, o ideal é que participa, mas para ser bem sincera, quando a gente trata sobre a questão do planejamento, a gente percebe que os conselhos eles tenham acesso ao sistema, mas na maioria das vezes, com raras exceções, eles focam bastante somente na parte de prestação de contas, então eles acabam tendo uma influência uma participação mais ativa quando se trata da prestação de contas, de itens e de ações relacionadas ao PAR, do que necessariamente durante o processo de planejamento.

PESQUISADOR: Atualmente, você acredita que tenha ocorrido algum tipo de modificação ou melhoria no planejamento educacional da rede a partir da implementação do PAR?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Eu acredito que sim, ainda muito, digamos que são avanços muito tímidos, ainda, mas na própria maneira de como os gestores, de como os professores eles percebem a importância desse planejamento, para gente nós já podemos considerar que um grande avanço. Porque o que acontece nós temos os sérios problemas que em relação aos dados que os diretores acabam lançando no sistema e desde o ano passado, no início de 2021, que a gente vem realizando formações com gestores para fazer com que eles compreendam a amplitude e o que é o PAR, a amplitude que é uma gestão escolar hoje que não somente pensar na parte pedagógica, mas também pensar em todas outras partes administrativas que envolve também essas plataformas, para pensarmos de que forma a negação, alteração de uma dessas informações do sistema, ela pode inclusive acabar impactando negativamente, quem tá na ponta que na verdade somos alunos e é também o planejamento pedagógico. Então a partir do momento que a gente consegue que os gestores tenham essa compreensão mais ampla de que todo o trabalho dele deixa o trabalho mais administrativo que envolve essas plataformas até o trabalho pedagógico eles estão interligados e eles conseguem prestar essas informações com mais clareza no sistema, a gente acredita que tem sim contribuído para melhorar esse planejamento da rede, inclusive por que muitas ações nós só conseguimos ... porta foi aberta, interrompendo a sequência...

PESQUISADOR: Qual o maior desafio que o PAR impõe para quem o está administrando?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Olhe, Gledson, pensando de uma forma bem geral, (risos) acredito que um dos maiores desafios é cumprir exigências que ele pede lá no sistema é um desafio, principalmente quando se trata de documentação, o município é muito carente em relação a documentações, escrituras públicas, principalmente quando se trata de construções, não que o PAR se resume a construção, mais para gente como é a nossa maior dificuldade, a nossa maior carência em relação à estrutura física das escolas, acaba focando muito nessa parte, então atualmente nosso maior desafio mesmo tem sido cumprir com essa exigência de documentação, de escritura pública, de documentação de áreas públicas. Infelizmente, aqui em Tucano ainda precisa avançar muito nessa questão né, tem muitas áreas públicas, mas poucas áreas com a documentação atualizada, então isso tem sido uma grande dificuldade. A outra dificuldade é, como já falei um outro momento, a questão da fidelidade das respostas de alguns gestores. No PAR, antes mesmo do planejamento nas precisamos fazer uma etapa de diagnóstico e nós percebemos o primeiro diagnóstico que havia uma distorção nas respostas comparando o que os gestores respondia e como era a realidade. Então a partir disso, nós até criamos uma estratégia que foi fazer a visita as escolas, para tentar entender porque que esses diretores negavam tantas informações ou acrescentado, por exemplo tem uma escola, que se você olhar os meninos lancha na própria sala então no corredor sentados próximo a quadra, mas o diretor disse que tinha refeitório, aí dificulta o que como é que a gente vai cadastrar algumas informações por exemplo, solicitar um espaço maior espaço mais adequado, se quando eles lançam essas informações em outra plataforma acaba cruzando com o SIMEC e a gente acaba ficando sem ter como cadastrar determinadas ações para algumas escolas, então esse tem sido um dos grandes desafios também, por isso que nós temos focado em conversar com diretores para que ele se atentem essas informações, a informação sobre o quantitativo de alunos também, acaba sendo a dificuldade porque tudo que é lançado no PAR, ele acaba cruzando com o quantitativo de alunos através da plataforma do censo escolar.

PESQUISADOR: A que você atribui essa dificuldade que os diretores tem em passar as informações de uma forma mais cristalina?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Olhe, a maioria deles alegam que a questão das demandas que acabou não dando conta, aí o que é que acontece, por não dar conta de todas as demandas atribuídas a esse gestores, alguns acabam pedindo para que uma terceira pessoa faça isso, mas eu acho que isso tem mudado bastante, até porque, penso eu que eles não tinham tanto a noção de como isso poderia impactar negativamente a própria escola, por exemplo, muitos acabam ahhh , é só mais um formulário da secretaria, então vamos aqui, vai respondendo de forma aleatória, isso já tem melhorado bastante em relação ao ano passado, a gente inclusive em todos os formulários quando são online, a gente coloca meio que uma declaração de veracidade das informações, sempre durante as reuniões, os encontros, tem chamado atenção para que ele se atentem a isso, porque além de dificultar o nosso trabalho, isso impacta diretamente a própria escola, então acredito que talvez um dos motivos para essas dificuldades deles lançarem as informações de forma que seja coerente com a própria realidade tenha sido isso, e a outra também me parece que é medo, o medo de assumir a situação que as escolas estão, de dizer o que falta, o medo de, sei lá de demonstrar que a partir de uma resposta, de

por exemplo, de não ter o refeitório, não terminado os itens na escola, de mobiliário adequado, eles podem ser considerados como os maus gestores, mas isso a gente já tem trabalhando, já temos já estamos trabalhando nisso e temos percebido alguns avanços em algumas respostas, algum pelo menos uma preocupação de alguns gestores em saber se estão respondendo de forma adequada. E isso também a gente tem buscado como estratégia, confrontar informações, quando há tempo para isso, em relação ao diagnóstico do ano passado, infelizmente, não houve esse tempo, porque são questões muito minuciosos, por exemplo, se o banheiro é dentro do prédio, se o banheiro sanitário pequeno ou grande, se atende a educação infantil, aí tem escolas multisseriadas que tem desde a educação infantil até o 5º ano, então você tem que ser ficar buscando o meio termo, isso se enquadra também na questão dos mobiliários quando a gente vai cadastrar uma ação no PAR para pensar na em oferecer mobiliário mais adequado aí, a questão da das turmas multisseriadas também acaba se impondo ali como um desafio para aquele momento, porque a gente tem que buscar estratégias de adquirir itens que possam contemplar todas as faixas etárias desses alunos.

PESQUISADOR: Há uma equipe local que acompanha você?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Não, nós temos uma equipe local, eu fico fixa aqui na secretaria, uma técnica que trabalha exclusivamente com isso, agora que por ser muito parecido também está acolhendo os convênios estaduais, mas quero uma perspectiva muito parecida do PAR, tem um outro técnico, que ele atua de forma mais abrangente que não restringe somente não fica restrito somente a educação e tem também o membro dos conselhos, que eles tenham um acesso livre na plataforma para que possa também está colaborando, mas só frisando mais uma vez que, infelizmente, na maioria dos casos, eles acabam se restringindo, focando apenas nos processos de prestação de contas.

PESQUISADOR: Como integrante do comitê do PAR de que modo você se comporta quando uma ação ela não é alcançada no prazo previsto pelo plano?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: (Risos) Primeiro que a gente tem muita preocupação com isso, eu não sei se porque, pelas informações que a gente acabou tendo, não existia alguém exclusivamente para o PAR, nas gestões anteriores, mas aqui a gente tem uma preocupação muito grande em relação a isso, que é sempre tá buscando em cumprir os prazos, quando a gente percebe, por exemplo, que uma ação, por algum motivo, por exemplo eleições muitos recursos federais são repassados, então a gente tem obras de ciclos anteriores estão em execução nesse momento e que por algum motivo precisa dar uma freada ou precisa de fato paralisar pelas questões além da dinâmica das próprias eleições que acaba interferindo como também no repasse dos recursos. Então o que a gente faz é sempre estar atento e sempre que possível pedir uma dilatação do prazo, dilatação de prazo desses, quando é o termo de compromisso que está prestes a vencer, geralmente a gente fica atento a 90 dias antes para tentar justificar e solicitar um novo prazo, justificando com as situações que estão interferindo no cumprimento dessa ação, mas assim a gente até o momento todas as ações que nós temos planejado do PAR 04 está muito lento porque toda a questão do governo federal né depende muito deles aí quando a gente tá no momento muito bom surgiu o escândalo dos ônibus escolares a isso acaba de certa forma interferindo bastante porque já era todo apreensão gera todo um cuidado em relação a essa solicitação e o próprio governo federal acaba diminuindo o ritmo dessas dessas liberações de obras e de ações, mas a

gente tá sempre atento a esses prazos sempre buscando estratégias para não perder de forma nenhum inclusive quando se trata de obras a gente cria uma estratégia que nós temos obras com documentações pendentes, que se não cumprir esse prazo de justificar no sistema a gente pode acabar perdendo a obra então a gente justifica para o FNDE e lança obra como apta, digamos assim, mas não negligenciando que existe uma pendência, mas justamente para que FNDE analise esses pendências e nos de um prazo maior, que é o que eles chamam de entrar em diligência, para que a gente possa cumprir e também não perder aquela ação e não perdeu o prazo para que essa ação pode ser executada.

PESQUISADOR: Quais ações estruturantes no âmbito do PAR vocês conseguiram executar nesse último círculo ou ciclo atual?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Em relação a materialização dessas ações nenhuma o que a gente tem mesmo é um planejamento que tá bem robusto a partir desse diagnóstico a gente fez escola por escola de identificar as dificuldades de cada unidade aquelas que precisariam de apenas uma reforma ou daquelas que precisar de um de novo prédio que precisariam de imobiliária de equipamentos de climatização de equipamentos pedagógicos esportivos enfim aquela infinidade de ações e de itens e o próprio para nos oferece, mas em relação a materialização dessas informações, em relação a concretização do PAR 04, nós não temos nenhuma ainda no município, mas temos muitas ações cadastradas, desde ações de, tem uma que eu acho muito interessante, que são quase 30 milhões de reais, voltadas para suporte pedagógico para professores e alunos, para todas as escolas do ensino fundamental anos iniciais e finais da rede municipal, temos também o cadastramento de muitas escolas, escolas, exemplo de escola 9 salas, escola 6 salas, que agora são cinco salas, também todas com quadras nas comunidades em que a gente observa que a escola tem, comparado a outros a escola tem condições apenas passar por uma reforma Como já passaram agora e não apresentam maiores necessidades na nova construção a gente cadastra quadras poliesportivas entendendo não somente a necessidade da escola enquanto comunidade escolar mas também pensando na necessidade da comunidade como um todo que utilizam a quadra não somente para fins esportivos mas para todas as práticas comunitárias que essas comunidades tem.

PESQUISADOR: Há alguma escola que foi viabilizada via PAR?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Várias, várias...

PESQUISADOR: Você poderia citar?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Poderia sim! Tô até com a lista aqui. E por coincidência eu estava fazendo o relatório hoje. Nós temos só aqui na sede: uma escola 12 salas, no valor de quase (não é essa daqui não), um complexo educacional no valor de 4 milhões e meio, que está em andamento, fizemos a visita exatamente hoje, por coincidência, provavelmente será inaugurada no primeiro semestre do ano que vem, é uma obra do PAR 3 estava praticamente perdida no sistema justamente porque ele identificou muitas fragilidades no planejamento do ciclo anterior, os motivos a gente não sabe mas enfim talvez até a falta mesmo de informação que eu acho que esse tem sido um ponto muito positivo no novo ciclo e que é as inúmeras formações que o próprio FNDE realiza, só acho algo muito precário ainda é o suporte principalmente no que se refere a dúvida eles não dão muito suporte em relação a esse sistema, dificuldade muito grande tirar algumas dúvidas, só conseguimos isso quando conhece alguém, que tem o

contato de alguém, que tem o contato de alguém, que trabalha no FNDE, mas enfim do PAR três nós temos também uma creche tipo 1, é uma creche 10 salas que está sendo construída aqui no loteamento Araticum no valor de praticamente três milhões e trezentos mil reais, é uma creche que com 10 salas eu acho que vai contribuir bastante para o município, que é uma creche nova não está vinculada em outra escola, esse complexo educacional vai receber, né, será a escola Raquel Gonçalves, temos também uma escola de seis salas no Jorro que vai ser o futuro prédio da Escola José Penedo, temos mais uma creche tipo 1 no jogo que é uma creche 10 salas também que ainda não foi iniciada na que será muito em breve, uma escola de 6 salas no distrito de Tracupá, todas as escolas com quadras.

PESQUISADOR: Todas essas ações estruturantes são de ciclos anteriores que vocês conseguiram destravar?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Geralmente, algumas pendências na documentação, muitas fragilidades no próprio planejamento, para você ter uma ideia, a gente tem aqui em 6 quadras poliesportivas que são de um ciclo anterior que a gente conseguiu resgatar, corrigindo coisas muito, assim que a gente nem imaginava que as pessoas errariam, uma quadra poliesportiva tem que estar dentro lá da escola de ensino fundamental, o terreno a área para construção dessa quadra, ela precisa tá no máximo 500 metros da escola e eles tem aqui em uma quadra cadastrada para uma escola da sede e o endereço tava do Mandacaru, para você ver a distorção das informações então nós conseguimos resolver algumas pendências em prestações de contas, o município acaba ficando inadimplente quando existe pendência de prestações de contas de obras anteriores.

PESQUISADOR: Você atribui essas falhas a que?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Eu acredito que talvez o fato do PAR de quem ficava a frente do PAR, de quem administrava o próprio sistema por não ser muito vinculada à educação e ficar somente vinculada a parte administrativa ou talvez até a parte política mesmo, não a política partidária, isso acabava trazendo muitas fragilidades porque a percepção que eu tenho no sistema é que era a ideia de vamos colocar isso só para colocar, porque assim a gente a maior cuidado quando vai ficar uma ação no PAR, que a gente que ali é a nossa oportunidade de conseguir algo que talvez com recursos próprios do município não consiga, então a gente busca toda uma justificativa coerente fazendo toda uma questão, não só uma justificativa dentro do âmbito da Educação, mas trazendo também toda uma questão social, que de certa forma perpassa por essa questão Educacional da escola, da comunidade, para onde vai direcionar determinadas ações então eu acredito que talvez faltasse um pouco desse olhar e de importância mesmo de saber que o PAR não é algo que você cadastra lá de qualquer jeito e que nem vão olhar direito, porque sinceramente olhando algumas justificativas, algumas coisas que a gente teve que refazer a impressão que eu tinha era que que alguém chegou lá dizendo não coloca aí qualquer coisa depois ver no que dá.

PESQUISADOR: De que modo você avalia o exercício do regime de colaboração entre o município e os demais entes federados? Cada um está realmente conseguindo cumprir o seu papel, as suas responsabilidades?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Então, né conseguido tem, agora poderia ser mais fácil, digamos assim porque a gente acaba tendo muita essa dificuldade.

PESQUISADOR: Quais são as principais dificuldades na sua opinião?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Em relação, por exemplo, quando tem uma ação nova no PAR 4, que é o ciclo que a gente tá planejando, quando tem um elemento novo, item novo, ação nova que a gente monitora o sistema todos os dias a primeira coisa que eu faço quando chegar na secretaria ou em casa, porque na maioria das vezes o sistema também não funciona de forma adequada, então a gente monitora o sistema todos os dias, aí sempre está buscando novos itens para ver se tem novas ações disponíveis e o que eu achei muito absurdo, é o FNDE libera o item novo, mas ele não sabe dizer o que é, então tem lá solução educacional com dispositivo para professores, aí antes de iniciar o planejamento a gente precisa saber que tipo de solução é essa que tipo de dispositivo, é esse é importante é vai ser coerente com o contexto do município? aí quando buscar essas informações junto ao FNDE, eles não sabem dizer o que é, acabam dizendo pode ser isso, pode ser aquilo, pode não ser nenhuma dessas coisas.

PESQUISADOR: Eles não disponibilizam a formação continuada para vocês em relação ao sistema?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Disponibiliza a formação em relação ao sistema, como acessar como realizar o planejamento, quais as etapas até do planejamento, muitos cursos também são oferecidos em outras plataformas, mas o que eu digo em relação as novas atualizações do próprio sistema quando eles colocam ações novas que podem ser cadastradas pelos municípios eles não especificam eles até colocam lá a descrição do item mas não é uma descrição muito precisa não é o que você tem a segurança de olhe, eu vou cadastrar que essa ação e a essa solução educacional - vai ser um tablet para cada professor ou um notebook alguma coisa assim isso não fica muito claro tem um valor às vezes valor também é muito abaixo dos valores atuais, Isso eu acho também para a gente que vem tentando resgatar obras e ações do de ciclos anteriores tem sido uma dificuldade, porque a gente vive em uma constante reprogramação, reprogramação, reprogramação, compra de um item quando vai comprar não é mais aquele valor e aí tem toda aquela, fica travado porque a gente fez recentemente aquisição de aparelho de ar condicionado e o valor para cada item era R\$ 1000 a mais por conta da inflação e de todos os problemas tem enfrentado economicamente do país né, então acho que é os entraves nessa festa nesse regime de colaboração tem sido isso, a falta de um suporte maior eu até penso que que é algo que ele de fato estão meio que que a postando né, pega lá os itens também talvez não tem essa preocupação, de repente de lançar o manual, um guia explicando de cada item para que faixa etária indicado para quê segmento modalidade indicada, acaba ficando muito aleatório, mas em relação a essas questões a gente tem conseguindo aqui no município justamente por conhecer pessoas que conhecem pessoas que podem nos dar esse suporte, mas claro que isso é muito desgastante que fica sempre dependendo de outras pessoas que possam ir atrás dessas informações sendo que eu acredito que talvez um dia como o próprio PDDE, faz poderia ajudar bastante agora em relação a esse regime de colaboração uma das coisas que precisa melhorar muito em relação às plataformas, o SIMEC chega passar 15 dias inacessível, e aí tem toda uma problemática que eles têm termo de compromisso que podem estar vencendo, a gente tem pendências em prestação de contas, tem prazos para as prestações de contas, tem reprogramações que precisa ser

feitos o monitoramento período de cadastramento até que não porque esse mais tranquilo já tem uma ideia e também tem outros programas que precisam ser que precisa ser feita a adesão através do SIMEC, que é quem gerencia PAR, então esses sistemas não é só uma exclusividade do SIMEC, PDDE interativo também na mesma situação, então assim talvez melhorar e sistemas, ocorreu agora recentemente, a gente colocou uns as condicionalidades do VAR e os arquivos foram corrompidos, dentro do próprio sistema - talvez quem não se atentar para fazer uma reinserção, uma nova inserção desses desses documentos talvez corra risco de perder o recurso, então acho talvez eles precisam se organizar melhor em relação a essas plataformas porque de nada adianta assim pensando em termos de recursos e de ações para o município a gente ter todo um planejamento se a gente não consegue lançar no sistema de forma adequada e infelizmente não está não depende da gente né depende mesmo do FNDE tá melhorando e sistemas plataforma.

PESQUISADOR: E o Estado tem contribuído nessa relação, União município, ele tem feito alguma ação específica para contribuir com esse planejamento do PAR nos municípios ou especificamente Tucano ou não a presença do Estado?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Em relação ao Estado, não necessariamente no que envolve o PAR, mas a gente tem um novo convênio, segundo o Conselho Municipal de Educação é uma novidade para eles, nós temos os convênios com o governo do estado, onde muito baseado no planejamento que a gente faz no PAR, a gente realiza a construção de plano de trabalho justificando seguindo todas as exigências que o PAR tem né, que o PAR coloca, justificando a necessidade daquela ação para o município e o governo estadual analisa, a secretaria do estado analisa, e a partir dessa análise nos dão, retorno, as vezes muito melhor que o PAR.

PESQUISADOR: Você saberia me dizer se esse novo convênio seria o Proam?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Não, não é o Proam. Eles especificam mesmo como convênio com o governo do estado.

PESQUISADOR: Atualmente você saberia me dizer se o Proam tem alguma intererencia no município?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Não sei te dizer, porque na verdade, ouvi falar do Proam através de você, mas assim as contribuições do Governo do Estado também estão sendo bem significativas, só esse ano diferente do PAR 4 que travou, que a gente tem informações cadastradas, mas não ações materializadas ainda, mas se a gente acredita que muito em breve serão liberadas o governo do estado nós começamos fazer os planos de trabalho em em abril e fevereiro de 2022 nós já temos liberadas, duas escolas de seis salas e quase 3 milhões de reais em mobiliários, via estado, então são o que quase dez mil reais, duas escolas, uma escola no Jorinho, que já iniciou, uma escola na Quixaba de Santa Rita e mais pouco mais de 3 milhões de reais em mobiliários para atender desde a educação infantil, a educação infantil não, desde o Ensino Fundamental anos iniciais até a educação de jovens e adultos.

PESQUISADOR: Sabe-se que o PAR que tem por principal objetivo elevar os índices de desenvolvimento da educação básica e que comitê local tem como meta acompanhar o Ideb. Como integrante do comitê você saberia dizer de que modo o município se organiza para elevar esse índice?

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Então, Gledson, eu acredito que o planejamento em si tem sido feito pensado, justamente, buscando alcançar essas metas, tanto que todas as nossas ações elas são planejadas de acordo com as metas do Plano Municipal de Educação que é a contextualização do Plano Nacional de Educação, então todo o planejamento que a gente faz a gente faz com base nessas metas, claro que como fim o Ideb, ainda que de forma indireta, em relação ao PAR, eu acredito que tem se tem contribuído, agora a gente não pode esquecer também de todos os problemas tem enfrentado nos últimos dois anos, que com certeza impactaram no caso, nosso caso, especificamente, ao fato de não ter alcançado a meta esperada pelo IDEB para esse ano, mas em relação a como PAR tem contribuído, eu acredito que tanto PAR como os diversos outros programas de formação dos professores, de um suporte pedagógico melhor para as escolas, eles tem sim contribuído para o melhoramento IDEB, digamos assim.

PESQUISADOR: Narre como vocês encontraram a estrutura do PAR no município:

ALTO, MEU LUGAR NO SERTÃO: Confesso, Gledson que eu entrei, assumi a pasta do PAR, digamos assim, em abril de 2021, me assustou bastante, (risos) porque assim esperava entrar e observando toda estrutura organizada e na verdade a gente se deparou com situações que era inacreditável, planejamento feito de uma forma muito despreocupada ou sem nenhum zelo das informações, algumas informações muito incoerentes, as justificativas das ações muito frágeis, a gente percebia que é tipo assim, tinha que justificar uma, sei lá, formação de professores, na formação continuada para os professores, e eles colocavam a mesma justificativa da construção de uma escola, para você ver que a gente percebe que era mesmo vamos fazer aqui só para cumprir, mas eu acredito que também tenha ocorrido justamente por falta de informações, por falta de conhecimento sobre a importância do PAR, sobre como o PAR poderia contribuir em relação a as melhorias no ensino da rede municipal mesmo, então a gente encontra uma situação muito, encontrou um papel atualmente bagunçado, mas assim totalmente bagunçado, em questão da estruturação do planejamento, então a gente percebe que existia uma intenção enxergar, em chegar a algum lugar, talvez o que faltou foi uma melhor estruturação desse planejamento mesmo, com diagnóstico talvez, eu não acredito que tenha sido feito o diagnóstico em parceria com os gestores e com a comunidade escolar, porque senão eu penso que essa é uma participação a diferença na hora do planejamento, que eles planejam a partir do diagnóstico que nos dá toda uma noção do que precisa ser feito para melhorar, então talvez o fato de não ter alguém vinculado diretamente a secretaria de educação que tem uma vinculação que tenha fácil acesso as informações prestadas pelos diretores, têm ocasionado isso, porque talvez não sei se quem ficava responsável pelo PAR tinha conhecimento pedagógico, talvez não tivesse, então a pessoa pensa ali puramente como não aqui é uma plataforma, vamos aqui colocando alguma coisa para não perder, graças a Deus, e aí muito trabalho a gente conseguiu reverter algumas situações que são as obras que eu listei, anteriormente, e assim só que a gente conseguiu recuperar, você mesmo enquanto tucanense, já pode perceber o bumbum que já deu na cidade, que já podem inclusive perceber o quanto isso tem contribuído para muitas escolas e quanto isso tem inclusive gerado uma onda que eu acho interessante, que as pessoas acreditarem, voltarem a acreditar que a mudança é possível, e se a gente tem percebido muito principalmente aquelas comunidades mais distantes que, ah aqui ninguém nunca chegou, nunca chegou nada, a gente tem pensado

no PAR não só para a sede, a gente tem pensado no PAR para a sede, pros distritos, povoados para aqueles lugares que nem povoado são ainda, pela quantidade de alunos, de pessoas, então a gente tem pensado no PAR como uma oportunidade de gerar mais inclusão, não só inclusão como questão de acessibilidade, inclusão também no sentido de materiais didáticos adequados para cada tipo de deficiência. O PAR nos oferece uma infinidade de possibilidades, pensar no PAR como processo de inclusão, para os estudantes que precisam fazer a travessia de rios para chegar até escola, pensar no processo de inclusão daqueles alunos que, às vezes, saem de suas comunidades em transportes totalmente inapropriados, para transportar pessoas e quando a gente planeja ação de aquisição de um ônibus escolar, já está pensando também no bem-estar das pessoas, então eu acredito que a desestruturação do PAR anterior a essa gestão e assim talvez por isso mesmo, por falta de entendimento de tudo que a dimensão que o PAR tem né, não é à toa que são quatro dimensões, (risos), mais de como essas quatro dimensões, poderiam dar uma dimensão em uma amplitude maior, nas obras do próprio município, só para você ter ideia de 2 anos são mais de 3 escolas, pelo menos seis quadras poliesportivas cobertas, creches e outras ações que não são tão visíveis, como mobiliários escolares, ar condicionado, tudo isso provavelmente teria perdido se a gente continuasse enxergando o PAR, como ele vinha sendo enxergado em anos anteriores, porque se você observar que nós temos pouquíssimas obras federais com recurso Federal, né com exceção de uma creche uma creche aqui, alguns de algumas quadras poliesportivas, mas poucas comparada a quantidade de anos que que o PAR já já existe e uma creche no Jorro, então só resgatando aquilo que já tinha sido planejado, mas planejado de forma adequada, a gente já consegue ter quase o dobro de ações, sem considerar ainda todas as ações que já foram cadastradas no PAR quatro, então sem querer jogar pedra em ninguém ou julgar ninguém, eu acredito que isso não tenha sido só uma falha do município. mas uma falha até do próprio governo federal, e não está intensificando talvez a fiscalização, ou melhorar as orientações, porque se o município continua fazendo planejamento de forma errada ou de forma inapropriada por mais de dois, três, anos o governo federal também tá falhando, isso porque ele não tá dando suporte de orientação, de como fazer correções determinadas ações, mas eu acredito que de forma geral o PAR tem sido muito importante não só para o município de Tucano, mas a gente participa de formações em conjunto com outros estados e a gente percebe o quanto as pessoas têm relatado né, as possibilidades, claro que, enquanto o PAR pode oferecer a construção de uma escola, por exemplo, município pode de repente investir recursos seriam destinados a essa escola, na melhoria da formação de professores que atuam lá, então eu penso que o PAR tem feito muita diferença e continuará fazendo para todos e todas as pessoas, sejam eles alunos, comunidade escolar, pais, professores e todo o grupo que diz que até as comunidades que não necessariamente estão vinculadas as escolas acabam sendo beneficiadas com com ações que vão muito além dos muros da escola.

APÊNDICE C: Transcrição da entrevista 02

ENTREVISTA 02

LOCAL: Escola Municipal Zélia de Brito Moreira Ramiro

DATA: 17/10/2022

HORÁRIO: 19:30

ENTREVISTADO(A): CELEM

TRANSCRIÇÃO: 03 páginas

PESQUISADOR: Boa tarde, professora!

CELEM 01: Boa tarde!

PESQUISADOR: Qual a sua formação?

CELEM 01: Sou formada Pedagogia.

PESQUISADOR: Qual o tempo de atuação na educação?

CELEM 01: 30 anos

PESQUISADOR: Qual é a função que você desenvolve atualmente?

CELEM 01: Professora aposentada

PESQUISADOR: Como acontecia o planejamento da rede municipal de ensino? Quem participava?

CELEM 01: O Planejamento Escolar da Rede Municipal de Tucano/BA contava com a participação de Diretores, Vice-Diretores e Orientadores das Escolas ou Núcleos Escolares, bem como dos Coordenadores(as) Pedagógicos das cinco Zonais do Município, sendo a Zonal A destinadas às Escolas que trabalhavam com classes do Ensino Fundamental II; além das Coordenações da Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, da Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Os Planejamentos aconteciam quinzenalmente, aos sábados, na Sede do município, envolvendo Secretária de Educação, Coordenação Pedagógica, Orientadores, Diretores(as) e Vice-Diretores(as). Assim, os Orientadores e professores(as), juntamente com a Direção das escolas, tinham a quinzena subsequente para fazerem os seus planejamentos semanais, com plano de ação e atividades para aquele período, isto é, orientadores(as) e professores(as) colocavam em prática o que havia sido planejado com os Coordenadores(as), podendo contar com a visita da sua coordenação, caso fosse necessário.

PESQUISADOR: Qual era a importância do Plano de Ações Articuladas para o município?

CELEM 01: Desde 2006, o Município de Tucano se tornou referência na luta por uma educação de qualidade e valorização do Profissional da Educação. Nesse sentido, um dos primeiros passos da Secretaria Municipal da Educação junto à Gestão Pública municipal, na época, foi acabar com a prática assistencialista e de segregação das APAEs, o que resultou em um trabalho maravilhoso de adesão ao Programa da Educação Inclusiva, do qual Tucano se tornou Pólo de capacitação de mais de trinta municípios do Estado da Bahia, investindo em formação para os professores das classes regulares com alunos deficientes incluídos e garantindo o AEE (Atendimento Educacional Especializado) com profissionais devidamente

habilitados nas salas de recursos. Tudo isso contribuiu para a criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, cuja meta era fortalecer a política de inclusão, oferecendo serviços de especialistas como psicólogos, terapeutas ocupacionais fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicopedagogos. Desse modo, o nosso Município foi referência, no Pacto “Todos pela Educação”, no que diz respeito ao desenvolvimento de ações que possibilitassem o cumprimento das diretrizes estabelecidas no referido Termo de Adesão o PAR e no alcance das metas estabelecidas para o IDEB, visto que já contava com o sucesso na formação de professores alfabetizadores, através do Grupo de Estudo e Educação Metodologia Pesquisa e Ação – GEEMPA, Programa do MEC, que tinha como mentora a Dr^a Esther Pillar Grossi, em parceria com o Município, visando a garantir alfabetização na idade certa, ousando ser pioneiro em aplicar esse mesmo programa com classes dos primeiros anos, quando o GEEMPA só atende a turmas de 2º, 3º e 4º anos do ensino fundamental séries iniciais.

Assim sendo, o PAR – Plano de Ações Articuladas – teve como importância promover a melhoria da qualidade da Educação Básica oferecida neste Município, cumprimento integral as ações por ele propostas, desenvolvimento nos sistemas de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas, divulgação da evolução dos dados educacionais para a população local. Logo, o PAR foi fundamental por contribuir para o desenvolvimento de aprendizagens, habilidades e competências, atitudes e valores necessários para a formação integral dos alunos(as).

PESQUISADOR: Quem participava da elaboração e do monitoramento do par no município?

CELEM 01: O PAR no Município de Tucano era constituído por sete diferentes segmentos que participaram da sua elaboração e do seu monitoramento. São eles: Representante do Ministério Público; Representantes dos Dirigentes do Sistema Educacional; Representante do Tribunal de Justiça; Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas; Representantes dos Trabalhadores das Esferas Municipal e Estadual; Representantes da Sociedade Civil; Representante do Conselho Tutelar.

PESQUISADOR: O PAR influenciava o planejamento da educação do município? Se sim, como?

CELEM 01: Sim, o Plano de Ações Articuladas exerceu grande influência no planejamento da educação do município, pois, através dele, foi possível melhorar os indicadores da Educação Básica em quase todas as escolas da Rede Municipal de Ensino. O PAR, elaborado e monitorado por diferentes segmentos da sociedade, proporcionou um fluxo de comunicação e de ajuda entre o MEC, a Gestão Pública/Secretaria de Educação Municipal e as escolas, de maneira a criar políticas públicas coordenadas, democráticas e de igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

PESQUISADOR: Você acredita que tenha ocorrido algum tipo modificação ou melhoria no planejamento educacional do município a partir da implementação do PAR? Se sim, quais?

CELEM 01: Sim. As Ações desse Plano foram: organização do ensino fundamental de 09 anos; elaboração e organização das práticas pedagógicas; análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC; avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para avaliação individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade na aprendizagem; critérios de escolhas dos diretores fundamentados nos princípios democráticos; Levantamento da Situação Escolar – LSE – para implantação de padrão mínimo nas salas de aula-biblioteca-espços para prática desportivas, laboratórios de informática, cozinha e refeitório- salas de vídeo-política de acessibilidade; inclusão da cultura afro-brasileira no PPP das escolas; política de valorização

da diversidade cultural-racial e de pessoas com deficiência; política de formação continuada para profissionais da Ed. Infantil, séries iniciais e finais; formação continuada dos funcionários das escolas; formação inicial de professores(as) da rede que atuam na pré-escola; aquisição de materiais pedagógicos elaborados para todas as escolas; aquisição do acervo bibliográfico mínimo para funcionamento das escolas; implantação o plano de carreira do magistério; implantação o plano de carreira do servidor.